MEIO ANTRÓPICO

A existência de atores de relevância que influenciam, direta ou indiretamente, a unidade de conservação em destaque, serviu de referência para a delimitação da área de estudo considerada neste trabalho. As comunidades e as propriedades rurais existentes no interior e no entorno imediato do Parque**,** assim como as autoridades locais integrantes de órgãos e instituições públicas, as entidades não-governamentais e outros agentes enfatizando-se o corpo técnico e administrativo do PEI foram identificados como os atores ou agentes de influência neste contexto. Com base na identificação destes agentes foram delimitadas as seguintes áreas/espaços e atores para coleta de informações e conseqüente análise:

- Vila de Itaúnas;
- Comunidades rurais de Angelim, Riacho Doce, Paulo Vinhas, Paulo Jacó e Maria Chuchu;
- Propriedades rurais dentro e no entorno do PEI;
- Entidades não-governamentais (Associação de Moradores de Itaúnas, Associação de Produtores Rurais de Itaúnas, Associação Comercial e de Serviços de Itaúnas e Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas/SAPI);
- Contexto atual e futuro do PEI (equipamentos e pessoal).

Com relação às comunidades rurais destaca-se que foram identificadas cinco comunidades, que possuem estreita vinculação com o Parque. Entre estas, duas localizam-se no interior do PEI: a comunidade conhecida como "Paulo Jacó" e a comunidade de Riacho Doce. As demais se situam nas proximidades do Parque, com destaque para a Vila de Itaúnas, a comunidade de Angelim e o Assentamento Paulo Vinhas.

1 Aspectos Históricos e Culturais

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA VILA DE ITAÚNAS

A Vila de Itaúnas, localiza-se no entorno imediato do Parque Estadual de Itaúnas – PEI e, nela, está localizado o edifício sede desta unidade de conservação.

Situada às margens do rio, onde se assentou há poucos anos, sua população trás, contudo, uma formação histórico-cultural bem anterior. Devido à ação dos ventos e á movimentação das areias, a Vila foi sendo encoberta, e esta população viu-se constrangida a migrar para a outra margem do rio, trazendo consigo seus objetos pessoais, móveis, e parte de suas casas (telhas, portas, e outras) formando a nova Vila de Itaúnas. Para trás deixaram uma Vila soterrada, encoberta por formações de dunas, que compõem uma paisagem de rara beleza.

O relato que se segue tomou como base entrevistas realizadas em 1985 com moradores antigos da Vila de Itaúnas, que tinham vivenciado as ocorrências de soterramento da Vila antiga e a mudança para a nova Vila. Estas entrevistas realizadas por Heloisa Dias Figueiredo e Römulo Cabral de Sá foram publicadas em 1985 e captam com sensibilidade aspectos culturais, atividades econômicas e as ocorrências que levaram à mudança.

Os entrevistados, relacionados a seguir, que eram, naquela ocasião, em sua maioria, bem idosos e alguns já faleceram, narram ocorrências vivenciados por eles ou lembranças de fatos narrados por pessoas de geração anterior: Oscar Borges (94 anos), Pulquério Alves dos Santos (Antero), Messias Félix de Gouvêa, Tobias Miguel, Raihvil Bonela Filho, Euclides dos Santos (Quindinho), Maria Vasconcelos (Mariquinha), Maria Pinha Cabral de Sá e Gilda Benso (Piquitita).

A Vila de Itaúnas, um pequeno povoado situado em uma faixa entre o rio e o mar, foi crescendo em função da fabricação da farinha de mandioca que constituía uma atividade rentável na região norte, da pesca, da agricultura de subsistência e, posteriormente, da exploração da madeira nas bacias do rio Itaúnas, principalmente no morro Dantas, hoje município de Pedro Canário. Sobre o fabrico da farinha de mandioca, no texto acima referido, é relatado que:

"A farinha era produzida nas casas de farinha, por métodos artesanais (com bolandeira) e a produção era de 12 a 15 mil sacas por ano.

A farinha feita nas roças era transportada para Itaúnas em lombo de burro ou cavalo. Todos os sábados e domingos chagavam em carregamentos. A comercialização era feita diretamente com os comerciantes da Vila quase que exclusivamente num regime de "troca". Desse modo, os pequenos produtores obtinham tecido, sal, fumo, cachaça e artigos de armarinho. Portanto, o comércio se constituía basicamente de armazéns de secos e molhados funcionando também como entreposto de farinha.

A maioria dos habitantes da Vila possuía pequenas propriedades de 40 a 100 ha nos arredores. Assim, além da roças de mandioca, plantava-se abóbora, laranja, café, aipim, melancia, cana, banana da terra, etc. para subsistência. Alguns criavam gado, galinhas e porcos.

A dieta alimentar era complementada com a carne de caça, abundante na região, e com o pescado do rio e do mar. Era habitual as mulheres fazerem quitandas (bolo de aipim, bolo de fubá, cocadas, etc.).” (Figueiredo, 1985):

O rio era navegável desde a barra da Guaxindiba até o morro Dantas. Isso facilitava o escoamento da farinha produzida na região até Conceição da Barra e, mais tarde, o transporte da madeira em balsas.

A atividade madeireira começou a destacar-se no norte do Estado por volta da década de 40, estando Itaúnas incluída na área de exploração.

Sobre a extração e transporte de madeira o entrevistado Raihvil relata que a CIMBARRA (Companhia Industrial de Madeira da Barra) fora criada há mais de 45 anos (significando que isto se dera nos anos 30/40 do século passado) acrescentando que “Antes da Companhia, os empreiteiros que tinha lá por cima já tiravam madeira.”

O transporte da madeira descrito pelo entrevistado mostra que se tratava de uma atividade trabalhosa e demorada: “Era puxada a boi. Doze boi para puxar uma tora. Encostava lá no ancoradouro, no morro Dantas, hoje é Pedro Canário. Vinha pela beirada, os boi puxando. Aí a madeira rolava, ia lá pra dentro d”água. Aquilo era 4 a 5 vaqueiros puxando. Encostava umas 4 a 5 toras. Atravessava o varão. Batia a chapa. Passava o arame. Fazia aquela fileira grande. Tudo testado acorrentado direitinho.A gente embalsava elas. A maré ia descendo pelo rio, tudo embalsado. Aí cortava aquelas varas compridas e empurrava. A maré ia puxando.”

A viagem era longa e o pessoal permanecia na balsa: ” Fazia barraca em cima (da balsa). Fazia comida. Do morro Dantas até a Barra, tinha quando levava mês. Hoje não dá fundura.”(Raihvil).

Esta atividade, se por um lado favorecia a economia local e gerava empregos aos moradores, por outro lado, feita de forma indiscriminada, causou a devastação da florestas, com todas as conseqüências ao ambiente natural, como o ciclo da madeira.

Neste processo destrutivo, destacava-se a presença de Rainor Grecco, apontado como um dos maiores responsáveis pela extinção das florestas no norte do Espírito Santo, com suas atividades de madeireiro. Comentando sobre sua participação na destruição das florestas, particularmente em Conceição da Barra, ele afirma: “Fiz isso praticamente sozinho.” ”No seu rio (que também se chama Itaúnas) teve momento em que desci em balsa com cinco mil árvores boiando. Não se via nem a água.” (Medeiros, 1995, p,118).

Em meio a estas atividades, os habitantes de Itaúnas continuavam a viver seu cotidiano, com seu tempo distribuído entre o trabalho, as questões domésticas, a religião, as diversões.

Sobre a localização e o assentamento da antiga Vila, a entrevistada Piquitita descreve:

"Entre a praia e a Vila, havia uma vegetação rasteira e muitas árvores frutíferas nativas: cajueiros, guriri, pitangueiras e cambucás. Nas ruas haviam grandes árvores frondosas como castanheiras (chapéu de sol) e gameleiras. As casas eram bem feitas, embora fossem de "estuque"; eram rebocadas e assoalhadas. Havia até um sobradinho da família dos Morais. O local da igreja era a parte mais alta da Vila".(Gilda Benso, Piquitita).

Oscar, por sua vez, relembra que "O Barão de Timbuy (Olindo Gomes dos Santos), tinha um sobrado bonito e o lugar se chamava morro de Sta. Izabel. Ficava a três léguas de Itaúnas, na beira do rio Itaúnas. Tinha muitos escravos que depois da abolição ficaram por lá nas roças ou foram pra Barra e São Mateus". (Oscar).

Sobre o cotidiano dos moradores, os entrevistados narram costumes relacionados à educação, tratamentos de saúde e as festas que os moradores promoviam:

"A educação antes da escola pública, que oferecia o curso primário, era feita por professores particulares em suas casas e, portanto, somente as "família de recursos" é que podiam custear o estudo dos filhos."

"Como não existiam médicos na Vila, as doenças eram tratadas com remédios de "botica" (homeopatia), chás e banhos de ervas e raízes. O tratamento podia ser complementado com rezas e benzimentos. O curandeiro mais famoso era o Duca Tora que, além dos habitantes da Vila, atendia também outras pessoas da região e de outros Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia."

"Nos velórios, costumava-se "varar a noite" conversando e tomando cachaça. Por isso, era costume se referir a alguma pessoa à beira da morte como "fulano está perto de dar a cachaça".

"As pessoas falecidas no interior (na roça) eram sepultadas na Vila. O morto era transportado numa rede feita com um cobertor velho, atravessado por uma vara e carregado por duas pessoas."

Sobre as festas que se davam na Vila, as lembranças dos entrevistados mostram que as mais importantes eram a de São Benedito (19 de janeiro) e a de São Sebastião, padroeiro da Vila (20 de janeiro). A proximidade das datas das festas devia-se ao fato do padre de Conceição da Barra ir à Vila somente uma vez por ano, ocasião, então, em que se faziam as comemorações.

A festa de São Sebastião era comemorada com procissão, missa e fazia-se a brincadeira do Alardo – encenação da luta entre mouros e cristãos. A festa de São Benedito, santo de devoção dos negros, tinha também missa e procissão, porém a brincadeira que se fazia era a da congada Ticumbi.

As festas eram organizadas pelos festeiros escolhidos em sistema de rodízio, a cada ano, entre os moradores da Vila. O festeiro custeava a comida, bebida, enfeites e o "foguetório". Aos sábados se fazia os bailes com sanfona, que duravam dia e noite.

No mês de dezembro, brincava-se o "Reis-de-boi", com vários personagens: a loba, a professora, o cavalo marinho o vaqueiro e o boi. Os pontos altos da brincadeira eram a morte do boi, a tentativa de ressurreição e finalmente a partilha das carnes.

A vida dos moradores que transcorria com fartura e festejos foi, contudo, alterada, a partir de algum momento não muito precisado, quando a ação dos ventos e a movimentação das areias começaram a ameaçar a tranqüilidade da antiga Vila.

Sobre a formação das dunas, os moradores entrevistados apresentam versões diferentes em relação ao tempo de duração do processo de soterramento da Vila, suas causas, o seu início. Prevalece, contudo, em suas opiniões, como causa principal, a derrubada de uma mata que existia nas proximidades da praia para abertura de uma rua, por um fiscal da Prefeitura de Conceição da Barra, como se constata pelos depoimentos que se seguem:

"As dunas sempre existiram. Depois do Buraco do Bicho até a Vila entre o mar e a vegetação que protegia a Vila da entrada das areias. Mas tinha um senhor que não se conformava com o fato de que as ruas terminassem no mato. Então o prefeito da Barra deu autorização para o desmatamento. A partir daí foi muito rápido". (Maria Penha)

"Na beira da praia era mata. Passaram a roçar a mata, para abrir mais para a praia e fazer outra rua. Aí ficou tudo descampado. O vento pegou a ventá e veio chegando a areia, aquela areia da praia. Foi descobrindo, descobrindo, até descobrir uma lagoa de água limpinha e outro morro foi formando. Dodô Soares mandou roçar. Era uma mata alta, lá ainda existe um pedaço da mata. As pessoas foram saindo, não ficou ninguém. Depois que o pessoal saiu é que a areia veio até dentro d'água do rio. A areia vinha com o vento, em 53 (1953) já tinha dunas formadas". (Oscar)

"Era um processo lento, foi aumentando, crescendo devagar. Depois o finado Dodô Soares, fiscal da prefeitura, derrubou uma matinha que tinha na frente, mais ou menos uns 8 quilometros, que segurava o vento. Daí o vento encanou mais, e o morro foi crescendo. Já tinha tapado o cemitério altura boa. Depois aterrou a igreja. O movimento das areias é decorrência do vento do nordeste, que sopra constante". (Quidinho)

"O finado Dodô Soares mandou roçar o cambucá pra ver se crescia o comércio. Mas por detrás do cemitério e da igreja, mandou deixar a mata. Mas o povo começo a bulir para fazer lenha. Então começou a criar aqueles morros por detrás da igreja que ninguém ligava.

Primeiro criou por detrás do cemitério. O povo não cismaram daquilo. Aí é que o povo foi cismar. De onde que vinha aquela areia. Foram obrigados a mudar o cemitério. Aí começou a cobrir a igreja e o povo foi obrigado a mudar o santo (São Sebastião) prá uma casa grande que tinha na rua de baixo. A areia arrebentou a igreja toda e disse – Eu to como quero. Foi atacando, foi entrando na Vila adentro. Isto no início da década de 50 (1950)"(Antero)

As explicações de Raihvie e de dona Mariquinha, contudo, apresentam um fundo superticioso, atribuindo o soterramento da Vila a outros motivos, e não às ações dos elementos naturais ou do homem, como se vê pelos seus relatos:

"Aquela areia não vem da praia. Ela vai inchando, o vento vai espantando ela pra lá. Aquela areia ali ta parecendo um vulcão...Isso foi castigo, porque escurraçaram os índios usando até chumbo". (Raihvie)

"Tinha um tal de buraco do bicho, que era pro lado do norte e meu pai contava que quando passava por lá, e já era noite, quando vinham do norte pra cá, viam um vulto preto que parecia um padre, era uma bicho em forma de padre. Era um buraco enorme e escuro que eu vi com meus próprios olhos. Dizem que de lá é que vieram as areias."(Mariquinha).

Durante algum tempo, anos, a população da Vila conviveu com o fenômeno do vento soprando e a areia formando dunas sem atribuir maior importância aos fatos ou prever as conseqüências que traria à sua vida. Mudaram, inicialmente o cemitério para outro local e, depois, a Igreja, quando começaram a ser encobertos pela areia, mas continuaram a viver no mesmo lugar. Como disse Antero, no princípio "o povo não cismaram daquilo. Aí é que o povo foi cismar".

A areia e o vento interferiam, também, na vida diária, como relata dona Mariquinha:

"À tarde ventava muito e as areias vinham vindo, quando chegava no outro dia, à beira da porta e nas janela tava tudo cheio de areia. A gente pegava a enxada, e tirava de dia.

A toalha da mesa ficava cheia de areia, os pratos, as louças, tudo cheio de areia. Então eu disse: "Nós vamos sair daqui, não podemos ficar aqui não. Nós precisamos mudar. E foi todo mundo saindo, foram desmanchando as casas e levando pro outro lado do rio. Só ficaram as pedras da igreja, o cemitério e o mastro. Alguns foram pra Barra, São Mateus e Vitória" (Mariquinha).

Sobre a mudança, e a decisão de abandonar a antiga Vila, alguns relatos mostram que isto foi-se processando lentamente. Os moradores, contudo, contaram com uma ajuda:

"A areia começou a invadir a Vila deixando a população apavorada, e sem ter para onde mudar. Nesta época, meus pais (sr. Theophilo e Hyerosolina Barcelos Cabral) já moravam aqui em Vitória. E em uma viagem de meu pai à Vila de Itaúnas, vendo o desespero de seus conterrâneos, ele resolveu doar parte das terras do seu pasto do lado de cá do rio para

construção de igreja, da praça, escola, etc. E uma parte, vendeu a preço simbólico à prefeitura para construção das casas ". (Maria Penha)

"A rua de cima resolveu se mudar. A rua de baixo ficou. Aí o prefeito da Barra comprou 5 alqueires de terra na mão de seu Theophilo, baratinho... E o povo mudou pro lado de cá do rio. O primeiro que mudou pra cá foi Seu Tobias. Depois veio Seu Oscar, Seu Adolfo, Seu Onofre e mais um tanto. Alguns não quiseram vir e foram pra Conceição da Barra, São Mateus e Vitória". (Antero).

No decorrer dos anos todos os moradores abandonaram a antiga Vila e, o que dela sobrou, encontra-se, hoje, totalmente sob as dunas.

O período destas ocorrências coincidia com a entrada do eucalipto no Estado do Espírito Santo, influenciando a pequena Vila que se encontrava em transição. Ao lado da mudança urbana houve também aquelas na economia da região de Itaúnas. Moradores que viviam na roça também se mudaram para a nova Vila ou para outros lugares, porém por motivos diferentes, conforme narram os entrevistados:

"Na roça não entrou areia. O pessoal mudou pro lado de cá porque vendeu o terreno. Ficou desgostoso. Vendeu o terreno porque "um milhão de cruzeiros"é um nome muito bonito. Então eles venderam por um milhão...Não dava pra plantar mais porque acabou as matas...A firma tomou tudo. Só resta umas fazendinhas pequenas lá....". (Antero e Messias).

Com a redução das pequenas propriedades na região de Itaúnas houve a destruição da economia de subsistência e o êxodo rural. Contudo, na nova Vila uma outra atividade estava surgindo: o turismo.

A nova Vila de Itaúnas, que fora construída sobre um pasto, apresentava-se gramada, emoldurada pelas dunas, a vegetação e o rio e, mais ao longe, o mar, formando uma paisagem de beleza e tranquilidade. Com seus atrativos e com a repercussão que obteve pela imprensa, no Estado e a nível nacional, sobre a formação das dunas e o encobrimento da Vila pelas areias, a nova Itaúnas passou a atrair visitantes, principalmente aqueles que vinham desfrutar os atrativos do denominado eco-turismo e, eventualmente, alguns pesquisadores.

Em 1984, partindo da Prefeitura de Conceição da Barra, foi encaminhado ao Departamento de Cultura do Estado do Espírito Santo uma solicitação de tombamento das dunas de Itaúnas. O DEC endossou o pedido como um "primeiro passo de uma processo que se pretende desencadear em prol daquele patrimônio natural da Terra Capixaba", e manifestava a preocupação com a necessidade de que o processo de desenvolvimento turístico naquela região se fizesse "de forma ordenada e não predatória" (CUCA,...)

Em 1986, através da Resolução CEC 08/86, as dunas de Itaúnas foram tombadas como Patrimônio Histórico Paisagístico e Cultural do Estado do Espírito Santo. O processo de

proteção da região teve continuidade e, em 1991, foi criado o Parque Estadual de Itaúnas (PEI).

As atividades de turismo incrementaram o comércio local com barzinhos e restaurantes e a construção de pousadas, cujo número vem aumentando no decorrer do tempo, muitas de propriedade de pessoas de outros locais, que não residem na Vila.

Nestes últimos anos, o tipo de turismo voltado ao eco turismo coexiste com um outro, formado por pessoas mais jovens que vêm a Itaúnas em busca de festas de forró, que passou a ser um atrativo local gerando, inclusive, neste ano, um evento promovido pela Prefeitura de Conceição da Barra, denominado Circuito do Forró.

A reconstituição da história destas ocorrências ainda está para ser registrada, e neste sentido, o PEI e moradores locais estão propondo que seja realizado, dentro de um estudo amplo, o Projeto Histórico Cultural de Itaúnas, que prevê, entre outras ações, entrevistas com moradores mais antigos da Vila, e pesquisas de material da época e de outras fontes, para que não se perca a memória dos acontecimentos que fizeram desaparecer a antiga Vila de Itaúnas.

1.2 ASPECTOS CULTURAIS DA VILA DE ITAÚNAS

As manifestações culturais de Itaúnas e de seu entorno compõem o mesmo cenário histórico-cultural característico da formação daquela Vila. As principais expressões culturais locais são a Festa de São Benedito/Ticumbi, o Forró, o Alardo, já relatado em outro item e as estórias contadas pelos seus moradores*.

1.2.1 FESTA DE SÃO BENEDITO/TICUMBI

A denominação Ticumbi é o nome mais corrente dado a essa manifestação também denominada de Baile do Congo de São Benedito.

Esta festa, que é comemorada em forma de dança, é originária do folclore africano, tendo sido introduzida no Brasil pelos escravos. A representação folclórica é efetuada por meio de danças que foram sendo passadas, ao longo dos anos, dos mais idosos para os mais novos integrantes das famílias. Uma mudança que se deu é que, na atualidade, a dança não é mais executada apenas por negros, como ocorria antigamente.

No geral, os integrantes do "Ticumbi" constituem referência em termos da história e da cultura locais, sendo procurados pela imprensa e por pesquisadores interessados em levantar dados histórico-culturais do município ou da região.

*Colaboração de Alba Valéria Freitas Dutra, do PEI e de Jefferson Gonçalves Correa, professor na Vila de Itaúnas

Em Itaúnas há dois grupos de Ticumbi que tradicionalmente se apresentam. O mais antigo é o do Borgado (originário do sertão de Itaúnas) e o de Itaúnas. O primeiro se apresenta no dia 20 de Janeiro em frente à Igreja de São Sebastião e o segundo se apresenta na capela de são Benedito em 19 de janeiro.

A festa exige um preparo antecipado. Os preparativos e ensaios iniciam-se em outubro e vão até a data em que acontece a apresentação, que pode ser a única do grupo em Itaúnas. Porém, podem dar-se apresentações adicionais em ocasiões especiais como em datas comemorativas na cidade ou em outros locais.

O grupo de Itaúnas é formado por 17 pessoas do sexo masculino, em roupas típicas para o evento. Os integrantes apresentam-se vestidos totalmente de branco e com chapéus enfeitados de fitas, carregando uma bandeira de São Benedito. Os instrumentos utilizados são doze pandeiros e uma viola.

Um problema relatado por participantes do "Ticumbi" está na carência de recursos para a manutenção do grupo, especialmente para que seus integrantes possam adquirir as vestimentas adequadas. Além disto também se ressaltou que, vem se dando a perda de interesse por parte dos mais jovens em integrar o grupo, dificultando a substituição e o estímulo à manutenção e propagação desta manifestação do folclore local. Apesar disto, muitos jovens brincam, ainda que de forma incipiente, no Ticumbi Mirim.

1.2.2 FORRÓ COMO EXPRESSÃO MUSICAL E DE DANÇA

Em entrevista com o Sr. Edson Moraes, natural de Minas Gerais, residente há treze anos na Vila de Itaúnas e dono da Pousada Carrancas, o mesmo comentou que a manifestação de forró nasceu no "Astor" , onde atualmente funciona o Bar Forró. Inicialmente os moradores colocavam música de "radiola" e vinha gente das redondezas para se divertir. O baile começava bem mais cedo do que agora, e terminava também mais cedo.

Porém, de acordo com o professor Jefferson, morador da Vila, Astor foi apenas, "o primeiro a instalar, na Vila atual, um espaço comercial para o forró." Ressalta que, na Vila antiga, "o forró era habitual, principalmente no período da festa de São Benedito e São Sebastião. Basta observar hoje, na Vila nova, que nos intervalos dos ensaios do Ticumbi e do Reis de Boi o forró tradicional esta lá...".

Com o incremento do movimento turístico, o forró começou a adentrar a madrugada, obtendo maior participação de turistas que da comunidade local. Segundo " Caboquinho", integrante do Ticumbi, as músicas mudaram, a dança mudou e hoje já não se faz mais o verdadeiro Forró, aquele feito com sanfona, cavaquinho, violão e pandeiro.

Seu filho, integrante de uma banda de Forró, diz que a música de Forró, na atualidade, utiliza instrumental eletrônico além de sanfona, zabumba, violão triângulo e agogô, e a dança tem influência da lambada baiana.

A Prefeitura Municipal de Conceição da Barra está estimulando esta festividade, e promoveu o "Circuito do Forró", em julho do corrente ano, o que levou numerosos turistas à Vila.

A Vila de Itaúnas já formou vários grupos de Forró. Alguns deles estão gravando fora do Estado, tamanho o sucesso que alcançaram. Hoje existem quatro grupos locais: Raízes de Itaúnas, Chama Chuva, Filhos de Itaúnas e Canela de Cinza. Essas bandas têm viajado até outras capitais do país para se apresentar em shows musicais. Alguns integrantes se ressentem de não terem sido convocadas para o "Circuito de Forró".

O incremento do Forró, conseqüência das mudanças trazidas pela atividade turística crescente na Vila, também tornou-se, por sua vez, um dos principais atrativos turísticos locais. Esta mudança tem trazido, segundo informações de moradores, outro tipo de visitante, diferente dos tradicionais fregueses da Vila. Antes da explosão do Forró, Itaúnas recebia apenas turistas que vinham dispostos a aproveitar o "ar natural" oferecido pela Vila, atualmente tem vindo "pessoas mais barulhentas", com menos interesse pelo ecoturismo..

1.2.3 ESTÓRIAS DA VILA

As estórias contadas por moradores locais, especialmente os mais antigos e os que viveram na antiga Vila de Itaúnas são outro atrativo para visitantes curiosos que freqüentam o local. Estes moradores trazem consigo lembranças antigas da cidade, e nelas predominam, apesar da passagem do tempo, suas visões, vivências e interpretações sobre o desaparecimento da antiga Vila, encoberta pelas dunas. Hoje já se vê, no local, ruínas da antiga igreja. "As dunas se encarregam de fazer aparecer o que, em outros tempos, fizeram desaparecer".

Destacam-se aqui os Senhores Dodozinho, Caboquinho, Tamandaré, Paulo Jacó, Osmar, Sílvio, entre outros. É impossível deixar a Vila antes de ouvir o que estas pessoas têm a contar, resultado, em parte de suas reais vivências do ocorrido, em parte do imaginário criado por cada um.

Este imaginário é recheado de lendas sobre a região, principalmente no tocante ao soterramento da Vila Antiga. Buscar essas estórias é encontrar mais um dos atrativos culturais deste lugar.

2 Aspectos Socioeconômicos

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

2.1.1 VILA DE ITAÚNAS

A população urbana do Distrito de Itaúnas de 1970 para 1980 experimentou um crescimento percentual de 34,78%, no entanto, a população rural sofreu uma queda do 33,34%. No período que vai de 1980 à 1991, a evolução da população urbana foi caracterizada por um incremento de 43,2%, e a população rural com queda do 17,3%. No período seguinte, entre 1991 e 1996, o incremento populacional urbano foi do 33,4%, e a população rural aumentou um 13,9%. Dos dados dispostos na Tabela 1 infere-se que, de 1996 para 2000, o crescimento da população foi de 22,9%.

Tabela 1: Evolução da população do Distrito de Itaúnas, 1970/80/91/96.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1970	299	3587	3886
1980	403	2391	2794
1991	580	1732	2312
1996	774	1973	2747
2000	951	...	...

Fonte: IJSN, 2001.
Dado não disponível.

O constante crescimento da população urbana e a queda da população rural, no período de 1970 para 1991, têm como causas principais o aumento da atividade turística na sede distrital e o crescimento das áreas plantadas com eucalipto pelas empresas produtoras de celulose, fazendo com que muitos habitantes rurais vendessem suas pequenas propriedades e emigrassem para a Vila de Itaúnas, para a sede do município ou para outro município.

Já o crescimento experimentado pela população rural no período de 1991 para 1996 é fundamentado pelos assentamentos rurais da região, como o assentamento rural Paulo Vinhas, considerado neste estudo.

Em termos de taxa anual de crescimento, a Tabela 2 é resultado claro e contundente das situações expostas nos parágrafos anteriores.

Tabela 2: Taxa Anual de Crescimento da População.

PERÍODO	URBANA	RURAL	TOTAL
1970 a 1980	3,03	-3,97	-3,25
1980 a 1991	3,37	-2,89	-1,71
1991 a 1996	5,94	2,64	3,51

Fonte: IJSN, 2001.

É de se destacar o aumento constante da taxa de crescimento da população urbana, especialmente entre 1980 e 1996, em decorrência do incremento da atividade turística na

Vila de Itaúnas, sendo atraídos para ela não só residentes da área rural do município, como de outros municípios e de outros Estados. Muitos chegam à Vila com a finalidade de fazer turismo ou apreciar os encantos ecológicos da região e acabam sendo cativados pelo bucolismo da Vila e seu entorno.

2.1.2 COMUNIDADES RURAIS

Na comunidade rural de Riacho Doce constatou-se a existência de quinze domicílios, ocupados por pessoas que são todos, de uma ou outra maneira, parentes entre sim, e cuja líder comunitária é dona Otávia B. da Silva.

No assentamento Paulo Vinhas, segundo o líder comunitário Henrique de Souza Alves, registra-se a presença de 63 famílias, cada uma delas com direito a 8,5 hectares para exploração agrícola. Neste assentamento, cuja instalação data de 1996, todos os assentados possuem título de ocupação.

Na comunidade Santa Clara ou Angelim, dispõem-se de doze casas com aproximadamente 25 pessoas, as quais, como em Riacho Doce, são quase todas parentes, segundo informações das irmãs Claudentina Trindade Alves e Alzerina Batista, moradoras antigas do local, propriedade herdada do pai.

A comunidade Paulo Jacó, localizada nas proximidades da Vila, próximo às dunas, é composta por sete casas onde vivem 32 pessoas, a maioria das quais são parentes do Sr. Jacó.

Na comunidade de Maria Chuchu existem quatro casas, mas apenas em uma o residente é permanente. Nas demais os proprietários, que são posseiros, estão presentes apenas nos fins-de-semana.

Tabela 3: Domicílios e Residentes nas Comunidades Rurais.

COMUNIDADE	DOMICÍLIOS/FAMÍLIAS	HABITANTES (*)
Riacho Doce	15 domicílios	-
Paulo Vinhas	63 famílias	-
Comunidade Santa Clara ou Angelim	-	25
Paulo Jacó	7 domicílios	32
Maria Chuchu	4 domicílios	1

Fonte: Entrevista direta nas comunidades junto aos moradores mais antigos ou líderes comunitários – Jul/2001.
(*) Residentes no Local

2.1.3 PROPRIEDADES RURAIS

Em função da falta de informações, por parte de muitos residentes nas propriedades, com relação ao número de residentes em cada uma delas, julgou-se mais conveniente colocar apenas o número de casas onde residem famílias, conforme destacado na Tabela 4.

Tabela 4: Número de Domicílios das Propriedades Rurais.

PROPRIEDADE	EDIFICAÇÕES
Bernhard Schmidt (*)	4
Rives da Silva Campos	2
Jose Maria Campos Pinto Coelho	2
Pedro Gomes Filho	8
Malvino Rigoni	1
Amarino Rigoni	1
Edgar Cabral da Silva	1
Bernabet Maia	4
Deilton Pereira	1
Alberto Ceolin	2
Antônio Guimarães Ferreira	1
Benedito Alves da Cunha	2
Gilberto Mauro de Oliveira	2
Nilson da Conceição de Oliveira	1
Edígio Félix dos Santos	1
Leonicio Jesuíno da Rocha	1
Renaldo Firmes Maia	2
Carlos Pereira Bonelar (Tamandaré)	2
Edgar França Cabral	2
Sr. Cezar/Climério	1

Fonte: Entrevistas nas propriedades – Jul/2001
(*) – Propriedade limítrofe ao PEI

Nas propriedades rurais localizadas dentro e no entorno imediato do PEI verificou-se a existência de casas, na maioria delas, onde vivem os proprietários e suas famílias ou caseiros/gerentes das propriedades nas quais os donos moram em outros locais. O número médio de edificações varia de uma a duas casas, conforme indica a Tabela 4. Em algumas propriedades o número de edificações chega até quatro ou oito. Na primeira delas, propriedade do Sr. Schmidt, uma das residências é a moradia fixa da família, as outras três são casas de hóspedes e estão disponíveis, eventualmente para aluguel. Na propriedade do Sr. Pedro Gomes Filho, as oito casas acolhem sua família e as famílias de seus filhos, todos morando nas proximidades.

2.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E PRINCIPAIS ATIVIDADES

2.2.1 VILA DE ITAÚNAS

A evolução da ocupação do solo na Vila de Itaúnas tem mostrado, claramente, como este espaço se desenvolveu em acordo com a evolução das atividades econômicas.

Baseado nos dados elaborados pelo IJSN (2001), o incremento de lotes urbanos com fins de residência local passou de 156 a 169, observando-se um crescimento de 8,3% no período que vai de 1996 a 2001. No caso das residências sazonais, o incremento, no mesmo período, foi de 4,6% ao ter passado de 87 a 91 lotes. As pousadas apresentaram o maior incremento indo de cinco para 50 lotes, ou seja 1000% de aumento. Os lotes destinados ao comércio também sofreram um alto crescimento ao passar de 20 para 63 lotes, ou seja, 315 %.

Tabela 5: Evolução do Uso do Solo na Vila de Itaúnas, 1996 a 2001.

USO DOS LOTES URBANOS	1996	2001
Residência local	156	169
Residência sazonal	87	91
Pousada	5	50
Comércio	20	63
Institucional	-	15
Lazer	-	3
Vazio	82	23
Total	337	414

Fonte: IPES, 2001.

Ainda com base na Tabela 5 observa-se que, em 2001, foram registrados quinze lotes com finalidade institucional e três destinados a lazer, destinação que não se verifica com clareza quando se está na área.

No cômputo geral o número de lotes vazios na Vila de Itaúnas caiu de 82 para 23, quer dizer, uma queda de 72%.

Com relação à pesquisa realizada em campo verificou-se que a Vila possui a maioria de sua área destinada ao uso residencial e hoteleiro (pousadas), existindo uma área significativa conhecida como "Praça da Igreja" e um campo de futebol. As áreas de uso institucional e comunitário são representadas pela escola e pela creche, pelo posto de saúde, pelo posto policial, pela Igreja e adjacências, o campo de futebol e pelo reservatório da Cesan. As fotografias, em anexo, registram algumas delas.

Ressalta-se que um dos problemas levantados pela comunidade local é a inexistência de área para expansão urbana em função da Vila estar envolvida pelo Parque. Segundo moradores locais os filhos de residentes que se casam não tem como construir suas casas uma vez que não existem mais lotes disponíveis.

É importante salientar que, embora Itaúnas tenha expandido significativamente sua área urbana e tenha se tornado, em pouco tempo, um dos balneários de maior procura do Espírito Santo, um dos maiores problemas em termos da infra-estrutura é o acesso a Vila. A ES-010, rodovia estadual que corta a Vila encontra-se, normalmente, em péssimas condições, estando, muitas vezes, impossibilitada de trafegar, principalmente quando ocorrem chuvas mais intensas na região.

Outro problema que se verifica constantemente é o tráfego pesado de carretas e caminhões dentro da Vila e do Parque de Itaúnas, o que oferece constante risco para a comunidade local e para a fauna da região. Moradores locais já presenciaram, inclusive, incêndio em caminhão que ocorreu dentro da área urbana da Vila.

2.2.2 COMUNIDADES RURAIS

As comunidades de Riacho Doce, Paulo Jacó e Maria Chuchu estão dentro da área do PEI. As comunidades de Angelim e Paulo Vinha estão localizadas nas suas proximidades. Com relação ao acesso é óbvio que as que estão localizadas nas proximidades da Vila de Itaúnas tem o acesso facilitado (desde a Vila). As mais distantes como Riacho Doce, Maria Chuchu e Paulo Vinha são de difícil acesso especialmente em épocas de chuva quando as estradas, de terra, ficam quase intransitáveis.

Essas comunidades tiveram origem diversa, conforme observa-se nos dados abaixo. Apenas Angelim refere-se ao local como de sua própria origem, sendo, os moradores atuais, herdeiros de antigos proprietários de terras na área. Na comunidade Paulo Jacó os residentes são nativos da região, e vieram das redondezas. Alguns deles viviam na antiga Vila de Itaúnas que foi coberta pela ação das dunas. Riacho Doce foi formada por pessoas que vieram do Estado da Bahia e aí se estabeleceram há mais de 40 anos, segundo o Sr. Manoel, morador mais antigo. Maria Chuchu é um aglomerado de casas onde os proprietários freqüentam, normalmente, apenas nos fins-de-semana. Ambos são moradores de Conceição da Barra. O Assentamento Paulo Vinha é constituído, segundo informações locais, de pessoas que vieram de outros locais, sendo, parte da zona rural e parte da zona urbana.

As características comuns a todas essas comunidades referem-se à tipificação dos domicílios que constituem-se de casas simples de alvenaria ou de madeira, normalmente com poucos cômodos, com piso de cimento, área de serviço e cozinha localizadas, muitas vezes, na parte externa da casa, numa "puxada". O uso de fossas é o mais comum nessas comunidades.

O abastecimento de água é efetuado pela Cesan em Paulo Jacó, Paulo Vinha e Angelim. Nas outras se utilizam poços para o abastecimento, assim como ocorre nas propriedades rurais. Apenas Angelim e Paulo Vinha são atendidos pela Escelsa. Paulo Jacó está na iminência de ser atendido com uma ligação permitida pelo PEI. As demais não possuem energia elétrica. Com relação ao lazer as comunidades de Angelim, Riacho Doce e Paulo Vinhas possuem campo de futebol, diversão dos habitantes nos fins-de-semana. Além disso os habitantes de

Angelim e do Assentamento freqüentam as igrejas de Santa Clara e de Santa Luzia, conforme pode-se verificar no acervo fotográfico. Em Riacho Doce a comunidade está terminando a construção de sua igreja.

Apenas o Assentamento Paulo Vinha possui uma escola. Nas demais comunidades as crianças em idade escolar são levadas por ônibus escolar mantido pelo município até as escolas mais próximas. Nas propriedades rurais isto não ocorre, o que tem sido objeto de reclamação por parte dos proprietários, visto que seus filhos tem que se deslocar, muitas vezes, para locais distantes onde existam escolas. A Tabela 6 resume as informações sobre essas comunidades rurais.

Tabela 6: Caracterização das Comunidades Rurais.

DADOS DA COMUNIDADE	RIACHO DOCE	PAULO JACÓ	MARIA CHUCHU	ASSENTAMENTO PAULO VINHA	ANGELIM
Origem	Bahia	Vila de Itaúnas	Conc. Da Barra	50% da cidade, 50% zona rural	Local
Número de Domicílios	4	7	4	63 famílias	25 habiantes
Tipificação dos domicílios	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira	Casas de alvenaria e de madeira
Atividades desenvolvi-das para a manutenção das famílias	Cultivam café, mandioca, coco, banana, abacate. Pescam no mar	Cultivam mandioca e coco, e fazem artesanato	Apenas em uma proprie-dade se culti-va mandioca e côco. Fazem artesanato	Cultivam café, coco, pimenta-do-reino. Para consumo: feijão, milho, mandioca, amendoim, criações.	Cultivam mandioca e coco. Fazem artesanato e doces caseiros.
Escola	Não	Não	Não	Sim	Não
Abastecimento de água	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Energia Elétrica	Não	Não	Não	Sim	Sim
Igreja	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Áreas de Lazer	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Acesso	Difícil	Fácil	Difícil	Fácil	Difícil

Fonte: Entrevistas nas Comunidades – Jul/2001

As atividades desenvolvidas nessas comunidades para a manutenção das famílias, são o cultivo de coco e mandioca para consumo interno e para a venda, inclusive de farinha. Em Angelim, existe um antigo "Quitungo", todo em madeira onde a comunidade prepara a farinha e o Biju para serem comercializados no local e na Vila. Outras atividades desenvolvidas são a pesca, no rio e no mar, sendo que em algumas destas comunidades vivem famílias de pescadores. Outra atividade tradicional é o artesanato efetuado com fibras vegetais, que também é vendido no local e na Vila de Itaúnas.

A diversificação de atividades por parte dos habitantes destas comunidades foi a forma encontrada para a sobrevivência das famílias, dado que as áreas de terras disponíveis ao cultivo, em muitas delas pequenas e, quando não, os recursos produtivos são escassos.

Na Tabela 7 verificam-se os tipos de uso mais comuns nas áreas pertencentes a moradores dessas comunidades. Verificou-se em campo que grande parte das áreas disponíveis são utilizadas para o uso agrícola, concentrado nos plantios de mandioca e de coco. Em algumas propriedades também se planta um pouco de café, de feijão e milho, no geral para consumo doméstico. O uso do solo sob a forma de pastagem só foi identificado em uma propriedade em Riacho Doce, a do Sr. Benedito Costa e Irmãos. No Assentamento, da área total de 152 ha, 16 ha são destinados à reserva legal, conforme informações do líder da comunidade.

Tabela 7 : Nomes dos Proprietários, Área, Infra-Estrutura e Uso do Solo nas Comunidades Rurais.

PROPRIETÁRIOS	ÁREA	INFRA-ESTRUTURA		EDIFICAÇÕES	USO DO SOLO			
		A-BAST. ÁGUA	ENERG ELÉTRICA		PASTAGEM	AGRICULTURA	RESERVA	ALAGADO
RIACHO DOCE								
Manoel Rodrigues dos Santos(sobrin.)	2 alq	Sim, poço	Não	1 casa	-	Sim	-	-
Benedito Costa e Irmãos	2,5 alq	Sim, poço	Não	-	Sim	Sim	-	-
Paulo Ribeiro	4 alq	Sim, poço	Não	1 casa	-	Sim	-	-
Cecília Donizete (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
Manoel Rodrigues dos Santos	2 alq	Sim, poço	Não	6 casas	-	Sim	-	-
COMUNIDADE PAULO JACÓ								
Paulo Jacó	-	Sim	Não	7 casas 1 bar	-	Sim	-	-
ASSENTAMENTO PAULO VINHAS								
Assentamento Paulo Vinha	152 alq	Sim	Sim	-	-	136 alq	16 alq	-
COMUNIDADE MARIA CHUCHU								
Maria Chuchu	-	Sim	Não	1 casa	-	-	-	-
Anália	-	Sim	Não					
Severino Vieira	2,5 alq	-	Não	1 casa	-	Sim	-	-

Fonte: Entrevistas nas Comunidades – Jul/2001
(?) – Existem dúvidas sobre a localização destas propriedades. Os entrevistados não forneceram os dados precisos.
(*) – Não informou.

2.2.3 PROPRIEDADES RURAIS

As áreas pertencentes às propriedades rurais limítrofes ao Parque Estadual de Itaúnas variam, em tamanho, de 160 alqueires até menos de um alqueire, o que explicita a diversidade, inclusive de usos. As propriedades de maior tamanho possuem parte significativa de suas áreas com pastagens, dado que dedicam-se a criar gado, de corte na grande maioria. As áreas com cultivos são também significativas sendo, em grande medida, utilizadas para o plantio de coco e de mandioca. Também ressalta-se a existência de áreas de reserva, até mesmo pelo caráter de proteção permanente destas áreas e de alagados exigidas pelo Código Florestal.

As edificações (casas e outros) são, no geral, destinadas ao uso dos residentes, proprietários ou caseiros/gerentes, e utilizadas para estocagem de produtos e agrotóxicos, ferramentas etc. Muitas propriedades possuem curral para abrigo do gado. Em algumas a produção de farinha para comercialização é efetuada em farinheira existente na propriedade.

Tabela 8: Caracterização das Propriedades Rurais.

PROPRIETÁRIO	ÁREA	INFRA-ESTRUTURA		EDIFICA-ÇÕES	USO DO SOLO			
		ABAST. ÁGUA	ENERG. ELÉTRICA		PASTA-GEM	AGRI-CULTURA	RESER-VA	ALAGA-DO
Bernhard Schmidt	23ha	Sim	Sim	4 casas 1 galpão	-	16 ha	4 ha	-
Rives da Silva Campos	29 alq	-	-	2 casas paiol	9 alq	Sim	1 alq	-
Jose Maria Campos Pinto Coelho	58alq	Sim, Poço	Sim	2 casas 1 curral	54 alq	1 alq	-	Sim
Pedro Gomes Filho	2 alq	Sim, Poço	Sim	8 casas	-	Sim	-	-
Malvino Rigoni	14 alq	Sim, poço	Sim	1 casa paiol	-	Sim	-	-
Amarino Rigoni	2,6 alq	Sim, poço	Sim	1 casa paiol	-	Sim	-	Sim
Edgar Cabral da Silva	140 a 160 alq	Sim Poço	Sim	1 casa 1 curral	Sim	-	60 alq	Sim
Bernabet Maia	22 alq	Sim, poço	Não	4 casas 1 curral	6 alq	Sim	3 alq	3 alq
Deilton Pereira	20 alq	-	-	1 casa 1 curral	-	-	-	-
Alberto Ceolin	21 alq	-	-	2 casas	-	-	-	-
Antônio Guimarães Ferreira	6 alq	Sim	Sim	1 casa	-	Sim	Sim	-
Benedito Alves da Cunha	6 alq	-	-	2 casas 1 curral paióis	Sim	Sim	-	-
Gilberto Mauro de Oliveira	-	Sim, poço	Sim	2 casas	Sim	Sim	-	-
Nilson da Conceição de Oliveira	988 m2	Sim, poço	Sim	1 casa	Sim	Sim	-	Sim
Edígio Félix dos Santos	6 alq	-	-	1 casa 1 farinheira	-	Sim	-	-
Leonicio Jesuíno da Rocha	21 alq	Sim, poço	Sim	1 casa 1 curral	Sim	Sim	-	-
Renaldo Firmes Maia	-	-	-	2 casas	-	Sim	-	-
Carlos Pereira Bonelar (Tamandaré)	7 alq	Sim	Não	2 casas	-	Sim	-	-
Edgar França Cabral	22 ha	Sim	Sim	2 casas	-	8 ha	Sim	-
Sr. Cezar/ Climério	7,5 alq	Sim	-	1 casa	-	6 alq	Sim	-

Fonte: Entrevistas nas propriedades – Jul/2001

2.3 INFRA-ESTRUTURA LOCAL

A infra-estrutura local de apoio ao Parque Estadual de Itaúnas compreende os equipamentos e serviços sócio-comunitários e urbanos disponíveis na Vila de Itaúnas Nesse sentido são abordados os equipamentos e serviços que funcionam como base de apoio, tanto para a população que vive dentro e no entorno do PEI, quanto para a população flutuante de visitantes.

2.3.1 SAÚDE

A Vila de itaúnas possui 1 posto de saúde, cujo atendimento é diário, das 7h as 16 horas. O posto conta com médico, 1 dentista, 3 enfermeiras, 1 auxiliar de dentista, 1 motorista, 1 ambulância de Conceição da Barra.

Segundo informações de representantes da Associação de Moradores, de moradores locais e de proprietários rurais esta é uma das maiores carências da Vila, o que coloca, muitas vezes, a vida de pessoas em risco, especialmente quando se necessita de socorro imediato. A dificuldade de acesso até a sede municipal, devido a constante má condição da estrada, impede o atendimento imediato do paciente.

2.3.2 EDUCAÇÃO

Na área de educação, a Vila de Itaúnas conta com uma creche municipal, até pouco tempo mantida pela própria comunidade, e uma escola que dispõe do ensino fundamental. Os moradores também reivindicam a melhoria da infra-estrutura da escola.

2.3.3 SEGURANÇA

A Vila de Itaúnas conta com um posto policial localizado nas proximidades da praça da Igreja. Entretanto, esse posto carece de efetivos policiais. De acordo com a comunidade, os policiais só estão a postos por ocasião de muito movimento turístico ou da realização de eventos de grande dimensão como o ocorrido em julho do corrente com o Circuito e o Festival de Forró. Quando os policiais vêm à Vila, o fazem duas vezes por semana e sempre em número de dois.

É de destacar que, segundo manifestações locais, freqüentemente não se conta com o serviço de salva-vidas nas praias de Itaúnas. A contratação pela Prefeitura Municipal de salva-vidas ocorre apenas para o período do verão; ainda assim, não é satisfatório (qualidade e quantidade)

2.3.4 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A quase totalidade da população da Vila de Itaúnas e do seu entorno é abastecida por água tratada, proveniente de poço profundo. A captação, tratamento e distribuição são feitos pela Companhia Espiritosantense de Saneamento (CESAN). O abastecimento público, em geral, é satisfatório, mas ocorrem eventos de falta de água em períodos nos quais ocorre grande afluxo de turistas. A partir do maior conhecimento em nível nacional a respeito da Vila, este afluxo tem crescido significativamente, tendendo a causar aumento da pressão existente sobre o abastecimento de água, sendo assim necessárias ações para aumento na capacidade de captação , tratamento e distribuição de água em Itaúnas. Pontos mais afastados da Vila são geralmente abastecidos com águas de poços particulares.

2.3.5 ESGOTO

Não existe coleta de esgotos. A solução geralmente adotada para os esgotos sanitários da Vila e região de entorno ocorre através de construção de fossas unifamiliares. A maioria delas é permeável, facilitando a infiltração dos efluentes e a conseqüente contaminação do lençol freático. Algumas são impermeáveis e são esvaziadas periodicamente por caminhões limpa-fossas. A quase totalidade das fossas existentes não foram projetadas e construídas de acordo com a respectivas Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas(ABNT).

As condições atuais de esgotamento sanitário da região favorecem a contaminação do lençol freático e, posteriormente, do rio. Contudo, o terreno arenoso existente na região permite redução dos impactos dos lançamentos dos esgotos sanitários, pelo fato de camadas de areia poderem funcionar como filtros biológicos naturais. Esta redução de impactos é provavelmente a responsável pelo fato de monitoramentos realizados no rio Itaúnas nas proximidades da Vila de Itaúnas indicarem índices de coliformes inferiores aos limites preconizados pela resolução CONAMA 20/86 para águas Classe 2, permitindo a balneabilidade. Contudo, durante os períodos com maior quantidade de população flutuante, estes índices já ficam próximos destes limites.

Existe um projeto de coleta e tratamento coletivo de esgotos para a Vila de Itaúnas, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, que conta com aprovação de recursos por parte do Governo Federal. Em 2002, foi iniciada a construção da Estação de Tratamento de Esgotos de Itaúnas, de acordo com o referido projeto. Contudo, esta obra foi embargada pela Secretaria de Estado para Assuntos de Meio Ambiente (SEAMA), pelo fato de estar situada em área de preservação permanente que, inclusive, foi inundada durante as ondas de cheia, ocorridas em janeiro de 2002, causadas pelo rompimento de barragens em série na bacia do rio Itaúnas.

Problema particular relacionado com esgotos sanitários ocorre na área onde se localizam as barracas na praia. A falta de banheiros é uma das reclamações dos turistas e ocorre descarte de dejetos ao ar livre em diversos pontos da região das dunas, causando mal estar aos visitantes e desvalorizando o balneário. Foi criada uma unidade experimental para a

captação de esgotos, dotada de fossa séptica, que se encontra em fase de teste. Contudo, o problema relacionado com os esgotos sanitários das barracas necessita solução urgente.

2.3.6 LIXO

Os serviços de coleta de lixo são realizados pelo poder público municipal, sendo a produção diária de lixo de cerca de 15 m^3/dia. Entretanto, no período de maior fluxo, mais precisamente no final do ano e carnaval o volume aumenta para 45 m^3/dia. O destino final deste lixo é o aterro controlado de Conceição da Barra (Alves *et al*., 2001). O antigo "lixão" de Itaúnas, localizado em área de remanescente de mata, foi interditado em 1998. Contudo, posteriormente a esta data foram feitos alguns descartes clandestinos no local.

No entanto, ainda não há solução para o problema de eventual descarte de material em alguns locais da Vila, do parque e do seu entorno, principalmente em épocas de maior fluxo de visitantes, que depende de acordo entre a prefeitura e o parque, e de programa contínuo de conscientização de população e dos turistas a respeito dos problemas causados pela disposição inadequada dos resíduos.

O Parque Estadual de Itaúnas tem contribuído para reduzir os problemas relacionados com resíduos através de elaboração de propostas de coleta seletiva e reciclagem, Plano Diretor de Resíduos, aquisição e disponibilização de bombonas e conscientização da população, além do apoio sistemático à coleta de lixo da praia e barracas.

2.3.7 DRENAGEM

Quanto à drenagem pluvial, não existe sistema implantado. Cabe observar que o solo arenoso da região facilita a infiltração da água no solo.

2.3.8 COMUNICAÇÕES

Na Vila de Itaúnas conta-se com disponibilidade de linhas telefônicas e de telefonia celular, desde 2001.

2.3.9 ELETRICIDADE

A provisão do serviço elétrico na Vila de Itaúnas é efetuado pela ESCELSA, sendo um serviço satisfatório segundo informações locais.

2.3.10 ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DA VILA DE ITAÚNAS E INVESTIMENTOS DE RECURSOS

A atividade turística que vem se desenvolvendo em menos de duas décadas na Vila de Itaúnas, acabou por dar-lhe uma nova face, com diferenças significativas em relação às características que predominavam anteriormente, ou seja, de um antigo núcleo populacional que sobrevivia da pesca artesanal e da agricultura de subsistência. Nos anos setenta e início da década de oitenta os poucos visitantes que chegavam à Vila se hospedavam nas casas dos moradores nativos ou em segundas residências, mantidas até hoje para uma ocupação sazonal. O quadro se alterou.

Em 1986 haviam apenas 5(cinco) pousadas na Vila de Itaúnas e 20 (vinte) pequenos estabelecimentos comerciais. No ano de 2001, após quinze anos, registrou-se uma expansão para nada menos que 50 (cinqüenta) pousadas e para a existência de71(setenta e um) estabelecimentos comerciais, de acordo com o levantamento feito pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves – IPES, 2001, cujos dados foram publicados no documento "Fundamentos para Elaboração do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas".

Com o avanço da divulgação dos atrativos naturais e culturais de Itaúnas em nível do próprio Espírito Santo, dos Estados vizinhos e mesmo em nível nacional , iniciou-se um fluxo de turistas que cresceu significativamente em direção a sua área urbana, inaugurando-se assim, uma nova demanda de consumo que não existia na Vila. Ou seja, por hospedagem em maior escala, por alimentação, entretenimento, venda de *souvenir*, etc. Várias pessoas vindas de outras regiões do próprio Espírito Santo e de outros Estados, estabeleceram negócios na Vila, sendo essas, as que realizaram os principais investimentos, concentrados em pequenos e médios empreendimentos de comércio e serviços.

No bojo desse processo, verificou-se também uma significativa alteração quanto ao uso do solo dentro do perímetro urbano legalmente definido. A transformação de muitas antigas residências em pousadas (mudança de uso residencial para comercial) tem sido uma constante. Pela valorização imobiliária provocada pelo turismo, muitos moradores venderam suas casas e passaram a coabitar em casas de parentes e amigos, ou ergueram novas residências em pontos mais afastados das ruas principais da Vila. Segundo o IPES, 2001 há um déficit habitacional nada desprezível hoje na Vila, havendo a necessidade de expansão da mancha urbana para atender tal demanda. Por outro lado, existe um fator limitador para tal alargamento, haja vista que a Vila é circunscrita por áreas de preservação ambiental, restando apenas um eixo, passível para a ocupação residencial, nas faixas lindeiras à ES-010, que liga a sede distrital à sede de Conceição da Barra. Não obstante, uma área ali situada(indicada no Plano de Ordenamento como área de reserva municipal), foi invadida pelos moradores da Vila, tendo sido negociada com o proprietário e parcelada sem anuência do poder público (fato ocorrido em setembro/2002), a despeito da legislação ambiental. Outra área, pertencente a Aracruz celulose e onde existia plantio de eucalipto está destinada a este fim.

Em termos de geração de emprego e renda o turismo se transformou na principal atividade de sustentação econômica, contudo o seu avanço, envolvendo todo um rebatimento urbano, deu-se de maneira desordenada e sem uma adequada base relativa ao saneamento ambiental para suportar a chegada em massa de visitantes em certos momentos ao longo do ano. Ademais, os efeitos negativos de contingentes elevados de população flutuante sobre os ecossistemas e costumes locais, são percebidos por moradores locais.

Todavia, a manutenção do atual estilo de desenvolvimento, baseado em um modelo de turismo de massa, em uma área receptiva com limitações para sua expansão, fundadas na necessidade de preservação dos recursos naturais e histórico-culturais, tende a agravar o quadro atual, depreciando tanto o entorno urbano quanto a Unidade de Conservação.

Caso continue a permanência dos mesmos vetores que moldaram o atual quadro observado, pode-se inferir que tende a ocorrer o agravamento dos problemas infra-estruturais, urbanos e ambientais hoje existentes em Itaúnas.

Entretanto, a mobilização da comunidade e instituições locais e a ação do poder público, no sentido de se buscar a conjugação de uma legislação que tenha por princípio o ordenamento do espaço urbano, aliada aos esforços para a realização de investimentos que tenham por objetivo a montagem de um adequado sistema de saneamento ambiental, poderá contribuir para que se altere o atual rumo do desenvolvimento experimentado. Junta-se a isso, a necessidade de montagem de um estacionamento fora da área central da Vila, de modo a reduzir significativamente o número de automóveis, de ônibus e de outros veículos pesados que ainda circulam nas ruas principais de Itaúnas.

Um dos maiores desafios consiste em como fazer para se conter o crescimento da população residente que resulte de novos fluxos migratórios em função da oportunidade de negócios e empregos que venham a ocorrer, em razão das limitações para o crescimento do espaço construído no núcleo urbano. Nesta lógica, o prudente é que se pense também na atração de investimentos não mais na ampliação dos equipamentos de hospedagem, mas na melhoria da qualidade do atendimento, dos produtos oferecidos.

A aplicação de recursos em saneamento ambiental, com destaque para a questão do lixo e do esgoto, torna-se uma das grandes prioridades para a realização de investimentos que trarão benefícios concretos para os moradores da Vila e os turistas que a visitam periodicamente.

3 Aspectos Arqueológicos

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO REGIONAL

Com a divisão do Brasil em capitanias por João III, a região de Itaúnas fazia parte da Capitania de Porto Seguro. Nessa época, tanto a capitania de Ilhéus (ao norte), como a de Porto Seguro estavam ainda ocupadas pelos Tupiniquim. Estes viram no europeu um forte aliado contra os seus inimigos Tupinambá. Desta forma, ambas as capitanias prosperaram inicialmente à custa da mão-de-obra indígena Tupiniqim, sobretudo empregada nas plantações de açúcar. No entanto, as epidemias introduzidas do além mar dizimaram rapidamente esses índios, os quais em 1550, iniciaram um grande levante (a chamada revolta dos Tamoios). Todavia, tarde demais, pois o governador Mem de Sá expandiu os seus massacres em direção sul, tendo sido acompanhado por um exército de índios Tupinambá (Hemming, 1978). Surgiu assim um certo vazio demográfico ao longo do litoral e que foi preenchido por diversos grupos indígenas que habitavam nesse período na parte interiorana.

Desta forma, com base em dados históricos, Nimuendajú (1982) relaciona, para o norte do Espírito Santo e o sul a Bahia, diversos grupos indígenas, e que podem ser agrupados nas seguintes grandes divisões: Tupiniqim, Botocudo, Mashacali e Pataxó. Enquanto na segunda metade do século XVI, a maioria dos diversos grupos Tupi já tinha sido fortemente dizimada por guerras e doenças infecto-contagiosas (Cardim 1980). Os desbravadores começaram a aprisionar também outros grupos indígenas, sobretudo aqueles pertencentes ao tronco Macro-Jê, visando o seu emprego como mão-de-obra escrava nos trabalhos em fazendas e em obras públicas (Paraíso, 1992).

As primeiras notícias sobre os índios Botocudo remontam ao ano de 1555, quando os rios Buranhém, Jequitinhonha e São Mateus eram explorados por Francisco Spinoza (Paraíso, 1990), de modo que tanto os Tupi quanto os grupos Macro-Jê parecem ter compartilhado territórios muito próximos durante este primeiro século do contato. As relações entre os conquistadores e os grupos indígenas, tais como os Botocudo, Mashacali e Pataxó, no entanto, se caracterizaram até o final do século XX por massacres e resistências, embora uma parte destas populações tenha chegado a um convívio pacífico após seus aldeamento e a catequese dos jesuítas, os quais, a partir de 1853, foram continuados pelos capuchinos.

Com a decadência econômica e a falência das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro durante os séculos XVII e XVIII, as terras foram revertidas para a Coroa e o norte de Espírito Santo e o sul da Bahia começaram a desempenhar uma função de zona tampão para controlar e impedir o acesso às minas de Minas Gerais. Dessa forma, esta área figurou até a segunda metade do século XVIII como um refúgio para os mais diversos grupos indígenas, onde gozaram de uma certa integridade cultural (cf. Paraíso, 1992).

Com a vinda da Coroa e a subsequente expansão territorial da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX, a região de Itaúnas saiu do anonimato. Entre um dos

primeiros relatos figura aquele de Maximiliano Wied-Neuwied, quem, entre 1815 e 1817, passa pela região do rio Doce (ES) e o rio Mucuri (BA). Naquele período, toda essa região contava com uma densidade demográfica ainda muito baixa, registrando este viajante, neste percurso, de aproximadamente 65 km ao longo do litoral, apenas os seguintes povoados (Wied-Neuwied 1986):

- Barra de São Mateus: 25 casas [atual Conceição da Barra][1]
- Itaúnas (1 choça com alguns índios e negros)
- Barra Nova: algumas casas;
- Mucuri: 34 casas.

Nessa época toda a região do rio São Mateus era ainda ocupada por um número significativo de diversos grupos indígenas, entre os quais os Botocudo que eram mais numerosos ao sul deste rio. Ao norte predominavam os Pataxó, Cumanachó[2], Mashacalis e outras tribos que se estenderam até Porto Seguro (Wied Neuwied 1986). Ao subir o rio Guajintiba e, em seguida, o rio Itaúnas este viajante naturalista alcançou, depois de três léguas, a fazenda Itaúnas que pertencia ao ouvidor da comarca de Porto Seguro, Marcelino da Cunha (Wied-Neuwied, 1986). Descreve este autor o lugar onde mais tarde surgirá a Vila de Itaúnas da seguinte forma:

> *"Aproximando-nos da fazenda ouvimos, distantes, os tambores dos negros. Os escravos negros procuram conservar os costumes do seu país, tanto quanto lhes seja possível; assim, por exemplo encontram-se entre eles todos os instrumentos de música referidos pelos viajantes da África, desempenhando o tambor papel predominante "(Wied-Neuwied 1986).*
>
> *"Na fazenda de Itaúnas, encontramos um jovem Puri[3] que fora criado pelo ouvidor, já falava português, e diziam ser muito dócil."*
>
> *"Itaúnas é uma fazenda de criação, com um curral ou cercado para o gado, e uma miserável choupana para negros e índios que tomam conta dos animais. O proprietário reunira, aí, algumas famílias de índios, para com o tempo formarem uma colônia; destinava-se a princípio, a proteger a costa contra os tapuias e Itaúnas, é por isso, considerado um quartel."*
>
> *"Alguns índios[4], que por acaso iam pelo mesmo caminho nosso, acompanharam-nos para o norte, vindos de Itaúnas. Levavam as espingardas de caça, e conheciam perfeitamente a região. Passamos entre duas pequenas correntes, o*

---

[1] Encontra-se ainda a 8 léguas rio acima a Vila São Mateus: 100 casas, seguida por um posto militar numa distância de outras 8 léguas seguido pelo povoado Sta. Ana: onde moravam 90 pessoas das quais 20 índios

[2] Segundo Nimuendajú (1982) trata-se de um sub-grupo Mashacali.

[3] Os Puri habitam o parte sul do Estado de ES e todo o norte e centro (parte interior) do Rio de Janeiro e segundo Nimuendajú (1982) pertencem ao grupo Macro-Jê

[4] O autor não menciona a filiação cultural desses índios.

riacho Doce e o rio das Ostras, ambas insignificantes, mas que, saindo dum pitoresco cenário de verdejante floresta, encimada de belas palmeiras, formavam romântica paisagem" (Wied-Neuwied 1986).

Até o momento, não se dispõe de nenhum dado etnohistórico seguro no que tange aos grupos indígenas específicos não Tupiguarani que habitavam a região do baixo curso do Itaúnas, mas pode-se supor, diante da bibliografia disponível (Paraíso, 1990; 1992) de que se tratava de grupos pertencentes ao grande tronco lingüístico Macro-Jê.

As primeiras pesquisas arqueológicas no norte de Espírito Santo remontam a Celso Perota, quem no âmbito do projeto do PRONAPA[5], realizou prospecções oportunísticas, entre 1968 e 1970 (Perota, 1971). Essas pesquisas foram, posteriormente, retomadas com uma abordagem de cunho ecológico (Perota *et al.*, 1992). Este autor levanta para as três áreas (médio Cotaxé, baixo Itaúnas e baixo São Mateus) um total de 31 sítios arqueológicos, todavia não especifica a localização precisa desses sítios em relação a sua filiação cultural (Perota, 1971). Deve-se mencionar ainda a tentativa de recadastrar os sítios arqueológicos do Espírito Santo (cf. Najjar & Almeida, 1997), mas cujos resultados ainda não foram publicados e que uma consulta formal ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) revelou que o órgão dispõe para o Distrito de Itaúnas do registro de um único sítio: ES-SM-02.

Foram estabelecidas por Perota as seguintes culturas arqueológicas para o litoral norte do Espírito Santo:

- Sambaquis acerâmicos na foz do rio Mateus;
- Sítios sobre duna do período acerâmico (ES-SM-02) tradição Itaipu;
- Fase Guarabu (Tradição Aratu);
- Fase Itaúnas (Tradição Aratu);
- Fase Cricaré (Tupiguarani Subtradição Pintada);

Os três sambaquis da foz do rio São Mateus atingem 30 x 40 m de extensão e 3 m de altura. O material arqueológico compreende artefatos líticos lascados e polidos de quartzo e diabásio, respectivamente, e entre os quais se mencionam: machados polidos, semi-polidos e lascados; talhadores e raspadores, além de lascas sem retoque. Ocorrem ainda muitos restos de cozinha, entre os quais, ossos de animais (Perota, 1971).

O sítio sobre duna (ES-SM-02) situa-se nas proximidades do rio Itaúnas, no qual foram registrados artefatos líticos, tais como: batedores, percutores e muitas lascas de quartzo e cujo material apresenta semelhanças com a fase Itaipu (Perota, 1971). As pesquisas neste sítio foram retomadas por Perota em 1990, ocasião em que realiza um corte estratigráfico neste sítio e coletas de superfície de material arqueológico diverso nas proximidades (Perota *et al.*, 1992).

[5] Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica, sob orientação geral de B.J. Meggers e C. Evans do Smithsonian Institution, Washington entre 1965 e 1970.

Os dois sítios da fase Guaburu[6] foram filiados à tradição Aratu e se situam sobre elevações acentuadas, ao longo dos rios, atingindo dimensões de até 200 x 70 m.

A cerâmica apresenta tempero de areia e ocasionalmente caco moído. A decoração é constituída de engobo vermelho e um engobo de argila de até 2 mm de espessura na face externa. Os recipientes abrangem formas piriformes, formas ligeiramente cambadas e formas arredondadas (Perota, 1971).

Os 20 sítios da fase Itaúnas (Tradição Aratu[7]) localizam-se sobre pequenas elevações de 50m a 100m na margem dos rios e atingem 30m x 30m a 200m x 50m, e uma espessura da camada arqueológica de até 30 cm.

A cerâmica é temperada com areia fina e grossa, sendo que os elementos decorativos abrangem: engobo vermelho, pintura vermelha sobre engobo branco, corrugado, corrugado ungulado, polido estriado, grafitado, roletado, ungulado, inciso ponteado, escovado, entalhado. As formas dos vasilhames abrangem formas piriformes, globulares com gargalo reto, esféricas e de meia calota. Registraram-se ainda rodelas de fuso, cachimbos cilíndricos curtos e asas. Ocorrem ainda artefatos líticos tais como: batedores, percutores e machados polidos, além de restos de fauna (Perota, 1971). Os fragmentos pintados, que ocorrem em dois sítios, são considerados como intrusivos da tradição Tupiguarani. (Perota 1974).

Os cinco sítios da fase Cricaré[8] (Tupiguarani Subtradição Pintada) situam-se sobre estirões que se situam entre 100 a 1500m dos rios e apresentam dimensões de até 200m x 100m. A cerâmica é temperada com areia e feldspato grosso e fino e, raramente, com mica. Os elementos decorativos abrangem: engobo vermelho; pintura policrômica em vermelho e preto sobre engobo branco, bem como inciso, escovado, ponteado; entalhado, corrugado simples e ungulado. As formas compreendem: tigelas, pratos, grelhas, urnas carenadas, e peças de borda irregular (Perota, 1971).

Levando em consideração os demais dados arqueológicos para o Espírito Santo e que contam até o momento com um total de 14 datações absolutas, os sítios do litoral norte, e para os quais a literatura fornece apenas uma cronologia relativa, podem ser observados na Tabela 9 e Figura 1 , a seguir.

---

[6] Durante a nossa prospeção não foi localizado nenhum sítio que se enquadra dentro das características desta fase.

[7] A partir das nossas observações em campo, os artefatos cerâmicos identificados como pertencentes a fase Itaúnas apresentam características que sugerem um desmembramento desta fase da tradição cultural Aratu que foi definida para a Bahia por Calderón (1969, 1974) com sítios cemitérios e grandes aldeias anulares nos quais as grandes urnas piriformes, geralmente sem nenhuma decoração, representam os vasilhames característicos. Sítios desta mesma tradição encontram-se em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Prous, 1992).

[8] Todos os sítios da tradição Tupiguarani, localizados durante a nossa prospecção, enquadram-se dentro desta fase arqueológico.

Tabela 9 : Datações absolutas e relativas das culturas arqueológicas do Espírito Santo.

TRADIÇÃO	FASE	DATA ABSOLUTA	NO. LAB.	LOCAL	SÍTIO
Sambaqui (*1)		2450 +- 200 a.C.	?	litoral central	Rio Doce I
Sambaqui (*2)		2290 +-150 a.C.	?	litoral central	Rio Doce II
Sambaqui (*3)		1600 +- 150 a.C.	?	litoral central	Rio Doce III
Sambaqui (*4)		1080+- 170 a.C.	?	litoral central	Rio Novo do Sul
Sambaqui (*5)		1020 +-180 a.C.	?	litoral central	Rio Doce II
Sambaqui (*6)		890 +- 60 a.C.	?	litoral central	Areal
Sambaqui (*7)		430 +- 170 a.C	?	litoral central	Rio Novo do Sul
Sambaqui (*8)		sem data		rio Reis Magos até o rio Doce	ES-VI-06 Potiri 2
Sambaquis (*9)		sem data		rio São Mateus	
Lítico / Duna (*10)	Itaipu	500 a.C. estimado		litoral norte	Duna de Itaúnas (ES-SM-02)
Lítico / Duna (*11)	Itaipu	100 d.C. estimado		litoral norte	Duna Itaúnas (ES-SM-02)
Lítico (*12)		515 +-80 d.C.	SI-831	baia de Vitória	ES-VI-10
Lítico (*13)		sem datação		rio Timbui formador do rio Reis Magos Vitória	ES-VI-15
Una (*14)	Tangui	810 +- 80 d.C.	SI-1189	litoral: rio Doce até Vitória	5 abrigos e 1 sítio aberto
Tupiguarani Subtr. Pintada (*15)	Cricaré	895 +-80 d.C.	SI-828	rios Doce e Itapemerim	18 sítios
Tupiguarani Subtr. Pintada (*16)	Tucum	1390 +- 70 d.C.	SI-832	baia de Vitória	2 sítios
Aratu (*17)	Guarabu	800 – 1300 d.C. estimado		litoral norte, rio Cotaxe	2 sítios 100 km da costa
Aratu (*18)	Jacareipe (Camburi)	1345 +-70 d.C.	SI-836	litoral central (Chapada da Carapina)	1 km da costa
Aratu (*19)	Itaúnas	1250 d.C. estimado		litoral norte	Duna Itaúnas
Aratu (*20)	Itaúnas	1610 d.C. (aldeamento jesuítico)		litoral central, Vitória	ES-VI-04
Aratu + Tupiguarani (*21)	Itaúnas + Tupiguarani	1450 a 1600 d.C. estimado		litoral norte	Dunas de Itaúnas
Aratu (*22)	Itaúnas	1780 +- 75 d.C.	SI-829	litoral central	16 sítios
Aratu (*23)	Itaúnas	1730 +- 75 d.C.	SI-834	litoral central	
Aratu (*24)	Itaúnas	sem datação		litoral norte	20 sítios
Neobrasileira (*25)	Moenda	séculos XVII e XVIII		rios Reis Magos e São Mateus, Vitória	

Fontes: (*1) Lima, 2000:273 *apud* Martin *et al.*, 1982; (*2) Gaspar, 1996:388 *apud* Suguio, 1982; (*3) Lima, 2000:273 *apud* Martin *et al.*, 1982; (*4) Lima, 2000:273 *apud* Souza inédito; (*5) Gaspar, 1996:388 *apud* Suguio, 1982; (*6) Lima, 2000:273 *apud* Souza inédito; (*7) Lima, 2000:273 *apud* Souza inédito; (*8) Perota, 1974; (*9), (*10) e (*11) Perota, 1971; (*12) Perota, 1974:135; (*13) Perota, 1974; (*14) Perota, 1974 e Dias, 1976/77:118; (*15) Perota 1974:131; (*16) Perota, 1974:135; (*17) Perota, 1971; (*18) Perota 1974:135; (*19) Perota *et al.*, 1992:325; (*20) Perota 1971:152-3; (*21) Perota *et al.*, 1992; (22) e (*23) Perota, 1974: 136, (*24) e (*25) Perota, 1971);

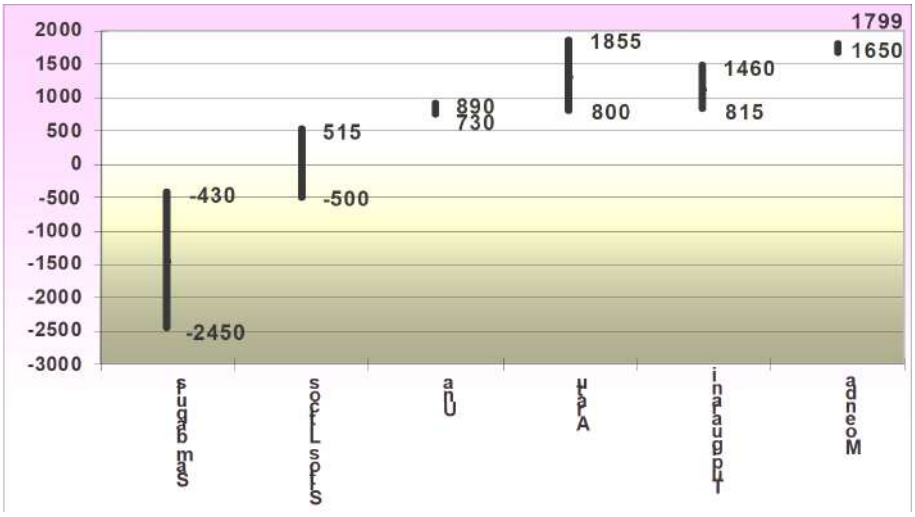

Figura 1 : Faixas cronológicas das culturas arqueológicas no Espírito Santo.

A partir das evidências arqueológicas nas Dunas de Itaúnas, situadas na área do atual Parque Estadual, Perota (1992) estabeleceu o seguinte quadro cronológico relativo para o ocupação pré-colonial e histórica (Tabela 10).

Baseado nas evidências arqueológicas para o litoral do Rio de Janeiro e da Bahia o quadro cronológico apresentado na Tabela 10 provavelmente sofrerá ainda algumas alterações significativas na medida em que as pesquisas arqueológicas prosseguirem e forem obtidas datações absolutas para os sítios das diversas culturas arqueológicas.

Tabela 10 : Quadro cronológico relativo do Parque Estadual de Itaúnas segundo Perota (1992)[9].

PERÍODOS	CARACTERIZAÇÃO
3150 a 2050 a.C.	Formação dos cordões litorâneos
2050 a 1550 a.C.	Ampliação dos cordões por movimentos regressivos e transgressivos que começam a barrar o rio Itaúnas, levando a mudança do seu curso. Formação de áreas alagadiças de origem fluvial nas fases regressivas.
1550 a 50 a.C.	Início da ocupação humana por coletores, pescadores caçadores acerâmicos. Os restos alimentares indicam uma exploração dos recursos marinhos, mangues ou de lagunas nas proximidades do sítio.
50 a.C. a 150 d.C.	Ocupação por caçadores / pescadores acerâmicos. Os restos alimentares são predominantemente constituídos de ossos de animais terrestres.
150 a 1250 d.C.	Sem evidências arqueológicas.
1250 d.C.	Ocupação por horticultores da tradição Aratu, fase Itaúnas.
1450 a 1600 d.C.	Ocupação por grupos indígenas de contato da tradição Aratu e Tupiguarani e material de origem européia.
1750 a 1800 d.C.	Surgimento da Vila de Itaúnas

Diante dos dados até o momento disponíveis, sobretudo os sítios mais antigos destoam do quadro regional mais amplo. Deve ser lembrado que, na Bahia, as primeiras evidências

[9] No texto original as datações estão indicadas como AP (antes do presente = 1950 d.C.)

cerâmicas e o início de prováveis cultivos recuam a aproximadamente 800 a.C. (sítio Pedra Oca 2830 +-130 BP [SI-470], Calderón, 1969, 1964) e no litoral fluminense a aproximadamente 1200 a.C. (sítio Corondó: 1.265 +-90 a.C. [SI-2780]), (Dias,1969; Carvalho, 1984).

Sob tal perspectiva, as informações arqueológicas da área em pauta ultrapassam o nível meramente local e adquirem importânica para uma melhor compreensão da ocupação do litoral brasileiro pelos grupos pré-coloniais.De um modo geral, esses grupos ainda são caracterizados popularmente como meros caçadores/ coletores/ pescadores que viviam em pequenos bandos. Pesquisas arqueológicas recentes em outras áreas do Brasil revelaram, no entanto, um quadro bem mais complexo dessas populações no que diz respeito à sua organização social e a sua interação com o meio ambiente físico e social (cf. entre outros Lima, 1991; 2000; Gaspar, 1999).

Entre os temas a serem explorados em futuros projetos científicos deverão figurar, sobretudo, para os ocupantes mais antigos das dunas informações sobre sistemas de abastecimento e as suas mudanças ao longo do tempo, ocorridas por fatores ambientais ou sociais, aspectos demográficos, grau de permanência e uma possível articulação desses sítios litorâneos com possíveis ocupações interioranas.

No que se refere aos grupos ceramistas, sobretudo aqueles provavelmente associados ao tronco lingüístico Macro-Jê, as investigações futuras deverão contemplar principalmente a transição para a agricultura e a adoção da cerâmica. Isto porque que tais grupos parecem ter ocupado o litoral bem antes da chegada dos Tupiguarani e se recolheram em parte ao interior durante a expansão maciça desta onda migratória de provável origem amazônica (cf., entre outros, Noelli, 1998).

Um outro foco de interesse deverá ser dedicado à interação social entre os diversos grupos ceramistas de culturas essencialmente distintas, bem como as continuidades e descontinuidades no que tange à fabricação de cerâmica indígena e das populações do período histórico.

Em relação aos sítios históricos, a análise espacial dos distintos materiais de origem européia e de fabricação local poderá revelar dados significativos sobre aspectos econômicos e sóciopolíticos ao longo do desenvolvimento dos núcleos urbanos e rurais. Propiciará estabelecer, tamém, a participação da cultura material na construção das identidades étnicas dos remanescentes indígenas, dos grupos de origem africana e européia.

3.2 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PARQUE

A prospeção arqueológica sistemática nessa unidade de conservação foi realizada durante três periodos. O primeiro, durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas entre 18 a 28 de Abril de 2000, sob a responsabilidade da SIMBIOS, onde foram localizados 18 sítios arqueológicos dentro do Parque e nas adjacências imediatas (não incluindo o sítio ES-SM-02 anteriormente pesquisado por Perota). O segundo, através de levantamentos complementares realizados à convite da administração do Parque Estadual entre 1 a 6 de Maio de 2001 e 20 a 26 de Março de 2002, e finalmente durante a elaboração/complementação do Plano de Manejo do Parque sob coordenação da CEPEMAR entre 16 a 22 de Agosto de 2002.

Na penúltima etapa de campo contou-se com a colaboração voluntária dos arqueólogos históricos Marcos André Torres de Souza e Luís Cláudio Symanski do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da UCG, Goiânia[10]. Essas etapas complementares de campo permitiram um aprofundamento no que tange à relevância dos sítios fora e dentro da unidade de conservação, uma delimitação exata de dois dos sítios históricos de imediato interesse para a visitação público, bem como a descoberta e o registro de mais quatro novos sítios arqueológicos.

Durante a última etapa de campo realizada em agosto de 2002, já tendo a Cepemar como responsável pela elaboração do Plano de Manejo, foram revisitados 7 dos sítios arqueológicos já anteriormente levantados. Realizaram-se ainda duas coletas sistemáticas de superfície de 1 x 1m e 1 x 2 m em dois desses sítios com o objetivo de dispor de primeiras informações mais detalhadas sobre a natureza do material arqueológico, sobretudo daquele atribuído aos caçadores/ coletores/ pescadores. Essas intervenções se tornaram imprescindíveis, uma vez que o material arqueológico anteriormente coletado por Celso Perota em 1990 encontra-se, conforme correspondência do IPHAN (Ofício No. 77/2001 ao Parque Estadual de Itaúnas) e informação pessoal do referido pesquisador, em um acervo atualmente inacessível.

Dos 18 sitios arqueológicos localizados na área do Parque e de suas imediações, durante a primeira prospecção, 5 pertencem ao período histórico e 13 ao período pré-colonial, sendo que um destes evidencia primeiros contatos com a sociedade brasileira.

Observações de superfície em 14 pontos e áreas entre estes apontaram para a inexistência de sítios arqueológicos em superfície. No entanto, devido ao elevado grau de instabilidade das dunas, é possível que a ação eólica revele, no futuro, outras ocorrências de sítios. A localização das áreas sistematicamente prospectadas e que não apresentaram nenhuma evidência em superfície pode ser observada na Figura 2.

[10] Ambos os pesquisadores estão cursando atualmente o doutorado nos EEUA.

FIGURA 2

Localização dos sítios arqueológicos e áreas prospectadas

Os sítios arqueológicos localizados durante esta prospecção podem ser agrupados, conforme as suas evidências materiais e aspectos morfológicos nas seguintes categorias: sítios acampamento e sítios habitação. Os sítios da tradição Itaipu (ocupação acerâmica na base das dunas estabilizadas) parecem coincidir com acampamentos relativamente prolongados. Até o momento, não há evidências para sítios que pudessem indicar um deslocamento sazonal.

No que se refere aos sítios da fase cerâmica Itaúnas, a elevada densidade de artefatos cerâmicos e líticos aponta para um relativo grande grau de permanência nos sítios Itaúnas 1 e 3, enquanto nos demais sítios dos portadores desta fase (Buraco do Bicho 2 e 3), se trate provavelmente de acampamentos temporários em decorrência de atividades específicas.

Os sítios Tupiguarani apresentam também acampamentos temporários na área das dunas (Buraco do Bicho 1 e 4, Riacho Doce 1 e Nilson 1). Os sítios Rigone 2 e 3 e Arturlino 1, filiados a esta mesma tradição cultural, situados a aproximadamente 10 km do litoral, correspondem a assentamentos permanentes provavelmente articulados aos acampamentos litorâneos.

Os sítios prospectados no Parque e adjacências entre abril de 2000 e agosto de 2002, incluindo o sitio ES-SM-02 localizado e pesquisado por Celso Perota em 1992, num total de 23, podem ser agrupados segundo a sua filiação cultural nas categorias apresentadas abaixo e na Tabela 11 e cujas características são descritas mais detalhadamente no Anexo 1. A localização dos mesmos está apresentada na Figura 3.

1 Sítios dos grupos pré-cerâmicos (Tradição Itaipu):[11]

ES-SM-02 (Sítio Dunas de Itaúnas, camadas inferiores, segundo Perota, 1992)

- Ta-01 (Praia do Tamandaré 01)

2 Sítios dos grupos pré-cerâmicos e cerâmicos(Tradição Itaipu com cerâmica intrusiva da fase Itaúnas):

- Bb-02 (Buraco do Bicho 02)
- Bb-04 (Buraco do Bicho 04)
- It-01- (Itaúnas 01)
- It –04 (Itaúnas 04)

3 Sítios cerâmicos de grupos pré coloniais (Fase Itaúnas)

- Bb-03 (Buraco do Bicho 03)
- It-03 (Itaúnas-03)

[11] As abreviações aqui utilizadas se referem as duas letras iniciais dos nomes dos sítios e não a áreas arqueológicas, uma vez que para o Estado de Espirito Santo não se dispõe de nenhuma carta arqueológica publicada.

4 Sítios cerâmicos de grupos pré coloniais (Tradição Tupiguarani)

- Ar-o1 (Arturlino-01)
- Bb-01 (Buraco do Bicho 01)
- It –05 (Itaúnas 05)
- RD-01 (Riacho Doce –01)
- Ri-02 (Rigone-02)
- Ri-03 (Rigone-03)
- Ri- 04 (Rigone-04)

5 Sítios históricos:

- Ad-01 (Adelu 01)
- An-01 (Angelim 01)
- Bb-05(Buraco do Bicho 05 Linha telegráfica)
- It 02 (Itaúnas 02)
- Mx 01 (Maria Xuxu1)
- Ni 01 (Nilson 01)
- Pe-01 (Peroba 01)
- Ri-01 (Rigone 01)

Tabela 11 : Sítios Arqueológicos do Parque Estadual de Itaúnas e do seu entorno imediato.

Nº	SIGLA	NOME DO SÍTIO	FILIAÇÃO CULTURAL
01	ES-SM-02	Duna de Itaúnas	Itaipu
02	Ta-01	Praia do Tamandaré	Itaipu
03	Bb-02	Buraco do Bicho 2	Itaipu + Itaúnas intrusiva
04	Bb-04	Buraco do Bicho 4	Itaipu + Itaúnas intrusiva
05	It-01	Itaúnas 1	Itaipu + Itaúnas intrusiva
06*	It-04	Itaúnas 4	Itaipu + Itaúnas intrusiva
07	Bb-03	Buraco do Bicho 3	Itaúnas (acampamento)
08	It-03	Itaúnas 3	Itaúnas (habitação)+ Tupig. intrusivo
09	Ar-01	Arturlino 1	Tupiguarani (habitação)
10	Bb-01	Buraco do Bicho 1	Tupiguarani + Itaúnas (acampamento)
11*	It-05 (In-01)	Itaúnas 5 (abaixo da atual Vila Itaúnas)	Tupiguarani (habitação)
12	Rd-01	Riacho Doce 1	Tupiguarani (habitação ?)
13	Ri-02	Rigone 2	Tupiguarani (habitação)
14	Ri-03	Rigone 3	Tupiguarani (habitação)
15*	Ri-04	Rigone 4 (Santa Izabel)	Tupiguarani (habitação)
16	Ad-01	Adelu 1	Histórico: Europeia e Regional
17*	An-01	Angelim 1	Histórico: Europeia (?) e Regional
18	Bb-05	Buraco do Bicho 5 - Linha Telegráfica	Histórico: Europeia uma linha
19	It-02	Antiga Vila de Itaúnas	Histórico: Europeia / Regional
20	Mx-01	Maria Xuxu 1	Histórico: Europeia e Regional
21	Ni-01	Nilson 1	Histórico: Europeia e Tupiguarani
22	Pe-01	Peroba 1	Histórico: Europeia e Regional
23	Ri-01	Rigone 1	Histórico: Europeia e Regional

Observação: * Sítios localizados após a prospecção realizada para a SIMBIOS em maio de 2000.

Figura 3 : Localização dos sítios arqueológicos no Parque Estadual de Itaúnas e no seu entorno imediato (vide mapa na escala 1:20000 no Anexo 2)

Ressalta-se que a área com maior densidade de sítios arqueológicos ocorre dentro do Parque justamente em uma região que está sendo fortemente impactada pela presença dos turistas (Figuras 4 e 5)[12].

Deve-se destacar, no entanto, que a forte erosão eólica ora em desenvolvimento na área das dunas provoca a freqüente redeposição de material arqueológico, de modo que a localização original do sítio nem em todos os casos corresponde aos locais de ocupação pré-colonial.

Observou-se também, em diversas localidades, a presença de artefatos de várias filiações culturais, sobretudo no sítio It-02 (antiga Vila de Itaúnas). Neste, em algumas áreas, aflora material arqueológico da tradição Itaipu e da fase Itaúnas e, que, provavelmente, é proveniente da erosão dos sítios It-01 e ES-SM-02.

Figura 04 : Localização de sítios arqueológicos It-02 e It-03 nas Dunas de Itaúnas.

[12] Adotando a definição de sítio arqueológico proposta por Chang (1972) e que leva em consideração os critérios: continuidade espacial horizontal, congruência funcional e contemporaneidade, esta área compreende pelo menos quatro sítios arqueológicos distintos, embora na literatura toda esta área seja referida como sítio Dunas de Itaúnas e foi tratada como um único sítio (Perota, 1992).

Figura 05: Concentrações dos sítios arqueológicos It-01, It-02, It-03 e ES-SM-02 na praia de Itaúnas.

3.3 O POTENCIAL DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E SUBSÍDIOS PARA O ZONEAMENTO DA UNIDADE

Conforme apresentado anteriormente, a prospecção arqueológica realizada no Parque evidenciou uma elevada concentração de sítios arqueológicos na área do mesmol e nas suas áreas imediatamente adjacentes. Apesar do forte comprometimento de alguns dos sítios registrados, devido à erosão eólica que atua diretamente sobre a deposição dos materiais, provocando constante redeposição dos materiais, os sítios apresentam ainda um potencial informativo considerável.

As evidências arqueológicas cobrem um período de pelo menos três a quatro mil anos, estendendo-se até a ocupação histórica do local da antiga Vila de Itaúnas, que se inicia provavelmente no final do século XVIII. Os sítios mais antigos dos grupos acerâmicos, bem como os dos diversos grupos ceramistas pré-coloniais (sítios Tupiguarani e da fase Itaúnas), situam-se mormente nas dunas que atualmente são intensamente visitadas por turistas (It-01, -02, -03, Ta-01, ES-MS-02; Bb-04 e Bb-02). Tendo em vista a realização de freqüentes coletas de materiais arqueológicos, sobretudo do período histórico pelos turistas, esta área central do Parque exige medidas urgentes no sentido de controle dos percursos abertos à visitação pública. O objetivo é de garantir a proteção, preservação e integridade desse importante patrimônio cultural.

Nas áreas mais distantes, em direção à porção sul do parque, constataram-se, além de um sítio Tupiguarani de contato, sobretudo, pequenas ocupações históricas dos séculos XIX/XX já fortemente comprometidas pela ocupação humana atual dessas localidades. No entanto, futuras pesquisas sistemáticas nesta área poderão revelar aspectos da ocupação humana mais recente da área do Parque, para a qual se dispõe de pouquíssimas fontes bibliográficas.

Entre as questões que estes sítios suscitam, encontram-se: a natureza dos contatos entre os grupos indígenas e a sociedade brasileira, a densidade demográfica, o *status* sócio-econômico desta população do período histórico, a natureza das redes de comércio e dos fluxos de informação com a sociedade envolvente, bem como a produção local da cerâmica por grupos étnicos distintos.

Em direção ao litoral norte do Parque, foram constatados diversos sítios arqueológicos do período acerâmico e cerâmico. Entre estes, destacam-se os sítios Buraco do Bicho 2 e 4 e Riacho Doce 01, como aqueles em melhor estado de conservação e que representam um elevado potencial para futuras pesquisas arqueológicas. Tais sítios encontram-se na área das trilhas percorridas pelos turistas, de modo que a sua preservação requer um imediato isolamento.

3.4 POTENCIAL INFORMATIVO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PARQUE ESTADUAL E DO SEU ENTORNO IMEDIATO

Os 23 sítios arqueológicos, até agora registrados na área do Parque e do seu entorno imediato, abrangem três períodos culturais distintos e representam uma diversidade cultural bastante representativa para o norte do Espírito Santo. Esses sítios referem-se a ocupações pré-cerâmicos de sociedades caçadores/coletores/pescadores, a dois grupos agricultores ceramistas pré-coloniais distintos e a estabelecimentos rurais e a um núcleo urbano dos séculos XIX e XX da sociedade brasileira. Como já ressaltado, diversos desses sítios arqueológicos se encontram em área intensamente utilizada pelos turistas, causando fortes impactos negativos sobre os mesmos, seja pelo pisoteio ou a coleta de materiais (Figura 6).

Figura 6 : Localização dos sítios arqueológicos na praia principal aberta à visitação pública

A área do Parque em que o turista está desfrutando das belezas naturais já foi cenário para acampamentos e aldeias de diversas sociedades indígenas pelo menos desde 500 anos a.C.[13] (Perota *et al.*, 1992). Com a sucessiva regressão do nível do mar, alguns dos assentamentos desses primeiros caçadores/coletores/pescadores foram cobertos pelas dunas que hoje atingem mais de 10 m de altura. Esses sítios encontram-se na base e sobre o médio declive das dunas e se caracterizam pela presença de uma elevada densidade de lascas e instrumentos de quartzo obtidos por meio da técnica bipolar de pequenos seixos, associados por Perota *et al.* (1992) à tradição Itaipu, que foi inicialmente estabelecida por Dias (1969) para o litoral fluminense (Figuras 7 e 8). Apesar de que na região do rio Doce as ocupações, identificados como sambaquis, recuarem até aproximadamente 2500 a.C. (Lima, 2000), os sítios em pauta figuram entre as adaptações dos últimos caçadores/ coletores/ pescadores do litoral e para os quais as fontes bibliográficas ainda são escassas.

[13] a.C. = antes de Cristo; d.C. = depois de Cristo

Figura 7 : Lascas bipolares de fatiagem
Sítio Burco do Bicho 2 (Bb-02)

Figura 8 : Instrumento (raspador)
Sítio Itaúnas 01 (It-01)

Em pelo menos dois desses sítios (It-01 e ES-SM-02) os restos alimentares estão bem preservados, de modo que permitirão um estudo não apenas da dieta, mas também do possível fenômeno sazonal desses grupos. Em alguns desses sítios predominantemente líticos foram observados alguns fragmentos cerâmicos, indicando a presença de um provável período de transição para o período cerâmico e eventualmente para uma intensificação da exploração de recursos vegetais, ou mesmo, o cultivo de plantas. Trata-se de um fenômeno já constatado por Calderón (1964) no sítio Pedra Oca do Recôncavo da Bahia e por Dias e Carvalho (1983) e Carvalho (1984) no sítio Corondó do Rio de Janeiro.

Em período posterior estabeleceram-se nessa área diversos grupos ceramistas agricultores indígenas que a partir dos primeiros contatos com a sociedade brasileira foram dizimados ou mesmo extintos (Paraíso, 1990, 1992). Entre um desses grupos encontram-se os índios da Língua Geral que, por ocasião da chegada dos primeiros europeus, ocuparam o litoral e que arqueologicamente foram identificados com a tradição ceramista Tupiguarani (Tupinambá).

Esses sítios na área do Parque e no seu entorno imediato compreendem acampamentos e sítios habitação. A variação nos elementos decorativos e as proporções distintas entre a cerâmica polícroma e a decoração plástica sugerem a presença de grupos locais distintos, bem como uma certa diferença temporal (Figuras 9 e 10). A maioria dos sítios desses ceramistas ocuparam o Rio de Janeiro entre 210 e 1765 d.C. (Buarque, 1996; Brochado, 1984) e a Bahia entre 1000 e 1645 d.C. (Calderón, 1971; Etchevarne, 1991). As duas datações absolutas disponíveis para o sul e o centro do Espírito Santo situam a sua presença entre 900 e 1400 d.C. (Perota,1975). Dentro desta perspectiva os sítios Tupiguarani do Parque poderão por meio de datações absolutas contribuir para a discussão das teorias sobre a migração desses grupos (cf., entre outros, Noelli, 1996), bem como para um estudo da territorialidade de grupos locais específicos, do seu sistema de abastecimento e das redes de relações sociais mantidas com outras sociedades, inclusive a brasileira.

Figura 9 : Cerâmica Tupiguarani com decoração plástica - Sítio It-05

Figura 10 : Cerâmica Tupiguarani com pintura policroma - Sítio Ri-03

Um segundo grupo ceramista agricultor, filiado por Perota (1974) à fase Itaúnas[14], representa uma população de provável filiação lingüística Macro-Jê cujos representantes mais recentes são conhecidos no sul da Bahia e norte do Espírito Santo, entre outros, por Pataxó, Mashacali, Botocudo e Puri (cf. mapa de Nimuendajú, 1982; Paraíso, 1992). As evidências de alguns dos sítios arqueológicos na área do Parque sugerem que esses ceramistas representam eventualmente uma certa continuidade dos antigos caçadores/ coletores/ pescadores da área (Figuras 11 e 12). Em um período mais recente os grupos de origem Tupi e Macro-Jê parecem ter mantido algumas redes de relações sociais (de natureza pacífica ou mesmo belicoso), como é indicado pelo empréstimo de elementos estilísticos dos artefatos cerâmicos. Em um dos sítios da área do Parque (It-03) registrou-se a conservação de grande parte dos restos alimentares e cujas características parecem remeter a uma exploração, sobretudo, da região interiorana. A presença dos portadores dessa cerâmica foi estimada por Perota *et al.* (1992) ao redor de 1250 d.C. Futuras datações absolutas e uma pesquisa sistemática desses sítios poderão contribuir de forma significativa para uma melhor compreensão da ocupação da faixa litorânea por grupos de origem Macro-Jê, seu sistema de subsistência, territorialidade, deslocamento no período da expansão dos grupos Tupinambá ou eventuais processos de simbiose e aspectos demográficos a partir das características morfológicas dos assentamentos e das unidades residenciais.

[14] A filiação dessa fase a Tradição Aratu para os sítios da área do Parque ainda exige comparações regionais detalhadas.

Figura 11 : Borda roletada e ungulada e grafitada da fase Itaúnas - Sítio It-03 (concentração 13)

Figura 12 : Borda acastelada da fase Itaúnas - Sítio It-03 (concentração 13)

Os sítios históricos na área e no entorno imediato do Parque que abrangem sítios rurais e um núcleo urbano, remontam ao século XIX e à primeira metade do século XX. Durante o Império estabeleceram-se ao longo do rio Itaúnas e na praia de Itaúnas os primeiros colonizadores brasileiros que, com emprego da mão de obra escrava de origem africana e indígena, atingiram uma certa prosperidade durante a segunda metade do século XIX, seja pelo cultivo do café[15], pelo processamento da mandioca e a exploração das madeiras de lei (Almada, 1981).

A necessidade administrativa da Coroa de integrar as áreas litorâneas mais distantes da capital ao Império, levou à abertura de estradas e à construção da linha telegráfica que no Espírito Santo se iniciou em 1865 (Documento 251:75). Desta forma a região de Itaúnas já estava conectada de forma definitiva por meio de um telégrafo elétrico a partir de 1876 com o Rio de Janeiro e Salvador (Documento 265:58) (Figuras 13 e 14).

Figura 13 : Poste da linha Telegráfica do século XIX - Sítio Buraco do Bicho 5 (Bb-05)

Figura 14 : Poste da linha Telegráfica do século XIX - Sítio Buraco do Bicho 5 (Bb-05)

[15] Segundo o censo do Império de 1852 as terras à margem esquerda do baixo rio Itaúnas produziram nesse ano 2.000 arrobas de café (Almada, 1981:21).

A cultura material dos sítios históricos (talheres, frascos medicinais, urinol, faianças finas etc.) revela de que, tanto os moradores da área rural, quanto do núcleo inicial da antiga Vila de Itaúnas, compartilharam a partir do contato comercial com a Europa, certos conceitos de etiqueta, higiene e cuidados com a saúde com a Metrópole (Figuras 15 e 16). No final do século XIX e início do século XX a maioria dos artefatos, antes importados sobretudo da Inglaterra e da Holanda, foi substituída por produtos nacionais. As evidências arqueológicas indicam de que nesse período a Vila sofreu uma expansão em direção norte e um gradual abandono das residências na sua parte sul. A partir de 1942 os moradores da Vila de Itaúnas foram vítimas de uma catástrofe natural que soterrou as suas casas, a igreja e o cemitério, exigindo um deslocamento do povoado para a margem direita do rio Itaúnas que se consumou definitivamente em 1972 (Medeiros, 1973). Surgiu assim a Vila de Itaúnas Nova que foi erguida sobre uma antiga aldeia dos índios Tupiguarani.

Figura 15 Faiança fina inglesa, prato com padrão "willow" Sítio Itaúnas 2 (It-02) 2ª metade do século XIX

Figura 16 Base de uma garrafa (push-up) e fragmento de frasco medicinal Sítio Itaúnas 02 (It-02); 2ª metade do século XIX.

3.5 MEDIDAS DE PROTEÇÃO E POTENCIAL PARA A VISITAÇÃO PÚBLICA

A considerável densidade de sítios arqueológicos na área do Parque e do seu entorno imediato, bem como os impactos negativos causados por agentes naturais e antrópicos exigem um gerenciamento adequado. Como os vestígios arqueológicos representam um recurso não renovável e que estão sujeitos à legislação brasileira (sobretudo a Resolução CONAMA 01 de 1986, as leis federais No. 3924 de 1961 e No. 7.661 de 1988), o gerenciamento abrange pesquisa científica, medidas de proteção, um constante monitoramento, bem como a devolução do conhecimento à sociedade. Apenas dessa forma pode ser assegurada a integridade desse rico patrimônio arqueológico cujo potencial informativo pode ser mobilizado no sentido de promover a formação de uma consciência e valorização do patrimônio arqueológico regional e nacional, uma melhor compreensão da pré-história e história regional e com isso da consolidação da identidade do cidadão brasileiro (cf. Meneses, 1987). Nesse sentido a natureza pluricultural dos vestígios arqueológicos do Parque representa um potencial significativo, uma vez que abrange

diversos grupos indígenas, culturas africanas e vestígios históricos da sociedade brasileira (Figuras 17 e 18).

Figura 17: Cachimbo com influência de cultura afro-brasileira - Sítio Rigone 01 (Ri-01)

Figura 18: Cachimbo com influência de cultura afro-brasileira - Sítio Adelu 01 (Ad-01)

O gerenciamento dos sítios arqueológicos do Parque deverá compreender: pesquisa científica sistemática, preservação física dos sítios, monitoramento permanente, bem como uma educação patrimonial. A devolução do conhecimento sobre as sociedades que ocuparam essa área no passado poderá ser realizada por meio de visitação pública, uma exposição permanente de arqueologia, bem como por meio de materiais didáticos (folders e vídeos etc.). Apenas na medida em que a sociedade (a comunidade local e os visitantes) se aproprie desse conhecimento e se adote uma atitude no sentido de valorizar esse patrimônio, os sítios tem uma maior chance de serem preservados (Morley, 1989). Essa valorização se dá na medida em que os sítios arqueológicos são concebidos também em termos de um recurso econômico (visitação pública), do seu valor estético, simbólico/afetivo e informativo (cf. Lipe, 1984).

- ***A Pesquisa***

A arqueologia pode desempenhar o seu papel social de forma efetiva apenas na medida em que se dispõem de elementos interpretativos que permitam também ao leigo questionar e discutir o seu presente atual a partir da experiência de sociedades do passado (cf., entre outros, Durrans, 1989).

Uma futura pesquisa arqueológica sistemática dos sítios na área do Parque e do seu entorno se torna imprescindível e exige uma equipe interdisciplinar. Como o próprio soterramento da antiga Vila de Itaúnas e as suas causas é uma temática ainda corrente na comunidade local, a existência de processos geomorfológicos semelhantes num passado mais remoto desempenham um papel importante nesse debate, bem como no planejamento e na administração da Vila atual. Entre outros pontos que poderiam ser levantados a partir da

pesquisa arqueológica poderiam figurar: a desmistificação dos estereótipos em relação ao índio ainda fortemente arraigados, respostas diferenciadas dos grupos pré-coloniais em relação a mudanças ambientais, questões ligadas à escravidão, bem como momentos de prosperidade e decadência econômica da Vila e dos seus estabelecimentos rurais desde o século XIX.

Os sítios localizados dentro do Parque, bem como aqueles de toda a bacia do Rio Itaúnas oferecem um relativo alto potencial, tanto pela abrangência temporal, quanto pela diversidade cultural. Apesar de um panorama prévio de natureza essencialmente descritivo (Perota, 1971, 1974, Perota *et al.* 1992), carecem-se, todavia, de informações detalhadas sobre estas comunidades pré-coloniais e coloniais, a sua cronologia absoluta, continuidades e rupturas culturais, redes de relações sociais, aspectos demográficos, econômicos e sócio-políticos, bem como sobre a sua interação com o meio-ambiente natural.

Recomenda-se, portanto, a elaboração de um projeto de pesquisa arqueológico para estes sítios e no qual a unidade geográfica da bacia do rio Itaúnas deverá figurar como unidade de pesquisa e não apenas sítios arqueológicos isolados. Deverão figurar como metas importantes, além da elaboração de uma cronologia segura, as articulações espaciais entre sítios de natureza distinta de uma mesma sociedade, bem como os aspectos morfológicos e as diferenças espaciais intra-sítio que poderão remeter diretamente à organização social e política e a atividades econômicas distintas.

♦ ***Preservação e Proteção***

Como medidas para a preservação e proteção dos sítios arqueológicos sugerem-se:

- Uma imediata proteção física dos sítios, especialmente daqueles que se encontram na área de maior circulação dos turistas com o objetivo de evitar perturbações do subsolo e coletas por pessoas não autorizadas. O pisoteio poderá ser minimizado por meio de cercas e caminhos de circulação, enquanto a coleta não autorizada poderá ser evitada apenas a partir de uma constante presença de vigias nos pontos de maior fluxo turístico.

- Monitoramento permanente da faixa litorânea do Parque, uma vez que com a movimentação das dunas novos sítios arqueológicos poderão aflorar, enquanto outros serão recobertos pelas areias. Esse monitoramento implica na observação e registro periódico semanal das evidências em superfície e a solicitação de um arqueólogo, caso as dunas liberarem evidencias importantes, bem como no acompanhamento arqueológico em qualquer intervenção no subsolo, especialmente na área da atual Vila, bem como durante as previstas atividades de revegetação das dunas nas quais se concentra uma parte significativa de vestígios arqueológicos.

- Treinamento de monitores, guias e vigias do Parque no que se refere: ao potencial informativo das evidências arqueológicas, o conteúdo científico disponível e a sua importância para a arqueologia regional e brasileira, bem como à legislação que rege o patrimônio histórico e cultural.

♦ ***Educação Patrimonial***

A educação patrimonial representa um dos passos importantes na preservação dos sítios arqueológicos e permite ao mesmo tempo uma sensibilização para com o passado no sentido de construir o futuro e abrange entre outros, segundo Horta, Grunberg & Monteiro (1999) os seguintes passos:

- Elaboração de uma exposição permanente sobre os sítios arqueológicos do Parque e adjacências por meio de painéis e uma parte do acervo arqueológico da Reserva Técnica do Parque[16];
- confecção de um *"folder"* contendo informações sobre a importância do patrimônio arqueológico da área do Parque, os primeiro resultados das pesquisas arqueológicas, bem como sobre a legislação vigente;
- realização de palestras e *"workshops"* periódicos para a comunidade local e os visitantes sobre a arqueologia pré-histórica e histórica regional inserida dentro de um contexto da arqueologia brasileira;
- visitação de sítios arqueológicos com guias

3.6 MEDIDAS DE ADEQUAÇÃO PARA A VISITAÇÃO PÚBLICA DOS SÍTIOS SELECIONADOS

Com base nos critérios de significância apresentados pelo *National Register Bulletin* (1995) e nos conhecimentos científicos já disponíveis, foram selecionados entre os 23 sítios, até agora localizados na área do Parque e do seu entorno imediato, quatro sítios que poderão ser explorados para fins turísticos, desde que se obedeçam as seguintes adequações abaixo enumeradas: sítio Itaúnas 2 (Figura 19), sítio Buraco do Bicho (Figura 20), sítio Buraco do Bicho 5 (Figura 21) e a ruína da antiga fazenda do Barão de Timbuí (Ri-01) (Figura 22), situada fora da área do Parque. Para a interpretação dos sítios e a sua sinalização, os trabalhos de Edwards (1997) e Barbosa (1997) poderão fornecer subsídios valiosos na fase da execução do Plano de Manejo.

[16] Essa exposição já se encontra em elaboração sob a coordenadação de Wüst, aguardando-se a liberação de recursos financeiros.

- ***Antiga Vila de Itaúnas***

Figura 19: Ruína da igreja da antiga Vila de Itaúnas Sítio Itaúnas 02 (It-02)

- Escavação e restauração parcial da ruína da igreja;
- Realização de um paisagismo ao redor da ruína;
- Preparo e consolidação de um dos solos habitacionais;
- Traçado de uma ou mais trilhas para evitar o pisoteio de outros sítios nas suas proximidades;
- Colocar uma placa de sinalização nos moldes sugeridos pelo IBAMA e IPHAN;
- Permitir a visitação pública apenas com guias treinados

♦ ***Linha Telegráfica do Buraco do Bicho***

Figura 20: Vista pacrial do sítio Buraco do Bicho 5 por onde passou a antiga linha telegráfica (Bb-05).

- Restauração e erguimento de um dos postes da linha telegráfica;
- Canalização dos turistas por meio de uma trilha preestabelecida para evitar pisoteio do sítio arqueológico pré-colonial que se encontra nas sua imediações;
- Levantamento de uma placa de sinalização nos moldes sugeridos pelo IBAMA e IPHAN;
- Permitir a visitação pública apenas com guias treinados

♦ ***A Duna ES-SM-02***

Figura 21: Duna do sítio ES-SM-02 onde se realizou um corte estratigráfico por Perota em 1990.

Devido a sua beleza natural e as escavações ali realizados por Celso Perota em 1990, essa duna em cujo sopé encontram-se vestígios arqueológicos de grupos caçadores-coletores-pescadores pré-coloniais poderá figurar como um ponto de parada em uma das trilhas de visitação pública.

- Reparo da cerca e se colocação uma placa de sinalização nos moldes sugeridos pelo IBAMA e IPHAN;
- Canalização dos turistas por meio de uma trilha preestabelecida para evitar pisoteio do sítio arqueológico pré-colonial que se encontra nas sua imediações;
- Permitir a visitação pública apenas com guias treinados.

- ***A Ruína da Fazenda do Barão do Timbuí (Atual Fazenda Rigone)***

Figura 22: Ruínas da sede da fazenda do Barão de Timbuí construído na 2ª metade do século XIX (atual fazenda Rigone) (Ri-01)

- Remoção do atual bananal que cobre grande parte da ruína;
- Escavação e restauração parcial da ruína para permitir ao visitante uma visão clara sobre a arquitetura da antiga sede da fazenda;
- Estabelecer um circuito por meio de caminhos e outros recursos paisagísticos;
- Erguer uma placa de sinalização dentro de normas estabelecidas pelo IBAMA e IPHAN;
- Promover uma exposição do material arqueológico do sítio no próprio local que poderia ser combinada com a abertura de um posto turístico de venda;
- Permitir a visitação pública apenas com guias treinados.

Todos os demais sítios arqueológicos na área do Parque e do seu entorno imediato ainda exigem futuras pesquisas e apresentam uma relativamente baixa visibilidade, de modo que não se recomenda nenhuma exploração para fins turísticos.

Diante do elevado fluxo turístico e para o atendimento satisfatório dos pontos acima arrolados (proteção, preservação e devolução do conhecimento científico à sociedade) o quadro funcional do Parque deveria compor de forma permanente de pelos menos um arqueólogo, um museólogo e de no mínimo três vigias, além de promover um constante diálogo com a comunidade local. Como a exploração turística é terceirizada, a formação dos guias turísticos e dos monitores deveria ficar à cargo dos profissionais especializados do Parque, que representa o órgão oficial responsável pela manutenção da integridade dos sítios arqueológicos para as futuras gerações e pela garantia de qualidade dos serviços prestados.

4 Uso Público e Capacidade de Carga Recreativa

Consideradas como excelentes meios para conservar áreas naturais, as atividades educativas e recreativas têm sido vistas como opções potenciais para se atingir os objetivos de desenvolvimento e conservação de uma região. Entretanto, estas atividades ainda encontram-se desordenadas, praticamente impulsionadas pela oportunidade mercadológica, deixando de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados para a unidade e o entorno.

No Brasil, a escassez de recursos, equipamentos e pessoal é uma constante, além disso, tanto o manejo como o nível de pesquisa em unidades de conservação é ainda precário. Os problemas com os impactos da visitação existente em grande parte das áreas abertas ao uso público não são sequer tratados.

Dentro deste contexto, a necessidade de atender a demanda e minimizar os impactos provocados por uma visitação que cresce a cada ano tornou-se o maior desafio dos administradores destas áreas.

Para compatibilizar as ações necessárias para se atingir objetivos tão distintos como a conservação da biodiversidade, a recreação em contato com a natureza e a educação e interpretação ambiental, é essencial pesquisar sobre as características dos usuários e os tipos de usos que estes dão às áreas visitadas, além dos impactos que esses usos provocam.
Este estudo tem como objetivos avaliar as atividades turísticas oferecidas dentro e no entorno do Parque Estadual de Itaúnas (PEI), analisar as atividades potencialmente aptas frente aos objetivos de conservação da região, analisar alguns indicadores de impacto e estabelecer uma proposta de monitoramento destes.

Considerando que o trabalho ainda está sendo realizado, neste primeiro relatório limitar-se-á à avaliação das atividades turísticas realizadas dentro e no entorno do PEI, além da caracterização da visitação obtida através de levantamento bibliográfico. Apresentar-se-á também uma análise da infra-estrutura existente no PEI e na Vila de Itaúnas para o atendimento do público visitante.

4.1 USO PÚBLICO NO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS E NO ENTORNO

4.1.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

4.1.1.1 Vila de Itaúnas

Distante 270 km de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, a Vila de Itaúnas localiza-se no município de Conceição da Barra, no extremo norte do Estado e a ligação rodoviária principal é realizada por uma rodovia não pavimentada ES-010, através da BR-101 e ES-421, ES-416 (Alves *et al*., 2001).

O acesso à Vila pode ser efetuado regularmente através da Viação Mar Aberto, sendo três os horários previstos: a) trecho Itaúnas -» Conceição da Barra (8h, 13:30h e 16:30h) e trecho Conceição da Barra -» Itaúnas (7h, 12h e 17:30h), fora da alta temporada e feriados (Alves *et al*., 2001).

A Vila de Itaúnas passa a ser conhecida nacionalmente na década de 60 através de matérias publicadas em revistas de grande circulação, tais como O Cruzeiro, A Cigarra e Realidade. O destaque era para o processo de soterramento que a Vila passava, em função do avanço das areias trazidas pelos ventos devido à retirada da restinga que havia entre a Vila e a praia (Plano de Ação, 2000).

A história de Itaúnas é bastante rica e seu povo, descendente de uma mistura genuína da raça brasileira onde se destaca o índio, o negro e português. A Vila passou por momentos de apogeu econômico até a década de 50, devido à produção de farinha de mandioca e pelo ciclo da madeira (Plano de Ação, 2000).

De acordo com Alves *et al*. (2001), a beleza ímpar e a localização estratégica da Vila de Itaúnas na área reconhecida como sítio do Patrimônio Mundial Natural "Costa do Descobrimento", contribuíram para incorporar a região ao roteiro turístico nacional.

Os primeiros grupos de turistas datam da década de 70 e, na década de 80, já existiam 87 residências sazonais na pequena Vila, cujo total de imóveis de uso permanente era 156 residências. Nesta época, a maioria dos visitantes hospedava-se nas casas dos moradores (Alves *et al*.,2001).

A divulgação da Vila em nível nacional ocorreu na década de 90, contribuindo para aumentar o fluxo de turista para Itaúnas. Como resultado, observa-se o processo de especialização da Vila, transformando o turismo na mais importante atividade econômica (Alves *et al*., 2001).

Segundo Alves *et al*. (2001), este aumento do fluxo de turistas para Itaúnas, resultou num expressivo aumento de pousadas e estabelecimentos comerciais que passaram de 5 para 50 e de 20 para 71, respectivamente, em apenas 10 anos.

Em levantamento realizado em agosto de 2002, foram registrados 35 estabelecimentos comerciais distribuídos da seguinte forma: 13 bares, 6 lanchonetes, 3 pizzaria, 1 sorveteria e 12 restaurantes. Em se tratando dos estabelecimentos para hospedagem, em função do detalhamento necessário à qualificação de cada empreendimento, optou-se por apresenta-los numa tabela sintética para facilitar a visualização das diferenças (Tabela 12).

Tabela 12 : Detalhamento das pousadas existentes na Vila de Itaúnas. Itaúnas, 2002.

	POUSA-DAS	ENDEREÇO	AP-TOS	CA-PAC.	FRI-GO.	VENT.	AR	RE-DE	VARAN-DA	TV	FACILIDADES	CA-FÉ	SERV. AP.	PROP.	CON-VEN.
1	Estalagem Vila Tânia	R. Projetada	25	75	-	sim	sim	sim	sim	sim	pisc, rest. C/ ar, sl de jogos, play-ground, 16 ar	sim	sim	Vitória	-
2	Pousada A Nave	R. Ítalo Vasconce-los	11	34	-	sim	-	-	sim	-		sim	sim	Curitiba	-
3	Pousada Água de Coco	Sem nome	6	12	-	sim	sim	sim	sim	-	sala de TV, 2 WC fora, estac.	sim	sim		sim
4	Pousada Alaman-das	Sem nome	4	11	sim	sim	-	sim	sim	-	3 frig, estac . p/ 4 carros, bar, sala de TV	sim	sim	Local	sim
5	Pousada Arco íris	Sem nome	10	28	sim	sim	-	sim	sim	sim	4 TV, 8 frig	sim	sim	Belo Horizonte	-
6	Pousada Areia Branca	Sem nome	10	39	-	sim	-	-	sim	-	-	sim	sim	Local	sim
7	Pousada Beija Flor	Sem nome	6	15	-	sim	-	-	-	-	-	sim	sim	Local	sim
8	Pousada Beira Rio	Sem nome	5	10	-	sim	-	-	sim	-	-	-	sim	Local	-
9	Pousada Bem-te-vi	Sem nome	17	34	sim	-	sim	sim	sim	-	10 ar, 10 frigobar, piscina, jd de inverno, energia Solar	sim	sim	EUA (americ + Bra)	-
10	Pousada Brisa do Mar	Sem nome	5	10	-	sim	-	-	sim	-	-	sim	sim	Local	-
11	Pousada Cambuca	Sem nome	8		sim	sim	sim	-	sim	sim	4 frig	sim	sim	Local	sim
12	Pousada Carrancas	Sem nome	8	22	-	sim	-	sim	sim	-	sala de TV, 6 redes estacionamen-to	sim	sim	Local	sim
13	Pousada Convés	Sem nome	10	35	sim	-	sim	sim	sim	sim	-	sim	sim	Vitória	-
14	Pousada D. Lucy	Sem nome	9	18	-	sim	-	-	sim	-	-	-	sim	Local	-
15	Pousada das Araras	Sem nome	11	30	sim	sim	-	-	sim	sim	sala de TV, bar, 4 frig, 3 TV	sim	sim	Local	sim
16	Pousada das Araras	Sem nome	11	30	-	-	-	-	-	-	sala de TV, Bar, varanda, vent teto, 4 frig e 3 TV	sim	sim	Local	-

Tabela 12 : Detalhamento das pousadas existentes na Vila de Itaúnas. Itaúnas, 2002. (Continuação).

	POUSA-DAS	ENDERE-ÇO	APTOS	CA-PAC.	FRI-GO.	VENT.	AR	RE-DE	VARAN-DA	TV	FACILIDADES	CA-FÉ	SERV. AP.	PROP.	CON-VEN.
17	Pousada do Coco	Sem nome	16	36	sim	sim	sim	sim	sim	sim	5 TV, 5 frig, 2 ar, 14 vent, jardim	sim	sim	Itaúnas	-
18	Pousada do Coelho	Sem nome	10	36	sim	sim	sim	sim	sim	-	sala TV, piscina, 6 vent, 7 frig, 4 ar	sim	sim	Local	Sim
19	Pousada do Jabá	Sem nome	10	30	-	sim	-	sim	sim	-	-	sim	sim	Local	Sim
20	Pousada do Sena	Sem nome	22	59	-	sim	-	sim	sim	sim	8 TV, piscina, restaurante, bar	sim	sim	Local + Belo Horizonte	-
21	Pousada dos Corais	Sem nome	11	21	sim	sim	-	sim	sim	sim	piscina, salão de jogos, bar	sim	sim	Belo Horizonte	-
22	Pousada dos Ventos	Sem nome	8	26	sim	sim	sim	sim	sim	sim	4 ar, 4 vent, sala de TV, estacionamento	sim	sim	Belo Horizonte	-
23	Pousada Dunas	Sem nome	8	28	-	sim	-	sim	sim	-	-	sim	sim	Belo Horizonte	-
24	Pousada Dunas de Itaúnas	Sem nome	12	36	sim	sim	sim	-	sim	-	3 ar, 9 varanda	sim	sim	Conc. da Barra	sim
25	Pousada Gajiru	Sem nome	15	32	sim	sim	sim	sim	sim	sim	10 TV, 6 ar 9 vent 9 frig 13 var 6 rede bar estac	sim	sim	Concei-ção da Barra	-
26	Pousada Garça Real	R. Antenor Cabral da Silva	10	24	sim	sim	sim	-	sim	sim	piscina, 3 TV, 6 ar,4 vent, bar, sala TV	sim	sim	Local	-
27	Pousada Girassol	Sem nome	10	30	sim	sim	-	sim	sim	-	-	sim	sim	Local	Sim
28	Pousada Ilamar	Sem nome	10	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Vitória	-
29	Pousada Indaiá	Sem nome	4	8	-	sim	-	-	sim	-	-	sim	sim	Local	sim
30	Pousada Irerê	Sem nome	10	20	-	sim	-	-	sim	-	-	-	-	Local	-
31	Pousada Nativos	Sem nome	8	24	-	sim	-	-	sim	-	-	sim	sim	Local	sim
32	Pousada Oithi	Sem nome	10	30	sim	sim	-	sim	sim	sim	bar, 4 frigobar, 2 TV	sim	sim	Local	sim
33	Pousada Pargos	Sem nome	4	12	sim	sim	sim	sim	sim	sim	5 TV, 4 ar, 6 vent, 2 varanda c/ rede, 4 jd de inv	sim	sim	Local	-
34	Pousada Ponta de Areia	Sem nome	8 chalés	32	sim	sim	-	-	sim	-	sala de TV, estac 2 carros	sim	sim	Conc. da Barra	sim
35	Pousada Portal de Itaúnas	Sem nome	3 e 2 salao	26	sim	sim	-	-	sim	sim	piscina	-	-	Local	-

Tabela 12 : Detalhamento das pousadas existentes na Vila de Itaúnas. Itaúnas, 2002. (Continuação).

	POUSA-DAS	ENDERE-ÇO	APTOS	CA-PAC.	FRI-GO.	VENT.	AR	RE-DE	VARAN-DA	TV	FACILIDADES	CA-FÉ	SERV. AP.	PROP.	CON-VEN.
36	Pousada Sol da Dunas - Alberque	Sem nome	13	30	-	sim	-	sim	sim	-	-	sim	sim	Vitória	sim
37	Pousada Tartarugas	R. Maria Ortiz Barcelos	5	10	sim	sim	sim	sim	sim	sim	8 redes, estacionamen-to, piscina	sim	sim	Local	-
38	Pousada Ticumbi	Sem nome	10	28	-	sim	-	-	sim	-	-	sim	sim	Belo Horizonte	sim
39	Pousada Vila Morena	R. Tercílio Ferreirada Fonseca	10	25	sim	sim	-	-	sim	sim	piscina	sim	sim	Local	sim
40	Pousada Vila Sossego	Sem nome	6	18	sim	sim	-	sim	sim	-	7 var, 6 rede, 4 frigobar	sim	sim	Local	sim
41	Quarto da Dona Lurdes	Sem nome	5	13	-	sim	-	-	sim	-	-	-	sim	Local	sim

A Vila possui também 5 áreas para acampamento, com grande capacidade para alojar grupos, quais sejam:

- Camping Dunas – possui 6 banheiros e capacidade para 75 a 100 barracas;
- Camping A Nave - 11 banheiros para 20 barracas;
- Camping da Vila – informação não obtida;
- Camping Mistureba - 2 banheiros para 20 barracas;
- Camping do Lico - 2 banheiros para 30 barracas.

Este fluxo de turistas traz conseqüências positivas e negativas ao PEI e à Vila, em função do crescimento desordenado das atividades turísticas. Desta forma, a população organizada passa a discutir estas transformações (Plano de Ação, 2000).

Um exemplo bem interessante e que merece ser destacado refere-se à manifestação efetuada por um grupo de turistas no dia 24/07/2002, sobre a realização do Circuito Nacional de Forró. Eles efetuaram um abaixo assinado solicitando aos moradores que tomassem providências no sentido de não fazer coincidir este evento com as férias escolares e tradicionais temporadas de verão, pois estavam e busca de tranqüilidade e beleza natural e não um grande agito (Carta aberta á população da Vila de Itaúnas, 2002)

4.1.1.2 Eventos da Vila de Itaúnas

- ***Ecobike***

- Ocorreu 2 vezes;
- Evento que ocorre na semana do meio ambiente (junho);
- Freqüência: 1 vez por ano;

O percurso engloba a trilha do Alméscar, passa por fora do parque e volta ao seu interior. A largada é na Vila de Itaúnas e a chegada é em Conceição da Barra. No ano de 2001 foram 25 participantes e em 2002 foram 66. A inscrição é realizada com a doação de 1kg de alimento não perecível para uma escolinha da Vila.

- ***Campeonato de Mountain Bike***

- Ocorreu 1 vez, com 10 adultos e 10 crianças.
- É composta por várias etapas, começando no interior do parque, junto a ponte, passando pela fazenda do Cabral, Morro da Jaqueira, sítio do Angelim e a trilha do alméscar.

- ***Forró Bike***

- Foi realizado 2 vezes;
- Integra o circuito estadual de mountain bike;
- Ocorre uma vez ao ano, no mês de julho.

- ***Trekking***

- Foi realizado 1x. A freqüência é anual.
- O percurso abrange área dentro e fora do parque.

- ***Canoagem***

- Já foram realizados 2 vezes;
- É organizado pela Prefeitura de Conceição da Barra;
- Percurso: a partir da ponte sobre o rio Itaúnas até a foz natural;
- Evento anual que ocorre no primeiro semestre.

- ***Festival de Forró***

- Já foi realizado 2 vezes;
- Organizadores: Bar Forró (Paulo Matos – Paulão) e Buraco do Tatu (Jucimar/Tatu);
- Época: alta temporada (dezembro até março), julho e nos feriados prolongados;
- Participantes: cerca de 1000 pessoas;
- Pagamento: Carnaval e ano novo R$10,00 e nativos 50% de desconto. Em outras ocasiões o preço é de R$5,00

- ***Circuito Nacional de Forró***

- Já foram 2 realizações;
- Época: julho;
- Organizador: Prefeitura Municipal de Conceição da Barra;
- Freqüência: anual;
- Evento de grande porte onde são contratados cantores famosos.

4.1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES RECREATIVAS E EDUCATIVAS REALIZADOS NO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS E NO ENTORNO

Considerando a inviabilidade dos funcionários do PEI promoverem atividades recreativas no interior e entorno da unidade, a Organização Não Governamental denominada Sociedade Amigos do Parque de Itaúnas (SAPI) celebra um contrato de desenvolvimento de atividades ecoturísticas no PEI com a agência Casinha de Aventuras, como cumprimento de parte do Plano de Trabalho do Termo de Cooperação Técnica e financeira celebrado entre o Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (SEAMA) e a SAPI. Este contrato, celebrado em 2770971999, é a concessão para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas a serem realizadas no PEI e sua área de influência, para o cumprimento do Programa de Ecoturismo da unidade. As atividades previstas neste contrato definem que elas deverão ser executadas pela agência de ecoturismo Casinha de Aventura, de propriedade de Selma Loures da Paixão Ataíde, cujo diretor é o Sr. Sidney Ataíde.

A Casinha de Aventura é uma empresa que organiza passeios e eventos esportivos e foi aberta no final de 2000. Localizada na rua principal da Vila, seu endereço comercial é: Caixa Postal nº. 21 - CEP: 29.960-000 - Itaúnas/ES - Fone/Fax: (027): 3762-5081 – site: www.casinhasdeaventuras.hpg.com.br.

Todos os condutores de visitantes são nativos e residentes em Itaúnas (dos quais 4 são canoeiros, 1 atua na cavalgada, 2 são condutores para caiaque, 2 para bicicleta, 2 para buggy – que atuam no passeio para Riacho Doce, Costa Dourada e Praia 02, ao lado da Costa Dourada). Todos os passeios são oferecidos permanentemente e podem ser realizados a qualquer hora do dia.

Tendo em vista entrevista realizada com a proprietária da empresa, lista-se a seguir os passeios disponibilizados aos visitantes:

- **Caminhada**

♦ ***Buraco do Bicho***

- Acesso pela trilha do pescador e retorno pela praia - dunas;
- Tempo de Duração: 4 horas;
- Custo: R$ 10,00/pessoa para grupos de no mínimo 2 pessoas e máximo de 5/condutor (exceto grupos escolares);
- Trilha através de vegetação típica de restinga, passando pela antiga linha do telégrafo e rodeada por frutíferas da região.

♦ ***Trilha das Ruínas***

- Acesso pelas dunas e retorna pelo sítio do Sr. Tamandaré;
- Tempo: 2h30
- Custo: R$ 8,00/pessoa para grupos de no mínimo 2 pessoas e máximo de 5/condutor;
- Observa-se o processo de revegetação das dunas, ponto de desova da tartaruga, sítios arqueológicos, contos da história local.

- **Bicicleta**

♦ ***Trilha do Almíscar*** *(árvore aromática – resina retirada do tronco da árvore – utilizado para confecção de incenso, defumação e uso fitoterápico);*

- Acesso através da Vila;
- Duração: 2 h;
- Custo: R$15,00 (inclui bicicleta, luva e capacete) /pessoa para grupos de no mínimo 2 pessoas e máximo de 8/condutor – o condutor leva kit de primeiros socorros.

♦ ***Trilha da Jaqueira***

- Passeio fora da área do PEI – no Sítio do Cabral;
- Duração: 4 h;
- Grau de dificuldade: elevado;
- Custo: R$20,00 /pessoa para grupos de 2 a 3 pessoas.

- Cavalo

- Riacho Doce
- Saída pela ponte, até a trilha do pescador. Vai pela praia até Riacho Doce, descansa, toma banho de mar e volta pela praia;
- Duração: 4h;
- Custo R$20,00/pessoa para grupos de no mínimo 2 pessoas e máximo de 9/condutor (o dono tem apenas 10 cavalos) ;

♦ ***Sítio do Angelim***

- Área fora do PEI;
- Duração: 3 horas;
- Mata nativa e eucalipto, jaqueira e farinheira;
- Custo: R$ 15,00/pessoa;
- Comunidade tradicional que habita na entrada da Vila de Itaúnas;

- Canoa e caiaque

O passeio a canoa é o mais procurado e, em caso de chuvas, não há como efetuá-lo. Este passeio enfoca a região do alagado, a vegetação e a fauna regional. A tabela abaixo mostra as possibilidades da atividade em termos de tempo, equipamento e custo individual.

Tabela 13 : passeios de canoa e caiaque no Parque Estadual de Itaúnas e entorno. Itaúnas, 2002.

TEMPO DO PASSEIO	CUSTO/PESSOA NA CANOA	CUSTO/CAIAQUE
1h30	R$ 8,00	R$10,00
2h30	R$10,00	R$12,50

4.1.3 VISITAÇÃO NO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS

A visitação no Parque Estadual de Itaúnas era bastante reduzida até que os meios de comunicação iniciassem uma ampla divulgação sobre a área em casas de show de grandes centros urbanos (Diniz & Sant´Anna, s/d).

A partir de 1992 inicia-se o controle dos visitantes do PEI e desde 1993, além da recepção diária no Centro de Visitantes, no período de maior fluxo turístico, acontece a campanha verão/PEI. Em função do grande fluxo neste período foram estabelecidos dois pontos de apoio, além do Centro de Visitantes. Um junto a ponte sobre o rio Itaúnas, no acesso principal do parque, e o outro ponto junto as barracas da praia. Nestes dois pontos, abordou-se os visitantes que circulavam de carro e pedestres para divulgar informações sobre o parque, campanhas educativas, distribuição de sacolas para descartar o lixo e coleta de dados sobre os visitantes (Diniz & Sant´Anna, s/d).

Analisando a freqüência dos visitantes nos últimos anos, elaborou-se o gráfico abaixo (Figura 23) onde se percebe claramente que o período de maior visitação ocorre nos meses de férias escolares e em alguns feriados prolongados.

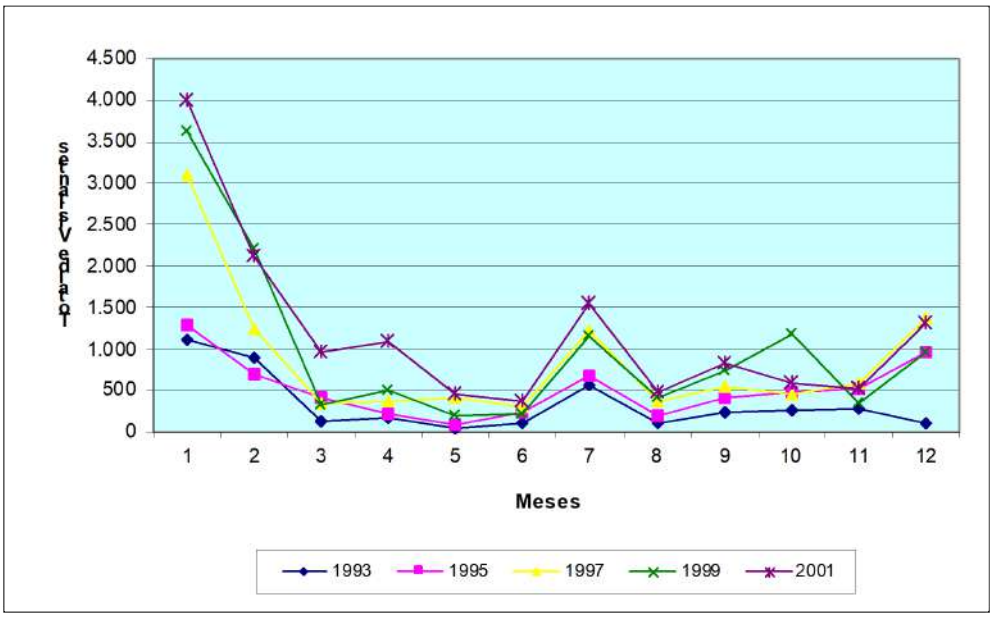

Figura 23 : Freqüência mensal de turistas que passaram pelo centro de visitantes nos anos de 1993, 1995, 1997 e 2001. Itaúnas, 2002.

4.2 PERFIL DOS VISITANTES DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS

Através do Programa de Ecoturismo do PEI, realizou-se um levantamento em relação ao perfil dos visitantes que freqüentam o parque. Em 1999 foi elaborado um questionário para auxiliar na coleta de dados da campanha de verão e, de um total de 11.873 pessoas que passaram pelo Centro de Visitantes do PEI, foram realizadas 291 entrevistas. O mesmo questionário foi utilizado no verão de 2000 e, desta vez, o total de entrevistados foi 124 pessoas (Diniz & Sant´Anna, s/d).

Dentre as informações obtidas, constatou-se que predominam visitantes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro (Figura 24). Além disso, 100% dos entrevistados freqüentam o PEI todos os dias durante sua permanência em Itaúnas.

Observando o nível de escolaridade, predominam visitantes com terceiro grau completo, seguido de terceiro grau incompleto, conforme mostra a Figura 25. Este resultado ratifica as observações levantadas em outras regiões e também em outros países, de que o turismo em áreas naturais é mais procurado por pessoas com educação formal elevada e poder aquisitivo médio.

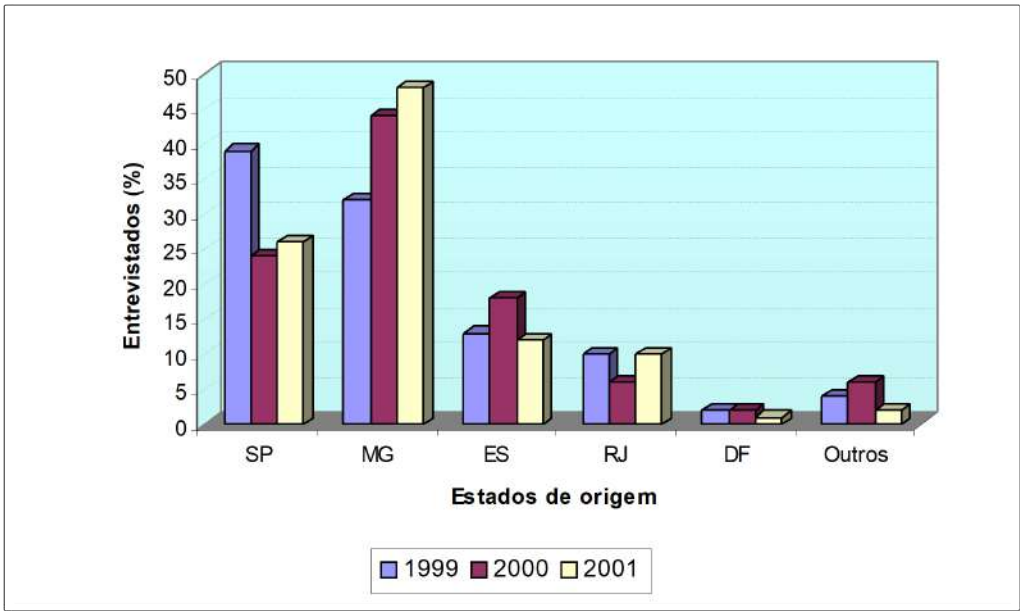

Figura 24 : Procedência dos visitantes do PEI, nas campanhas de verão dos anos de 1999, 2000 e 2001.

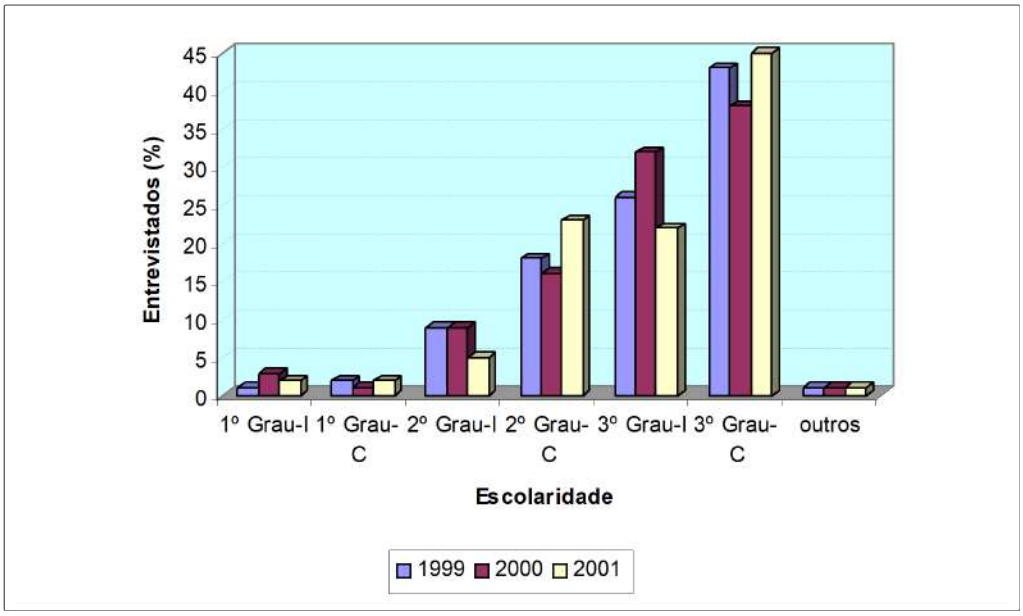

Figura 25 : Nível de escolaridade dos visitantes do PEI, nas campanhas de verão dos anos de 1999, 2000 e 2001. itaúnas, 2002.

Em se tratando de avaliar os meios mais eficazes para a divulgação do PEI, constata-se que a recomendação efetuada por amigos continua sendo a mais eficiente, já que aproximadamente 65% dos entrevistados ficaram sabendo da existência do parque através deles.

Dentre os indivíduos entrevistados, cerca de 24% realizam entre 6 e 10 viagens de lazer por ano e cerca de 50% deles estavam no parque pela primeira vez.

Tendo em vista que não há cobrança de taxa de entrada no parque questionou-se sobre a disposição dos visitantes em pagar pela visita ou não. Dentre os entrevistados, cerca de 71% responderam que estariam dispostos a pagar e que a taxa mais adequada para eles seria de R$1,00/pessoa/dia. Outros valores de taxa foram propostos e são demonstrados na Figura 26.

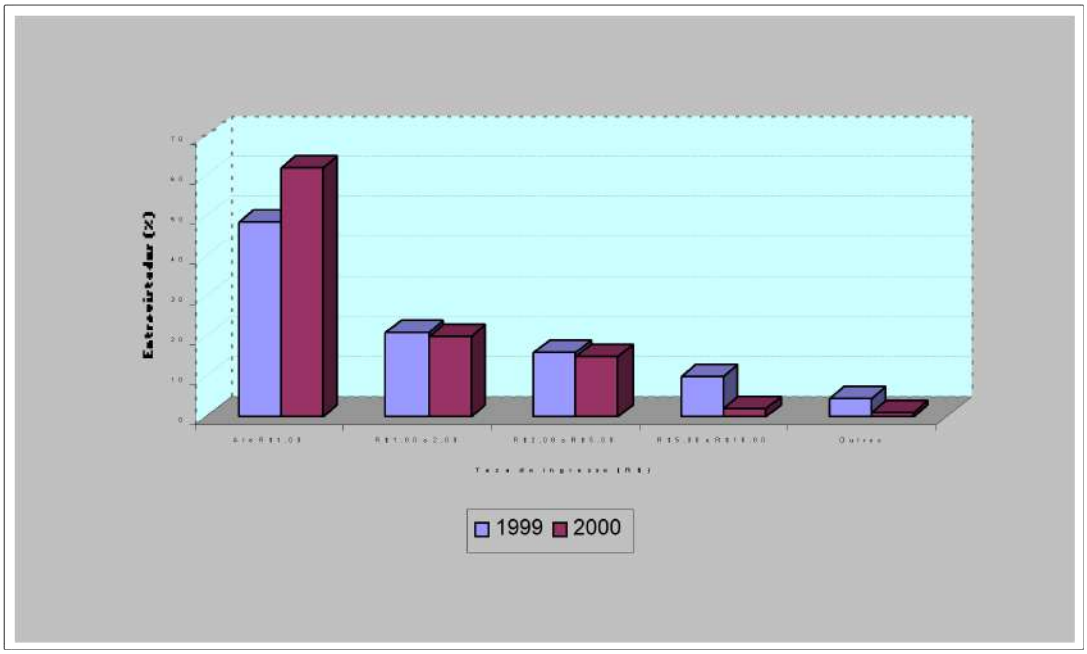

Figura 26 : Disponibilidade à pagar dos visitantes do PEI para usufruir de uma área natural. itaúnas, 2002.

Ao questionar-se os visitantes sobre o meio de transporte utilizado para chegar a praia do PEI, 54% deles responderam que foram a pé, 25% foram de carro, 18,5% não responderam e 2,5% foram de ônibus. Vale esclarecer que a Vila e a entrada do parque distam cerca de 2 km do principal atrativo, a praia localizada no interior da unidade. Desta forma, há que se caminhar até lá ou utilizar um carro ou ônibus que trafega pela rodovia estadual que cruza o parque. Os visitantes chegam de veículo até o início das dunas, cuja transposição só pode ser realizada a pé. A Figura 27 ilustra um dos pontos de acesso mais utilizado pelos visitantes.

Figura 27 : Local a partir do qual os visitantes iniciam a caminhada para alcançar a praia. itaúnas, 2002.

Os visitantes buscam o parque durante o ano todo, porém o período de férias escolares (meses de janeiro, fevereiro e julho) merecem destaque (Figura 28). De forma geral, a visitação no PEI concentra-se em dois momentos de forma bem definida: a primeira, no final do ano, durante as festas de Natal e Ano Novo e depois, no período do Carnaval, onde o afluxo de visitantes costuma ser maior do que no início do ano (Figura 29). Neste período a número médio de visitantes é três vezes superior a visitação que ocorre no início de janeiro.

Esta constatação merece ser levada em consideração no processo de planejamento e manejo da visitação, de modo a evitar o uso desordenado das áreas e conseqüente degradação dos recursos. Acresce-se a este fato a necessidade de garantir uma visita de elevada qualidade àqueles que procuram uma unidade de conservação para conhecer e desfrutar de ambientes mais ricos do ponto de vista ambiental.

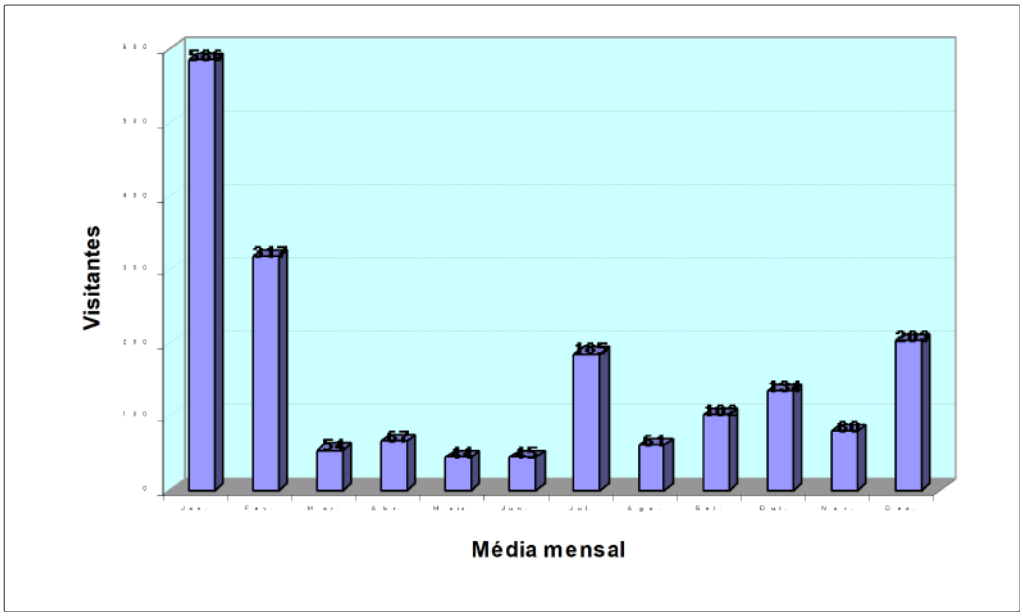

Figura 28 : Fluxo mensal médio de visitantes no PEI, entre os anos de 1995 e 1999. itaúnas, 2002

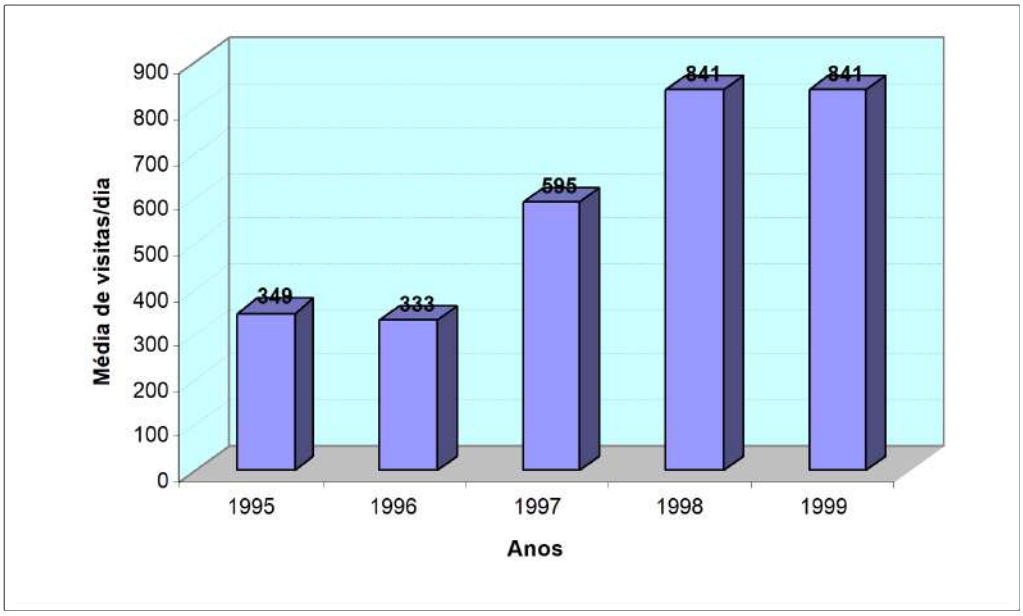

Figura 29 : Média de visitantes no PEI, entre 1995 e 1999, durante os primeiros dias de cada ano, nas festas de ano novo. Itaúnas, 2002.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ATRATIVOS TURÍSTICOS – POTENCIALIDADES E ASPECTOS CRÍTICOS

4.3.1 RIACHO DOCE

A foz do Riacho Doce localiza-se na divisa do Estado da Bahia (Figura 30) com o Espírito Santo, na propriedade do Sr. Paulo (residente no estado de Minas Gerais), a 18 km da sede do PEI. O acesso é realizado inicialmente pela rodovia ES-416 que liga a Vila de Itaúnas ao município de Pedro Canário, cruzando o parque. A sinalização deste trecho é precária (Figura 31)) e cerca de 2 quilômetros antes da foz, o acesso é realizado através de um carreador estreito, cercado dos 2 lados e bem identificada como propriedade particular (Figura 32). Atualmente as obras da casa e da lanchonete do proprietário encontram-se embargadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEAMA e, como agosto é período de baixa temporada, não havia nenhum visitante.

Figura 30: Foz do Riacho Doce .

Figura 31: Sinalização precária.

Figura 32: Construção embargada no Riacho Doce .

- ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

- Trata-se de um local excelente para recreação, em função de possuir uma praia bonita, lago temporário e, segundo a Bióloga Márcia Lederman (2002), ex-chefe do PEI, água doce de boa qualidade para o banho. Chega-se de carro ao lado da praia. Ainda ocorre, no caminho que dá acesso a praia, sítios arqueológicos com vários vestígios de cerâmicas. Todos estes atrativos fazem desta área um dos principais locais para a recreação familiar. A presença de construções nas áreas de preservação permanente (mata ciliar, neste caso) não é permitida por lei e a não regularização fundiária do PEI é um grande entrave para o processo de ordenamento das atividades recreativas. Assim, se isto não for priorizado, as condições de implementar o plano de uso público serão mínimas.

4.3.2 SEDE DO PARQUE ESTADUAL DE ITAÚNAS

A reforma da sede (Figura 33) do PEI foi inaugurada em 16/12/2000 e a biblioteca possui 4 mil volumes de diferentes temas, resultando de doações efetuadas nos últimos anos. Trata-se do local mais utilizado pela comunidade e a reforma da sede foi viabilizada através de medida compensatória da Petrobrás (entre 56 medidas 2 contemplavam Itaúnas – Plano de Manejo e a reforma da sede do Centro de Visitantes). O auditório tem capacidade para 50 pessoas, o alojamento para 16 estagiários, além de existir cozinha, WC, 3 escritórios, copa e hall, local onde ocorre uma exposição de fauna, com animais empalhados. No mezanino há uma pequena exposição sobre a história da Vila de Itaúnas, com uma maquete de farinheira. Junto à ponte localizada em frente à sede, no local bastante utilizado pela comunidade e visitantes para o banho de rio foi implantada uma escadaria (Figura 34) para conter o processo de erosão. Alguns casos de acidentes fatais foram registrados em anos anteriores, quando as pessoas brincavam jogando-se da ponte para o rio. Atualmente há um aviso escrito no chão para que as pessoas não pulem da ponte. Nas campanhas de verão os visitantes são abordados na entrada do parque pelos estagiários e funcionários do parque com objetivo de informá-los sobre a UC. Esta abordagem é efetuada na ponte de acesso e numa das barracas da praia.

Figura 33: Sede do Parque Estadual de Itaúnas.

Figura 34: Contenção de erosão junto a ponte.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

A reforma do Centro de Visitantes representou uma grande melhoria, em termos de atendimento ao público (tanto visitante quanto comunidade local). A disponibilidade do espaço da biblioteca para a comunidade foi um passo muito importante, garantindo a interação entre o trabalho dos funcionários do PEI e os habitantes da Vila. Embora haja material educativo, eles devem ser melhor utilizados. Há que se ter em mente que o Centro de Visitantes é o portão de entrada da unidade e a primeira impressão em grande repercussão nas expectativas que os visitantes têm em relação à área. Desta forma, sugerimos que busquem um profissional da área de comunicação visual para avaliar a adequabilidade dos materiais disponíveis e que este contribua na capacitação dos funcionários do PEI nesta questão.

4.3.3 RESQUÍCIOS DA IGREJA SOTERRADA

Com a movimentação da areia decorrente da retirada da vegetação de restinga junto à praia, a Vila de Itaúnas foi gradativamente soterrada e hoje, visualiza-se apenas a parte mais alta da igreja (Figura 35). Há grande quantidade de cerâmicas e outras peças que, com a movimentação da areia, surgem repentinamente e estão sendo expostas ao tempo. Estes sítios arqueológicos estão espalhados pelas dunas sem que haja qualquer identificação ou delimitação das áreas.

Figura 35: Resquícios da antiga igreja.

- ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Sítios arqueológicos como estes podem tornar-se verdadeiros atrativos aos visitantes pelo valor histórico e cultural que representam. Seria interessante fazer a escavação de um dos sítios e permitir a visitação, assim, as pessoas poderiam ver de perto as peças encontradas e entender melhor o valor embutido neles. Para tanto, é fundamental que sejam estudados e adequadamente aproveitados como material educativo. Em termos de uso público a situação é bastante delicada, em razão de não haver uma delimitação efetiva dos sítios arqueológicos e os visitantes do PEI andarem por toda a área. É de caráter urgente o ordenamento do caminho que dá acesso à praia de forma que os visitantes não fiquem percorrendo as dunas e levando materiais ainda não catalogados. Além disso, a definição de um caminho principal de acesso à praia, sobre as dunas, contribuiria para evitar que as pessoas circulassem sem rumo pelas áreas repletas de peças de valor arqueológico.

4.3.4 REVEGETAÇÃO DAS DUNAS

Visando conter ou pelo menos minimizar a movimentação das dunas em direção a região do alagado, a administração do PEI iniciou um trabalho pioneiro de revegetação das dunas, numa área de 5 hectares (Figura 36). Em 1997 proibiu-se a prática da atividade denominada esquiduna, onde as pessoas desciam duna abaixo sobre uma prancha de madeira e, conseqüentemente, arrancando a vegetação que tentava se estabelecer na areia. Proibida a prática esportiva, implantaram-se dois métodos de revegetação: a) processo de aproveitar as

cascas do côco que eram descartadas pelas barracas e b) recobrimento da área com palhadas diversas.

Figura 36: Projeto de revegetação das dunas .

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Trata-se de um atrativo técnico e provavelmente com vários interessados em conhecer a área. Métodos como estes são ainda pouco conhecidos pelo público leigo e, como a maioria dos visitantes possui uma educação formal de elevado nível (mais de 50% têm nível superior concluído), eles terão interesse em conhecer e saber mais sobre o processo. Atualmente parte da cerca que delimita a área de revegetação está caída, não demarcando efetivamente a área experimental. Conseqüentemente, os visitantes podem circular pela área sem saber que se trata de uma área de recuperação, já que também não há placas sinalizando sobre a área e qual a função dela.

4.3.5 BURACO DO BICHO

Localizado a cerca de 4,5 km da sede do PEI, a área pode ser acessada a pé, a cavalo ou de veículo traçado (somente pelos funcionários, à serviço), através da antiga trilha utilizada para a manutenção do telégrafo, tanto é que ainda existem postes ao longo da trilha e vários pedaços de cerâmicas utilizadas como apoio dos fios. Esta trilha é estreita e sem erosão, podendo-se observar vários exemplares de cambucá, caju, mangaba, bururi, araça, mandacaru, bromélias, alméscar e aroeira, entre outras (Figura 37). No período do verão, quando as árvores estão frutificadas, o grande atrativo é a possibilidade dos visitantes parar para colhê-las. Durante o percurso registrou-se pegadas de cachorro do mato e paca. O trajeto pode ser percorrido a pé em cerca de 60 minutos e, em relação aos veículos, apenas os funcionários do PEI, a título de fiscalização percorrem o trecho. O acesso à área é permitido para passeios a cavalo, onde o retorno se dá pela praia. No ponto denominado Buraco do Bicho, observa-se a instalação de um processo de erosão e conseqüente formação de dunas (Figura 38). Registrou-se também a presença de coruja buraqueira na beira da praia (Figura 39).

Figura 37: Trilha para o Buraco do Bicho.

Figura 38: Processo erosivo no Buraco do Bicho.

Figura 39: Coruja buraqueira .

- ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

O maior atrativo é a beleza natural da área e a trilha de acesso ao local propriamente dito. Entretanto, há um conflito evidente entre os objetivos primordiais que levaram a criação da área como uma unidade de proteção integral e o uso direto dos recursos naturais (colheita e consumo das frutas). A fragilidade da região e a instalação de um processo erosivo decorrente do mau uso dos recursos ainda não foram assimiladas pela comunidade, mesmo tendo sobrevivido a um soterramento da antiga Vila. A erosão iniciada nesta área deveria servir como exemplo do que a interferência humana pode provocar no ambiente. Acresce-se a esta situação grave, o fato de que a presença de animais transitando na trilha e depois pela praia aumenta significativamente os impactos provocados no solo. A compactação decorrente do pisoteio reduzirá a vegetação rasteira (feijão da praia) que contribui na fixação das partículas do solo (Figura 40). Na maré baixa os animais transitam pela praia lançando os dejetos que são vetores de doenças (Figura 41) e introdução de espécies vegetais não nativas da área do parque.

Figura 40: Trilha deixada pelos cavalos na maré alta.

Figura 41: Retorno do Buraco do Bicho na maré baixa.

4.3.6 BARRACAS NA PRAIA

Existem 10 barracas ao longo do principal trecho utilizado pelos visitantes do PEI, sendo que oito pertencem aos nativos da Vila de Itaúnas e duas pertencem a proprietários que não residem na Vila. Essas barcaças seguem algumas normas definidas em conjunto com o Parque. Em 8 delas, foi instalado um sistema fotovoltaico (energia solar), oriundo de convênio entre a SEAMA e o Ministério de Minas e Energia. Embora de grande porte (Figura 42), a infra-estrutura oferecida ainda é precária, pois não há sanitários disponíveis nelas e a quantidade de água doce é limitada. O lixo é recolhido pela prefeitura duas vezes na semana no período de baixa temporada e, na alta, diariamente. Como o acesso às barracas se dá somente pelas dunas, todo o material é transportado através de animais de carga.

Figura 42: Acesso às barracas.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

A praia é de grande beleza natural, mas a infra-estrutura oferecida nas barracas deixa a desejar. Como nosso primeiro levantamento de campo ocorreu no período de baixa temporada não houve condições de avaliar melhor a situação que predomina na alta temporada, em relação a ruídos, odor desagradável ou lixo espalhado. No entanto, segundo relatos obtidos de alguns usuários residentes na Vila, a confusão é grande e há reclamações. Espera-se que com a segunda etapa do levantamento tenhamos melhores subsídios para propor uma solução.

4.3.7 TRILHA DO PESCADOR

Ponto final da trilha onde os pescadores da Vila deixam seus barcos de pesca. O acesso pode ser realizado a pé, de carro traçado (somente os funcionários do PEI, à serviço) ou a cavalo, inicialmente pela rodovia ES- 416 (Itaúnas –» Pedro Canário). A partir do portão de entrada da trilha (Figura 43), percorre-se 200 m e, na bifurcação, toma-se à direita na trilha já que à esquerda o acesso é para o Buraco do Bicho. Percorre-se uma trilha agradável e repleta de cajueiros e várias outras espécies frutíferas. Ao final dela existe um pequeno abrigo

construído pelos pescadores da comunidade para proteger seus barcos de pesca (Figura 44). Trata-se de um dos passeios mais procurados pelos visitantes do PEI pelo pequeno percurso e também por que o retorno é realizado geralmente pela praia. Constatou-se grande quantidade de lixo espalhado na área (Figura 45).

Figura 43: Acesso a trilha do pescador.

Figura 44: Abrigo para barcos de pescadores.

Figura 45: Lixo espalhado próximo ao abrigo.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

A possibilidade de percorrer um trecho pequeno da vegetação típica de restinga e retornar da caminhada pela praia, após um banho de mar faz deste, uma das caminhadas mais procuradas pelos visitantes. O problema consiste na apanha dos frutos. Mesmo que a frutificação seja intensa, se o número de visitantes aumenta a cada ano, a tendência é faltar frutas para a fauna silvestre. Em relação ao ponto final da trilha, no abrigo dos pescadores, há uma solicitação, por parte deles, para permitir a construção de um depósito em alvenaria (no local onde existe hoje o abrigo) para armazenar os materiais com segurança e evitar o transporte diário dos mesmos. O pedido seria lógico se o abrigo não estivesse dentro da área do parque. Neste caso há que se avaliar melhor as outras possibilidades deste tipo de infra-estrutura estar localizada fora da unidade.

4.3.8 PASSEIO DE CANOA ATÉ A TRILHA DO ANGELIM

O acesso para o passeio é precário. Observa-se a presença de aninga em todo o percurso e também orelha de burro (aguapé) em grande quantidade. Como o rio Itaúnas tem as águas calmas o passeio de canoa a remo é excelente. De tempos em tempos, encontramos blocos grandes de taboa que se desprenderam da margem e descem lentamente pelo rio. A ilha do Dominguinhos em geral é uma parada para observar aves e capivaras, porém nada foi avistado de interessante. A área onde descemos estava cercada precariamente e o tempo de percurso até a ilha foi de 40 minutos, considerando um barqueiro e 3 visitantes na canoa. A próxima parada ocorreu dentro da área do parque, num local denominado fazenda do Tadeu, onde se localiza a Trilha do Alméscar. Ao longo do percurso encontra-se fezes de cavalo várias vezes e uma mata de tabuleiro razoavelmente conservada no interior da trilha. Entretanto, nas margens dela verificam-se várias árvores danificadas (Figura 46). A trilha termina numa capoeira, em frente ao plantio de eucalipto.

Figura 46:Danos à vegetação.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Trata-se de um passeio interessante do ponto de vista de diversidade de ecossistemas, porém o percurso de barco (rio acima) é um pouco longo (o barqueiro rema por cerca de 50 minutos). Os danos observados freqüentemente nas árvores existentes ao longo da trilha do angelim resultam do comportamento inadequado dos visitantes ou da má orientação dos condutores que não controlam os visitantes. Há necessidade de um amplo trabalho de conscientização dos visitantes e treinamento dos condutores que guiam os visitantes pela região.

4.3.9 FOZ ARTIFICIAL

Em função da distância da sede do PEI à foz ser de aproximadamente 13 km, o percurso foi efetuado de barco motorizado. Não há passeio disponível para esta área de canoa a remo em função da distância. Esta foz foi aberta em 1989 pelo proprietário de um hotel localizado nas proximidades da foz natural e esta interferência provocou um grande impacto em toda a região. Antes de chegar à foz observa-se com freqüência áreas de desmoronamento (Figura 47) decorrente da ausência de vegetação ciliar e também a morte de várias plantas pela salinidade da água que entra pela foz artificial. O percurso de barco é concluído em 30 minutos e a paisagem extremamente chocante (Figura 48).

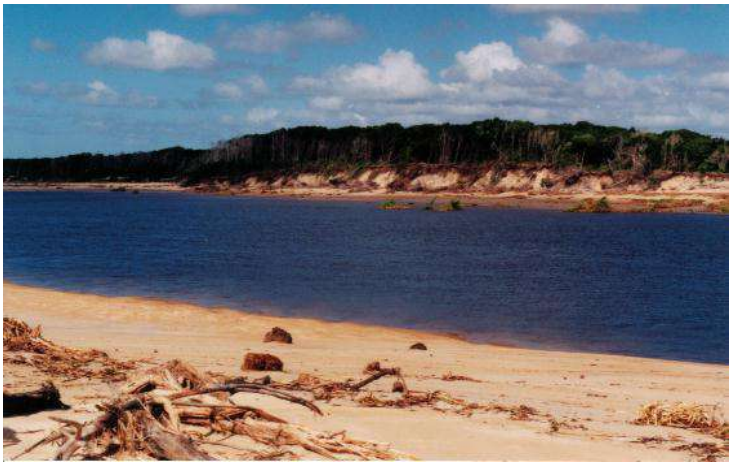

Figura 47: Desmoronamento observado próximo à foz artificial.

Figura 48: Conseqüências da abertura da Foz artificial.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Esta área pode representar um excelente instrumento de educação, desde que planejado adequadamente. A constatação dos malefícios da interferência humana é evidente e deve ser utilizada para evitar desastres como este. Resta, por hora, analisar melhor alguns meios de percorrer e utilizar a área sem degradar o ambiente. Como o acesso à foz é um fator limitante para utilizar a canoa a remo e os barcos motorizados provocariam impactos à fauna e liberariam poluentes na água, há que buscar meios de transporte mais eficientes e menos poluentes para transportar os visitantes até a área.

4.3.10 FAZENDA DO SR. NESI

Exatamente na metade do percurso entre a sede e a foz artificial, há a propriedade do Sr. Nesi, residente em Conceição da Barra. Um caseiro mantém a área, embora não seja cultivado nada. Atravessando uma vegetação de restinga bem conservada por cerca de 300m, chega-se a uma belíssima praia (Figura 49), podendo-se avistar parte da cidade de Conceição da Barra.

Figura 49: Bancos de areia na Foz artificial.

- ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Esta área pode ser um ótimo local para um descanso, após um percurso de canoa a remo, o que por si já selecionaria os visitantes. Nem todos estão dispostos a remar cerca de 8 km para ver uma bela paisagem e tomar um ótimo banho de mar. O acesso em grande escala deverá ser evitado para proteger a vegetação próxima da praia.

4.3.11 BASE DO TAMAR

Local de desova das tartarugas marinhas, principalmente das espécies cabeçuda (*Caretta caretta*) e gigante (*Dermochelys coriacea*). Segundo o informativo Tamar (2001), desde 1982 o Projeto Tartarugas Marinhas (TAMAR) no Estado do Espírito Santo já protegeu mais de 825 mil filhotes de tartarugas marinhas e as atividades do Projeto geram serviços e renda diretamente para cerca de 150 famílias em todo o Estado. Esta base é ativada apenas na temporada de desova (Figura 50).

Figura 50: Propriedade do Sr. Nersi .

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

A área transforma-se num grande atrativo no período de eclosão das tartarugas, porém, fora deste período fica extremamente abandonado como se constata na Figura 51 acima citada. Trata-se de um projeto amplamente divulgação pela mídia em todo o Brasil e um excelente meio para repassar informações e sensibilizar os visitantes. Assim, além de uma reforma urgente na área, um programa específico de educação ambiental deveria ser desenvolvido nesta área.

Figura 51: Base do TAMAR (ativada só no verão).

4.3.12 ALAGADOS

Os alagados constituem um ecossistema delicado e extremamente importante do ponto de vista biológico por servir de abrigo e gerar alimentação para inúmeras espécies da fauna. A beleza cênica resultante do contraste entre a água, a vegetação, as dunas e a fauna aquática fazem destas áreas excelentes atrativos aos visitantes que buscam apenas o relaxamento através da observação da natureza e àqueles que pretendem desenvolver algum outro tipo de atividade recreativa. Embora nenhuma atividade seja oferecida nestas áreas, há interesse por parte de alguns empreendedores no sentido de promover passeios de barco pelos alagados.

♦ ***Potencialidades e Aspectos Críticos***

Trata-se, sem dúvida alguma, de uma paisagem de característica ímpar e merecedora de apreciação, entretanto, uma utilização mais direta deve ser analisada cuidadosamente. A fragilidade natural do ecossistema pode ser amplamente impactada por uma utilização não planejada. A própria movimentação das areias das dunas em direção ao alagado localizado junto à rodovia que atravessa o parque já representa uma ameaça. Alia-se a isto, o risco da poluição provocada pelo combustível de barcos motorizados que porventura viessem a transitar pelo alagado. Fazendo uma avaliação superficial durante o período em que realizamos o primeiro levantamento (baixa temporada), acredita-se que passeios para observar a avifauna da região sejam viáveis por apresentar-se menos impactante.

5 Ocorrência de Fogo e Fenômenos Naturais Excepcionais

5.1 OCORRÊNCIA DE FOGO

Segundo informações contidas nos relatórios de atividades do PEI e de acordo com os relatos dos atuais funcionários e ex-funcionários do Parque, a ocorrência de incêndios florestais no interior e em áreas do entorno são constantes e repetem-se à cada ano, em função das condições climáticas e práticas agrícolas executadas nas propriedades rurais confrontantes ao Parque.

Nos documentos e relatórios de fiscalização disponibilizados para consulta, tanto da gerência do Parque como os existentes na biblioteca da SEAMA em Vitória, são vários os registros de ocorrência de incêndios, os quais são a seguir discriminados:

- Novembro/1992 – ocorrência próximo da Trilha das Borboletas, contido pela barreira natural da área do alagado.
- Fevereiro/1993 – registrado dois focos próximos à área do Parque, na propriedade rural do Sr. Deilton Pereira. Indícios de ação criminosa, com danos a uma área de 3,0 hectares.
- Março/1993 – registrado vários incêndios na área de restinga, com destaque para o local próximo à entrada da Vila, onde a prefeitura havia anunciado um loteamento. Nesse local foram registrados cinco incêndios consecutivos.
- Maio/1993 – incêndio próximo à Vila.
- Julho/1993 – um incêndio foi registrado na área do alagado a oeste do Parque e três outros em áreas de restinga em recuperação, sendo dois próximos à Vila e um na área sul do Parque próximo ao rio Itaúnas.
- Outubro/1993 – foram observados dois incêndios na área sul e oeste do Parque.
- Novembro/1993 – observado um incêndio na área de restinga em recuperação próximo à Vila de Itaúnas.
- Fevereiro/1994 – registrados dois incêndios na área da restinga em recuperação, próximo à Vila e um outro próximo a orla, na baixada que antecede a praia.
- Maio/1994 – ocorrência de dois incêndios em área de restinga em recuperação.
- Julho/1994 – registro de um incêndio em área de restinga e próximo da Vila.
- Agosto/1994 – registrado cinco incêndios em área de restinga, sendo um deles em área de camping.
- Setembro/1994 – ocorrência de dois incêndios, sendo um deles com identificação do infrator. Todos eles em área de restinga.

- Outubro/1994 – registrado um incêndio em área do entorno do Parque (Acesita) em local onde a prefeitura municipal pretende lotear para expansão da Vila.
- Dezembro/1994 – registrado três incêndios em área de restinga, sendo dois na restinga em recuperação próxima a Vila e um na restinga próxima a Trilha das Borboletas.

Nos documentos e relatórios consultados na Biblioteca da SEAMA foram encontradas as seguintes informações:

- Relatório de atividades desenvolvidas no PEI – 1992/1996. " incêndios constantes, principalmente na época seca, e na maioria das vezes, são criminosos".
- Relatório de atividades desenvolvidas no PEI – setembro/1995 – março de 1996. " incêndios em área próximo do PEI, onde a prefeitura municipal de Conceição da Barra pretende instalar loteamento (outubro/1995); área do alagado, próximo a fazenda do Sr. Edgar, área da mata atrás da Vila, área do lixão, área do estacionamento (fevereiro/1996); área a oeste do Parque, fazenda do Sr.Nerzi, que ficou queimando durante 3 dias (março/1996)".
- Relatório Parque Estadual de Itaúnas – março / agosto de 1995. " área da fazenda do Sr. Carlos e no galpão de reciclagem de lixo (agosto/1996).

As informações contidas nos relatórios da fiscalização e nos de atividade não fornecem maiores elementos para uma avaliação mais abrangente através desses registros. A localização é genérica – "área de restinga", "área próximo a Vila", "à oeste do Parque", etc., e as dimensões do sinistro não são oferecidas. Também não há registro de monitoramento da vegetação nas áreas impactadas pelo fogo.

No entanto, os registros disponibilizados, se não contemplam plenamente os períodos e as informações necessárias para uma consistente avaliação histórica dos incêndios ocorridos na área do Parque e no seu entorno, servem para sinalizar e atestar as preocupações referente aos danos que podem ser causados pelos incêndios à flora e fauna do PEI.

A região está mais susceptível ao fogo nos meses que antecedem às chuvas e logo após o inverno, entre os meses de agosto e novembro, período que mais se registram as ocorrências de incêndios na região. As áreas mais afetadas estão diretamente relacionadas à existência de moradores, o que indica a prática do uso do fogo na lavoura e na limpeza de terrenos.

Praticamente, todas as regiões do Parque Estadual de Itaúnas já foram alvo de alguma ação do fogo. A recuperação destas áreas se deu de forma natural, sem nenhuma medida de recuperação empregada.

Quanto as áreas mais susceptíveis ao fogo, a área de vegetação contígua à Vila de Itaúnas foi objeto inúmeras vezes no passado, de incêndios criminosos com finalidade velada de se expandir a ocupação urbana da Vila. Segundo informações recentes, atualmente não tem havido ocorrências de incêndios nessa área.

Dois registros são feitos a incêndios em áreas das Trilhas, indicando que a prática inadequada do turismo nessas áreas pode acarretar em problemas ambientais decorrente de fogo. Da mesma forma, essas Trilhas são também utilizadas por caçadores o que poderia também explicar a ocorrência de fogo.

Em 1998 ocorreu um grande incêndio no brejo do Córrego da Velha Antonia, afluente do rio Itaúnas e adjacente à Vila, que teve início com a queima da limpeza de um terreno. Este incêndio durou mais de 3 dias e o controle do fogo foi realizado pela Brigada Anti-Incêndio da Aracruz Celulose, que trabalhou por 10 dias consecutivos, eliminando os focos que surgiam da turfa e impedindo o avanço do fogo para a mata

Preventivamente, em 1998, foi realizado um aceiro e cercamento na divisa entre a Vila de Itaúnas e o Parque Estadual, região que era utilizada pela população para despejo de lixo, o que comumente acarretava incêndios na mata, com a incorreta queima do lixo. Este aceiro possibilitou o trânsito de veículos e a passagem do caminhão de coleta por esta via, diminuindo a quantidade de lixo despejada no interior do Parque. Ainda assim, faz-se necessária conscientização sistemática da população e limpezas periódicas da mata.

Ressalta-se que as condições existentes no Parque Estadual de Itaúnas são desfavoráveis ao combate e controle de incêndios florestais, tendo em vista que não existem condições operacionais, de infra-estrutura e de pessoal adequadas para em caso de um incêndio haver a detecção e acesso em tempo mínimo, pois os veículos, quando não estão quebrados, não têm combustível.

A equipe de pessoal do Parque é mínima, contando com apenas 02 guardas-parques, número insuficiente para se dar o combate à um incêndio, se este não tiver sido detectado de imediato. Não existe brigadas de incêndio na comunidade, da mesma forma que os equipamentos disponíveis no Parque restringem-se à abafadores, pás, facões e algumas bombas costais utilizadas para aspergir água em caso de incêndios.Em algumas oportunidades, o Parque contou com o apoio das empresas localizadas no seu entorno, como a Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose e Petrobras.

Segundo os especialistas em combate e controle de incêndios florestais, todo e qualquer evento, quer seja de origem natural ou antrópico, só é debelado sem grandes prejuízos e danos ambientais se ocorrerem os seguintes eventos:

- detecção e acesso ao foco inicial do incêndio em tempo hábil
- existência de equipe treinada
- disponibilidade de equipamentos e água
- condições meteorológicas favoráveis

A falta de um desses componentes eleva a probabilidade de se ter danos ambientais significativos em situação de ocorrência de incêndios florestais.

As condições que propiciam maior suscetibilidade à ocorrência de incêndios podem ser relacionadas a conjugação de dois fatores principais:

- ***Condições meteorológicas desfavoráveis:*** períodos prolongados sem chuva, baixa umidade do ar e ocorrência de ventos.

- ***Ações antrópicas internas e externas ao Parque:*** nas ações internas deve-se destacar os descuidos de turistas / caçadores com pontas de cigarro e restos de fogueiras. Nas ações externas, o uso da queima para limpeza de pastos e de culturas anuais, são os principais agentes potenciais de causas de incêndios florestais. Nas áreas de plantio de eucalipto, além da vigilância constante realizada pelas empresas, não se utiliza a prática da queima no manejo florestal.

As medidas necessárias para uma efetiva proteção do Parque contra incêndios florestais, necessariamente, envolve os seguintes aspectos:

- ***Existência de acessos à todas as áreas do Parque:*** em condições de uso durante todo o ano. Esses acessos podem ser tanto por via terrestre como pela água. Destaca-se que nas áreas limítrofes do Parque com as empresas florestais esse acesso é facilitado pelo fato dos mesmos serem mantidos em condições de tráfego pelas empresas, constituindo-se um grande aliado para casos de necessidade. No caso do acesso pelo rio, a limitação é decorrente da falta de recurso regular para compra de combustível e manutenção do barco e motores. A definição de outros acessos estratégicos deverá ser objeto do Programa de Proteção, a ser apresentado no Encarte 5.

- ***Disponibilidade de meios de transporte:*** tais como veículos utilitários, barcos e motocicletas em condições de uso regular durante todo o ano. Inclui-se ainda a necessidade de recursos financeiros programados para compra de combustível e lubrificantes para os veículos e equipamentos.

- ***Formação de brigadas de combate à incêndios florestais:*** a partir do envolvimento da comunidade da Vila de Itaúnas. Como abordado anteriormente, se o foco do incêndio é detectado à tempo, o seu combate poderá ser realizado pelos próprios funcionários do Parque. Caso contrário, somente com um contingente maior de pessoas será possível controlar qualquer tipo de incêndio. Isso remete à necessidade de articular e envolver a comunidade local, através de um programa de mobilização e educação, contemplando os aspectos ecológicos e a importância da proteção do Parque contra incêndios e principalmente, através de treinamento específico para o combate de incêndios florestais. Dinâmicas para formação de lideranças deverá ser também objeto presente na formação das brigadas.

- ***Parcerias com as empresas florestais:*** em especial com a Suzano/BahiaSul Celulose e Aracruz Celulose, visando estabelecer um Plano de Contingência para controle e combate à incêndios florestais. Deve-se ressaltar que essas empresas, vizinhas do Parque, possuem condições e infra-estruturas próprias específicas para essa finalidade, as quais poderão propiciar um fator importante no combate aos incêndios florestais no Parque. Nessa parceria, inclui-se ainda o poder público estadual, através da Policia Militar pelo Batalhão do Corpo de Bombeiros.

5.2 OUTROS FENÔMENOS DA NATUREZA QUE AFETAM OS RECURSOS NATURAIS

5.2.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DUNAS

Segundo Soares (1993), as dunas se movimentam 6,5 metros para sudoeste em decorrência da ação do vento nordeste e 4,5 metros para noroeste, devido a força do vento sul, a cada ano.

O deslocamento das areias impulsionadas pelos ventos dominantes ocasiona o soterramento e a destruição das massas de vegetação, importantes fixadoras do substrato arenoso, lagoas interdunares, estrada e porção alagada, sendo um processo agressivo, cuja abrangência se potencializa com o passar do tempo, interferindo no equilíbrio da paisagem.

Como ações predatórias sobre esse ecossistema físico, evidencia-se a circulação intensa de pessoas e animais. A desestabilização das dunas decorrente de interferência humana, como retirada de areia da estrada, na base das dunas, é mais um fator que potencializa o caminhamento das areias, devendo ser criteriosa esta ação, pois pode resultar em avanço acelerado, aumentando a proporção dos problemas gerados pelos soterramentos.

Um braço do rio Itaúnas foi coberto pelas areias entre as décadas de 70 e 80 e constante pressão deste avanço sobre o leito original, "empurra" o rio, causando um reflexo na margem oposta (direita), onde está situada a Vila de Itaúnas, provocando a erosão desta margem, o que exige medidas periódicas de contenção.

Em 1995, o Parque Estadual de Itaúnas propõe o projeto "Revegetação Experimental das Dunas de Itaúnas", com a finalidade de fixação das dunas e de seus movimentos através da implantação de vegetação potencialmente fixadora deste substrato. Algumas etapas deste projeto foram implantadas, com resultados positivos neste sentido (vide item 1.4-vegetação) Deve-se investir recursos na continuidade deste trabalho, a fim de, a médio prazo, alcançar-se o objetivo de estabilização do movimento das dunas e equilíbrio da paisagem.

5.2.2 CHEIAS DO RIO ITAÚNAS

O regime hídrico do rio Itaúnas merece destaque no planejamento das atividades de manejo para conservação e preservação dos recursos naturais, bem como na instalação de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento das atividades. As cheias ocorrem após longos períodos de chuva intensa ao longo da bacia hidrográfica, que geralmente ocorrem nos meses de outubro, novembro e dezembro.

O período de cheias expõe a rica biodiversidade existente nos alagados do rio Itaúnas, propiciando a fertilidade da região.

5.2.3 DINÂMICA DAS FOZES DO RIO ITAÚNAS

O deslocamento das desembocaduras do rio Itaúnas (foz artificial e foz natural) ocorre em função da dinâmica das marés fluvio-marinhas, acarretando a instabilidade típica estes ambientes. Porém, a existência de duas fozes potencializa as degradações naturais decorrentes desta dinâmica, afetando principalmente a vegetação de restinga situada entre elas.

A abertura da foz artificial criou condições adversas ao ambiente, que, com o passar do tempo, vem se adaptando às novas condições. Parte da vegetação ciliar composta outrora por espécies da restinga foi substituída gradativamente por espécies típicas de manguezal, em função da alta salinidade imposta pela alteração do regime das marés próximo à região da abertura da desembocadura artificial.

A salinidade da água é impulsionada pela força das marés e a cunha salina avança, alterando a quantidade e qualidade da água rio acima, comprometendo os ciclos naturais outrora vigentes naqueles ambientes (rio e região de alagados).

6 Aspectos Institucionais

6.1 SITUAÇÃO ATUAL

6.1.1 PESSOAL

Os funcionários lotados atualmente no Parque Estadual de Itaúnas são:

a) Eloir Bento Sossai Função: gerente da unidade Tempo de serviço: 9 meses Formação: técnico agropecuário Salário: R$445,00	b) Alba Valéria Freitas Dutra Função: pedagoga Tempo de serviço: 3 anos Formação: pedagoga Salário: R$1.041,00
c) Selma Loures da Paixão Ataide Função: técnica administrativa Tempo de serviço: 10 anos (3 anos contratada pela SEAMA) Formação: 3º grau incompleto (2º período do curso de turismo) Salário: R$400,00	d) Bernardete Maia Soprani Função: técnica administrativa Tempo de serviço: 11 anos Formação: 2º grau completo Salário: R$400,00
e) Leidemara Campos da Paixão Função: técnica administrativa – trabalha na biblioteca Tempo de serviço: 1 ano Formação: 2º grau completo Salário: R$400,00	f) Peminia Maia Função: serviço geral Tempo de serviço: 4 anos Formação: 5ª série incompleto Salário: R$380,00
g) Edinaldo Laje de Souza (Caxeli) Função: guarda-parque Tempo de serviço: 10 anos Formação: 1º grau incompleto Salário: R$380,00	h) Damião Santana dos Santos Função: serviço geral Tempo de serviço: 6 anos Formação: 1º grau Salário: R$380,00
i) Ana Cristina Sanches Diniz Função: bióloga Tempo de serviço: 4 anos Formação: bióloga Salário: R$1.041,00 * Cedida para o CEPIT (Comitê Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas)	j) Delma Santana de Jesus Função: vendedora da ecoloja Tempo de serviço: 6 anos Formação: 3º grau incompleto * funcionária da Fundação Pró-TAMAR
K) Adriana Krohling Kunsch Função: Bióloga Tempo de Serviço: 2 meses Salário: R$ 1.041,00	

6.1.2 SEDE ADMINISTRATIVA

A infra-estrutura existente no PEI é composta de uma edificação recentemente construída, localizada na Vila de Itaúnas, mais precisamente na cabeceira da ponte de entrada ao Parque. Esta edificação abriga:

- centro de visitantes - em funcionamento;
- auditório: salão preparado para albergar 45 cadeiras, e é previsto utilizá-lo como salão multimídia; atualmente sem mobiliário e equipamentos
- ecoloja: serve como ponto de venda dos produtos do Projeto TAMAR (o TAMAR repassa 5% do recolhido nas vendas dos seus produtos para o PEI) e por artesãos locais;
- biblioteca: também funcionando, com finalidade didática, freqüentada por estudantes da Vila do fundamental até o ensino médio. Efetuam-se também empréstimos de livros para os turistas;
- área destinada à laboratório, atualmente sendo utilizada como escritório;
- alojamentos: possuem quatro quartos, dois banheiros, uma cozinha com geladeira e fogão, sala e varanda. Dispõem de um total de oito camas. É destinado para estagiários do programa de Ecoturismo, pessoal do Projeto TAMAR, da SEAMA, pesquisadores etc.;
- almoxarifado;
- dois banheiros para visitantes.

Destaca-se que a referida obra encontra-se em uso embora ainda careça de mobiliário adequado, de sistema de ar refrigerado, de equipamentos de laboratório, de exposições interativas, entre outros.

6.1.3 EQUIPAMENTOS

O Parque Estadual de Itaúnas dispõe dos seguintes equipamentos para seu funcionamento:

- 1 Toyota;
- 1 Fiat UNO;
- 2 Motocicletas Honda 250cc – 1 quebrada;
- 1 Trator Agrale 4200;
- 1 Carreta para trator;
- 1 Barco alumínio;
- 1 Barco inflável;
- 1 Motor de popa de 25cv - quebrado;
- 1 Linha telefônica;
- 1 sistema de ramais;
- 1 GPS;
- 1 máquina fotográfica;
- 1 televisão;
- 1 vídeo-cassete - quebrado;

- 2 Bicicletas. - quebradas;
- 1 binóculo;
- 1 negatoscópio;
- 1 máquina filmadora de vídeo;
- 1 aparelho de fax;
- 1 mini-gravador;
- 1 notebook;
- 1 computador;
- 1 impressora matricial
- 1 máquina fotográfica

Observação: Não existe nenhum equipamento para combate a incêndio

6.1.3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO PARQUE

- ***Fiscalização***

Uma das principais funções da equipe do Parque Estadual de Itaúnas é a fiscalização, atividade desenvolvida pelos dois guardas-parque e o gerente do PEI. Para desenvolver esta atividade, estes funcionários contam com os equipamentos apresentados acima.

O fato do Parque não ser cercado, favorece a ação dos infratores e dificulta o trabalho da fiscalização.

Os guardas-parque explicam que, considerando a região norte e a região sul do Parque, esta ultima é de mais fácil fiscalização. Na região sul, pelas características das propriedades vizinhas e pela maior dificuldade de acesso ao Parque, é menor o ingresso de caçadores. Já na região norte, as atividades passíveis de autuação são mais evidentes, devido às características locais.

É importante se destacar que os guardas-parque estão sempre disponíveis para rondas e para o atendimento em caso de ocorrências locais, tais como localização de armadilhas, incêndio etc.

Entre as principais tarefas, próprias à fiscalização mencionada em diálogo com a equipe do PEI, pode-se destacar:

- controle da pesca no rio Itaúnas: a pesca no rio Itaúnas, de tipo artesanal, é feita por moradores da Vila e redondezas. A equipe fiscaliza a disposição e malha das redes, tipo de armadilhas e período da pesca, recebendo maior atenção durante a piracema.

- controle das atividades desenvolvidas por grandes empresas no entorno do PEI: as empresas de exploração florestal e mineral atuantes na área do Parque merecem uma especial atenção na atividade de fiscalização, já que as atividades preparatórias ou decorrentes de suas explorações principais, tem, historicamente, causado impactos diretos nos recursos naturais do Parque.

- controle de corte seletivo de madeira: para construção civil, venda ou manufatura de artesanatos, a população local extrai madeira de áreas do PEI;
- controle de extrativismo no manguezal: efetuado o controle da apanha do caranguejo na foz natural do rio Itaúnas em Conceição da Barra;
- contatos esporádicos com proprietários rurais do entorno do PEI: com a finalidade de identificação de práticas irregulares e educação ambiental;
- retirada de armadilhas de caça: atividade realizada diariamente a fim de coibir a ação dos caçadores no PEI;
- ronda na área do PEI: ronda regular em toda a área, realizada com o equipamento que estiver disponível ou até mesmo a pé para identificação de atividades ilegais que ameaçam a integridade dos recursos naturais;
- coleta de lixo: na área do PEI de entorno imediato com a Vila de Itaúnas (matinha), beira rio, estrada de acesso às dunas e praia;
- atendimento à denúncias;
- acompanhamento e orientação para retirada de areia das dunas da estrada;
- acompanhamento de pesquisadores no campo.

Marcos topográficos: segundo a equipe de fiscalização do PEI, foram instalados 3 marcos topográficos na região do PEI, a saber: um no extremo norte, em área que faz divisa com terras da empresa Bahia Sul Celulose; um na região sul, em área que faz divisa com a empresa Aracruz Celulose e o terceiro, no manguezal, próximo à foz natural.

Os dois primeiros foram perdidos, em função da alta presença de máquinas destas empresas para preparação dos terrenos para plantio de eucalipto e confecção de estradas. Permanece apenas o marco do manguezal.

- ***Pesquisa***

Algumas pesquisas vem sendo realizadas atualmente no PEI, afinadas com os objetivos de proteção e de preservação ambientais, além de pesquisas no tocante à preservação do patrimônio histórico-cultural da Vila de Itaúnas e seu entorno.

As pesquisas já concluídas estão devidamente cadastradas nos documentos do Parque e seus relatórios se encontram arquivados. Podem ser mencionadas, entre as pesquisas atualmente em realização:

- Monitoramento da avifauna rapinante do PEI: este estudo está sendo realizado por um mestrando da USP e é decorrente da pesquisa de levantamento realizada por ele;
- Levantamento de crustáceos: efetuado por um graduando da Universidade Santa Úrsula;

- Levantamento de passifloráceas: trabalho efetuado por uma mestranda em botânica do Museu Nacional do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
- Levantamento da aracnofauna do PEI: projeto aprovado para ser realizado de dezembro/02 a fevereiro/03 por uma estudante da UNISA/SP e estagiária do Instituto Butantã;
- Projeto de pesquisa e avaliação da relação entre a comunidade e o PEI: questionário de avaliação que será aplicado em dezembro/02 e janeiro/03 por um estudante de publicidade e propaganda da FUMEC/MG.

♦ ***Projetos***

Alguns projetos estão em andamento e podem ser mencionados, refletindo a realidade atual do PEI. São eles:

- Projeto Histórico Cultural de Itaúnas: dividido em etapas, já teve sua primeira fase realizada, que constava de oficinas de memória, pesquisa bibliográfica, coleta de superfície de material histórico e pontuação das ocupações ocorridas na região (linha do tempo) e atualmente está a segunda fase em execução, que consta da construção de uma maquete e digitação dos dados dos relatos orais. O empenho atual está voltado para a captação de recursos para montagem da exposição e publicação dos resultados obtidos.
- Montagem do acervo do PEI: realizado em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, tem por finalidade organizar todos os documentos e informações existentes na sede.
- Programa de Ecoturismo: recepção e monitoramento do visitante, engloba a relação com os comerciantes e agência de ecoturismo, contratos, abordagem e monitoramento de escolas, Campanha Verão e recepção no Centro de Visitantes.
- Projeto TAMAR: projeto de proteção e pesquisa das tartarugas marinhas, realizado durante as temporadas reprodutivas, comumente de outubro a março. O pessoal envolvido diretamente com esta atividade é mantido com recursos do próprio projeto.
- Programa de Proteção aos animais silvestres: palestras e visitas a campo , tendo como público alvo a escola local (ensino fundamental). Conta com o apoio da RENCTAS.
- Relacionamento com a comunidade: organização e participação nas reuniões para constituição da Associação de Pescadores de Itaúnas e nas festas e eventos.
- Relação com barraqueiros: existem 10 barracas na praia de Itaúnas e 2 na estrada que dá acesso às dunas. Existe então uma relação firmada com os proprietários destas barracas, desde a criação da UC. Os contatos sistemáticos, através de reuniões e visitas às barracas foram retomados e vem acontecendo com freqüência mensal. Também normas para existência destas barracas foram definidas em parceria com os proprietários e a partir destas, é realizada a fiscalização das barracas. O sistema de energia solar foi instalado após assinatura de concordância das normas.

- ***Educação Ambiental***

As atividades enfocadas para a educação ambiental têm acontecido mais ativamente na época em que o turismo torna-se uma manifestação massiva. A equipe técnica efetua uma abordagem direta aos turistas, aproveitando a localização estratégica da sede do Parque, no único acesso à praia.

Com a comunidade, são realizados mutirões de limpeza das áreas limítrofes com a Vila de Itaúnas, palestras, oficinas de arte, mostra de vídeos, caminhadas ecológicas, entre outras atividades voltadas à comemoração de datas específicas.

O PEI estabeleceu uma rotina de recepção de escolas do município e apresentação de palestras sob o tema Unidade de Conservação e visita aos sítios arqueológicos

Outra ação adotada visando à educação ambiental é a colocação de urnas para que os visitantes se manifestem de maneira participativa com opiniões e sugestões.

- ***Manutenção dos Equipamentos, Instalações e das Áreas***

As tarefas de manutenção da sede, das trilhas e das cercas no Parque é realizada pelos guardas–parque e a higiene na sede do PEI é responsabilidade da funcionária contratada para tal (serviços gerais).

O lixo do Parque e da Vila, atualmente é recolhido por funcionários de uma empresa privada contratada pela prefeitura de Conceição da Barra, e seu destino é um lixão perto da sede municipal.

Os equipamentos do PEI carecem de manutenção rotineira que depende da existência de recursos financeiros, o que se caracteriza como um grande problema no funcionamento geral da unidade, já que não ocorre regularidade no repasse de recursos financeiros por parte da SEAMA. Tal situação compromete o funcionamento básico da Unidade, seja na manutenção e/ou conserto dos equipamentos quebrados, seja na aquisição de equipamentos adequados ao seu bom funcionamento.

6.2 SITUAÇÃO DESEJADA

6.2.2 PESSOAL

O Parque Estadual de Itaúnas deve contar, minimamente, com o seguinte quadro de pessoal para atender às demandas atuais:

- um gerente que apresente conhecimentos básicos sobre planejamento, administração e manejo de Unidades de Conservação;
- um técnico de nível superior da área de educação ambiental, responsável pelas relações com as comunidades e resgate à cultura da região;

- um técnico de nível superior para o desenvolvimento do setor técnico-científico do Parque, como pesquisas e desenvolvimento de projetos relacionados à conservação da biodiversidade;
- um técnico de nível superior para o desenvolvimento e ordenamento do turismo;
- uma secretária, com conhecimentos básicos de informática;
- um técnico com ensino médio completo para atendimento na biblioteca;
- quatro estagiários (estudantes ensino médio) para recepção e orientação aos visitantes;
- quatro fiscais ou agentes ambientais, com treinamento em abordagem, legislação ambiental e educação ambiental;
- uma funcionária para manutenção e limpeza das instalações físicas;
- um funcionário para manutenção das estruturas físicas e equipamentos
- (serviços gerais);
- um técnico para coordenação do viveiro de mudas;
- dois viveiristas;
- funcionários para portarias de acesso (funcionamento 24 horas).

6.2.3 INFRA-ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E EQUIPAMENTOS

A infra-estrutura e equipamentos mínimos necessários ao funcionamento da unidade, estão apresentados a seguir:como também a existência de marcos topográficos.

SEDE ADMINISTRATIVA	
INFRA-ESTRUTURA	**EQUIPAMENTOS**
4 salas para escritórios	3 computadores, 1 scanner, 1 impressora colorida, 2 linhas telefônicas, sistema de ramais internos, aparelho de fax, mobiliário, 3 aparelhos de ar condicionado, internet
1 banheiro para funcionários, 3 banheiros para visitantes	
cozinha	Geladeira, fogão 2 bocas c/ forno, armário sob a pia
sala para equipamentos	ar condicionado, estantes, armários, arquivo
centro de visitantes	Bebedouro
auditório multi-mídia com capacidade para 40 pessoas	40 cadeiras, ar condicionado, TV 33", video cassete, aparelho de som, microfone, caixas de som, projetor de telão, parabólica, retroprojetor, projetor de slides
alojamento: 4 Quartos, 2 banheiros e copa/cozinha; sala de estudos	8 beliches com colchão, armários, 4 ventiladores de teto, geladeira com congelador, fogão 6 bocas com forno, mesa retangular com bancos para 6 pessoas, sofá
ecoloja	ar condicionado
biblioteca	3 ventiladores de teto, 3 estantes de aço, 6 mesas de estudos, 2 computadores e 1 impressora
almoxarifado	ferramentas para trabalho no campo; ferramentas para manutenção instalações físicas, ferramentas para manutenção de veículos, compressor
garagem	
laboratório	Lupa, microscópio, material cirúrgico, balança, freezer, kits de lâminas, 2 ventiladores de teto
portarias para controle de acesso (4)	sistema de rádio-comunicação; kit de energia fotovoltaica
torres de observação (2)	sistema de rádio-comunicação
postos de vigilância (2)	sistema de rádio-comunicação
estacionamento	
viveiro de mudas	Bomba d'água, almoxarifado
	Binóculos (4), máquina fotográfica (2), máquina filmadora, bússola (4), GPS (2),

6.2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- ***Indicativos para se pensar a sustentabilidade econômica do Parque Estadual de Itaúnas***

Entende-se que um objetivo a ser perseguido constantemente pela Unidade de Conservação, deva ser o fato de que suas receitas possam fazer frente aos custos totais envolvidos com o manejo.

Assim, em que pese os importantes convênios e parcerias realizadas desde sua criação, com empresas privadas, prefeitura municipal e, principalmente com duas organizações não governamentais, como a Fundação Pró-Tamar e a Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas – SAPI, os recursos alocados no Parque, ou foram pontuais, para a composição de

uma infra-estrutura mínima de funcionamento e fiscalização da Unidade, ou não vêm garantindo a manutenção de um volume de gastos mínimos necessários, nem tampouco podem sustentar uma projeção maior de dispêndios face às necessidades futuras de manutenção, com melhoria da qualidade dos serviços, que passam a exigir um volume maior de gastos.

Dessa maneira, deve-se implementar ações que permitam a ampliação da receita total disponível para o Parque, e que provenha, principalmente, de alguma atividade que possa ter viabilidade e continuidade, ao contrário dos recursos pontuais e específicos, ainda que não devam ser de forma alguma desprezados.

Proposições:

- Venda de Produtos na ecoloja e em outros pontos: manter a parceria já estabelecida com a SAPI. Melhorar a divulgação dos produtos (camisas, bonés, artesanatos) que levam a marca "Parque de Itaúnas". Sabe-se que marcas associadas à preservação ambiental têm penetração junto a uma significativa parcela de consumidores. É importante estabelecer pontos de venda também fora de Itaúnas, como em Vitória, por exemplo, em shoppings centers, aeroporto, etc. Usar estratégia semelhante à adotada pelo Projeto Tamar.

- Realização de contratos com empresas que queiram ter suas logomarcas associadas à marca "Parque de Itaúnas", como símbolo de diversidade de ecossistemas de rara beleza, em produtos como; camisas, blusas, bonés: isso poderia garantir um repasse periódico de recursos financeiros para a gestão da Unidade. É interessante o estabelecimento de uma política de marketing associada à imagem da preservação ambiental, razão de ser do próprio Parque.

- Concessão de Serviços: como, dentre outros, para a exploração de quiosques na praia, guias turístico e traslados de pessoas em visita à Unidade.

- Incrementar o ecoturismo e buscar melhor forma de arrecadação e aplicação dos recursos advindos destas atividades. O recurso é atualmente arrecadado pela Casinha de Aventuras (que mantém convênio com a SAPI) como "taxa de preservação ambiental" no valor simbólico de R$ 1,00/ecoturista, sendo aplicado em cursos de capacitação de guias e na sinalização de locais mais visitados do Parque. Todavia, isso deva ser pensado adequadamente, ou seja, quais serão as estratégias adotadas para que a visitação não venha a comprometer os recursos protegidos, formas de controle do contingente de pessoas, como melhorar a qualidade da visitação, valores dos passeios, canais de divulgação, etc.

- Pensar, à luz dos instrumentos legais, a viabilidade de cobrança de uma taxa reduzida, exclusivamente dos visitantes, para acesso as dependências do Parque. Essa medida não é comum no Brasil, principalmente em se tratando de acesso à praia. Todavia, deva ser amplamente discutida com a comunidade local do entorno, com a prefeitura municipal, no sentido de suas vantagens e desvantagens.

- Concessão para a realização de eventos esportivos: empresas especializadas poderiam estar organizando campeonatos de âmbito nacional de esportes de vela, por exemplo. Além da receita auferida pelo Parque, este tipo de competição atrai normalmente um público mais respeitoso em relação ao ambiente natural.
- Envidar esforços para a identificação de organismos nacionais e internacionais que venham repassar recursos a fundo perdido para a manutenção das atividades e realização de pesquisas julgadas de interesse para a Unidade.

7 Relação da Comunidade com O PEI

7.1 INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais polêmicos na questão da gestão de Áreas Protegidas e dos recursos naturais, é a relação com a comunidade.

Geralmente existem interesses conflitantes entre a unidade e a comunidade que vive na área do entorno, com aquela que de alguma forma usa a unidade para lazer e turismo e ainda a comunidade que ainda vive dentro da unidade, por alguma razão.

Projetos visando a participação da comunidade no processo de conservação existem em várias Unidades de Conservação implantados ou em fase de implementação, no Brasil e no mundo, mas em especial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Um exemplo que vêm, há muitos anos obtendo pleno êxito, são dos Parques Nacionais dos Estados Unidos da América, que são administrados sob o regime de co-gestão, através de Cooperativas especializadas, onde todas as atividades, são gerenciadas e executas por essas Cooperativas, exceto à Fiscalização e o Policiamento, que são atribuições exclusivas do Governo Americano.

O Parque Estadual de Itaúnas não é uma exceção à regra brasileira e, em muitos aspectos, a relação com a comunidade tem sido por vezes conflituosa, apesar do desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental, havendo assim necessidade de se proporem outras medidas e programas que diminuam os conflitos e que levem a comunidade a participar efetivamente do processo de conservação.

Este levantamento teve como objetivo identificar as principais lideranças da comunidade local e multiplicadores para o processo de conservação, a fim de promover a participação comunitária neste processo e identificar e sugerir atividades econômicas alternativas.

7.2 METODOLOGIA

A metodologia de trabalho baseou-se em levantamentos de informações secundárias de relatórios e levantamentos anteriormente realizados, em relação ao histórico da área, população e sócio-economia, além do trabalho de campo.

Nos levantamentos de campo realizaram-se entrevistas com as lideranças comunitárias, de forma a identificar os principais sujeitos para o processo participativo de conservação e para a capacitação de multiplicadores.

No trabalho de campo também se verificou quais as atividades desenvolvidas no Parque, qual a participação da comunidade no processo de conservação, qual a opinião da comunidade sobre o Parque e ainda quais as atividades alternativas ao uso atual da área.

7.3 VISÃO DAS COMUNIDADES ACERCA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A visão da comunidade que reside no entorno do Parque é relatada na seqüência com base no resultado de pesquisa de campo realizada com pessoas que vivem no distrito de Itaúnas, município de Conceição da Barra/ES.

Tal ação se deu em função de uma solicitação do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, durante a reunião de apresentação do diagnóstico do PEI para os técnicos do órgão e do parque, para aprofundar a avaliação das relações da população com a unidade de conservação observando-se a questão fundiária (situação referente às indenizações e mudança do local de moradia), e a percepção da população local (tanto as pessoas que vivem no interior do PEI, quanto àquelas residentes em seu entorno) no que tange à questão do turismo no Parque Estadual de Itaúnas.

A pesquisa de campo foi de cunho qualitativo, sendo realizadas entrevistas com membros das comunidades, de acordo com a seguinte separação: residentes em comunidades no interior da Unidade de Conservação; proprietários rurais que possuem áreas dentro da circunscrição do PEI; proprietários de barracas de praia no interior do PEI e população residente no entorno imediato ao PEI, com destaque para a Vila de Itaúnas.

A escolha das pessoas com as quais se fez contatos presenciais obedeceu a diferentes critérios, a saber:

- Nas comunidades no interior do PEI efetivou-se conversações com lideranças reconhecidas, nos casos observados, por via patriarcal, apesar de no Riacho Doce ocorrer também a liderança de uma mulher, dona Otávia Bermindo da Silva, que se encontrava ausente no momento da realização da pesquisa.

- A partir de um levantamento prévio constatou-se o fato de todos os membros de cada comunidade pertencerem a uma mesma família. Observou-se em campo, ouvindo-se também outros membros do grupo de cada família, tanto na comunidade de Paulo Jacó quanto do Riacho Doce, a liderança reconhecida nos dois indivíduos mais idosos das comunidades. Não há associações ou quaisquer outras formas de organização nessas comunidades para se discutir e encaminhar pontos em comum. Cada uma das duas comunidades tem aproximadamente um total entre 20 a 30 pessoas.

- Dos vinte proprietários rurais relacionados neste encarte do Plano de Manejo, que têm áreas incluídas dentro da demarcação da Unidade de Conservação, foram selecionados e

entrevistados cinco deles, tomando-se como elemento definidor de tal escolha o fato de morarem em suas próprias propriedades ou na Vila de Itaúnas. Os outros residem na sede do município de Conceição da Barra ou em outras cidades vizinhas. De acordo com o guarda-parque que auxiliou na escolha da amostra, os cinco produtores entrevistados representam o universo daqueles proprietários residentes em seus estabelecimentos agropecuários. Espacialmente têm suas terras assim distribuídas: dois deles mais ao norte do PEI; dois no entorno imediato à Vila de Itaúnas, e o último localizado mais ao sul do PEI.

Todas as barracas de praia em funcionamento foram visitadas, conversando-se, na quase totalidade, com os seus respectivos proprietários. Vale dizer que, das dez existentes, na oportunidade desta pesquisa, duas encontravam-se desativadas.

No que diz respeito à sondagem efetuada junto à população residente no entorno imediato ao PEI, ouviu-se dois representantes da comunidade do Angelim, onde também, segundo os relatos apreendidos, todos têm relação de parentesco. Já na Vila de Itaúnas, pela diversidade e amplitude da população residente no contexto do distrito, entrevistou-se representantes das três associações existentes (comercial, de moradores e dos pescadores), da organização não governamental Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas – SAPI; bem como pessoas de diversos estratos etários, tanto do sexo masculino quanto feminino.

As entrevistas não foram previamente agendadas. As perguntas foram todas abertas, dando-se relevância ao diálogo que se procurou estabelecer com os entrevistados, no sentido de se captar estritamente a opinião das pessoas em relação às solicitações supracitadas do órgão ambiental. Transcreveu-se literalmente, em determinados momentos, manifestações orais de alguns entrevistados que foram anotadas e consideradas expressões-chave que se julgou sintetizar suas visões sobre as perguntas efetuadas, e que, de uma ou outra maneira, foram também percebidas em outros posicionamentos colhidos.

7.3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE NO INTERIOR DO PEI

7.3.1.1 COMUNIDADE PAULO JACÓ

Esta comunidade é composta por sete casas onde vivem aproximadamente trinta pessoas. Possuem forte identidade com o local e hábitos culturais integrados com tal meio. Situa-se nas proximidades das dunas, por volta de 1 Km da Vila de Itaúnas.

A pesca artesanal no mar é a atividade geradora de renda para a maioria das pessoas. Alguns indivíduos sobrevivem em atividades de serviços na Vila, normalmente voltadas ao consumo dos turistas, como o trabalho em pousadas ou bares, por exemplo. Produzem artesanato de palha e vime, como cestos, jarras e outras peças decorativas. Têm pequenas plantações de subsistência, cultivando o coco e a mandioca .

O Sr. Paulo Jacó é um remanescente da antiga Vila de Itaúnas. Quando de seu soterramento, ele, ainda jovem, transferiu-se com seus familiares para o atual local onde residem. Não soube precisar exatamente há quanto tempo isso ocorreu, alegando, no entanto, não menos de trinta e cinco anos.

Sobre a possibilidade de transferência de moradia das pessoas da comunidade para um outro local fora do Parque, houve o argumento de que tal ação seria aceitável, porém não desejável, desde que fossem criadas condições, via indenização, por exemplo, adequadas para que os familiares pudessem residir em outro local, onde frisou a preferência pela Vila, dado que não ficariam muito distantes do mar. Esta questão é crucial quando de uma possível transferência futura, porque exercem a pesca todos os dias e apresentam uma relação sociocultural tradicional com essa atividade. Portanto, todos os cuidados devem ser tomados para a preservação de tal ofício, que passa de geração para geração. "Meu pai pescava, eu sou pescador e tenho filhos e sobrinhos que também pescam para viver".

Há uma grande preocupação em relação à quantidade futura de peixes, vez que a pesca predatória, praticada incessantemente por barcos motorizados que arrastam redes com malha muito reduzida, em busca da captura do camarão, bem próximo à linha de praia, interfere sobremaneira na reprodução de muitas espécies, haja vista que se pega também os filhotes, que são retirados do mar e acabam morrendo. Vale ressaltar que essa queixa é generalizada. Todos os pescadores ouvidos foram enfáticos em relação ao problema vivido, alegando ser a falta de controle e fiscalização nessa atividade o principal obstáculo à sobrevivência das pessoas que vivem diretamente da pesca em Itaúnas.

Sobre o papel do PEI e sua relação com a comunidade Paulo Jacó, percebeu-se um argumento favorável às ações que foram estabelecidas, principalmente a contenção, a partir da criação da Unidade, de um processo de ocupação urbana após a ponte sobre o rio Itaúnas, ajudando a preservar o local.

No que tange ao turismo que vem se expandindo em Itaúnas, houve uma consideração apenas lembrando aspectos positivos. "Eles trazem dinheiro e permitem que a gente consiga algum ganho".

7.3.1.2 COMUNIDADE DO RIACHO DOCE

Localiza-se nas proximidades do limite norte do PEI, onde há a divisão dos Estados do Espírito Santo e Bahia. É também uma comunidade tradicional com hábitos conservados entre as gerações, tendo como signo a pesca artesanal. É composta por aproximadamente quinze domicílios onde vivem pouco mais de trinta habitantes, descendentes do Senhor Manoel Rodrigues dos Santos e da Senhora Otávia Bermindo da Silva.

De acordo com o Sr. Manoel Rodrigues dos Santos sua chegada ao local faz quase quarenta anos, onde ainda bem jovem veio para o Riacho Doce com seus pais, provenientes de uma

região próxima da Bahia. Com exceção dos moradores mais idosos, quase todos os adultos e seus filhos nasceram nessa Comunidade.

Cultivam pequenas lavouras de subsistência e criam animais de pequeno porte também para consumo próprio. As produções de coco e abacaxi têm caráter comercial, porém apenas no sentido de complementação da renda familiar. Mas é a pesca artesanal a atividade econômica que os mantém. Realizam esse ofício, do mesmo modo que os demais pescadores de Itaúnas, utilizando como instrumento a canoa a remo e a rede de espera como petrecho de captura. A pesca é praticada todos os dias, sendo que a pescadinha e o peroá são as espécies mais freqüentes que alcançam os melhores preços. Vendem toda produção para um único intermediário, que a apanha na praia e a distribui na Vila de Itaúnas e em Conceição da Barra.

Quando indagados sobre a principal dificuldade para a sobrevivência futura dessa atividade, são também taxativos em relação à larga incidência de barcos motorizados que arrastam rede do tipo balão para a pesca do camarão. Além de forte interferência no ciclo reprodutivo de muitas espécies, em virtude da proximidade com a praia e da pequena largura da malha das redes de arrasto, há também outros impactos sobre os pescadores artesanais causados por tal tipo de pesca, como conflitos de uso das águas e prejuízos materiais causados com freqüência pela destruição de suas redes pelos barcos de arrasto.

Encontrou-se no Riacho Doce, tanto em conversações com idosos, bem como com adultos mais jovens do sexo masculino e feminino, uma forte objeção ao PEI. Em nenhuma outra área contactada no distrito de Itaúnas durante a pesquisa de campo, tal oposição foi tão incisiva. Quando, então questionados sobre a situação de suas vidas após a criação da Unidade de Conservação, a primeira resposta mais freqüente foi a de que "o Parque só vem atrapalhando". Indagados sobre o porquê de tal afirmação, as colocações recaíam sobre o problema fundiário, restrições criadas para terem acesso à energia elétrica e a falta de coleta do lixo. Quando perguntados se além dos aspectos negativos abordados, conseguiriam realçar alguma ação positiva em virtude da existência do Parque, não se obteve qualquer resposta em tal sentido.

É perceptível a tensa reação causada quando se abordou a questão fundiária. De acordo com os relatos, quando foram feitas as demarcações para a criação do Parque, os moradores foram informados que não poderiam mais viver ali, devendo ser indenizados ou transferidos para outra área fora do Parque. Como essa questão se arrasta desde a criação do PEI, sendo que ainda não há uma solução concreta à vista que não os prejudique, tem-se como conseqüência um clima de insegurança. Observou-se um incômodo nas pessoas em decorrência da possibilidade de serem lesadas em função da perda das terras onde vivem, bem antes da criação do Parque, no sentido de que a magnitude dos recursos financeiros provenientes de uma indenização seja baixa, ou mesmo uma outra ação por parte do Governo, como a transferência para outro local de moradia, possa vir lhes trazer transtornos às suas vidas.

Ouviu-se dos moradores entrevistados o desejo que têm de permanecer onde moram. Á guisa de exemplo captou-se o argumento: "aqui estamos colados no mar, de onde tiramos nosso sustento, morar mais longe é complicado", disseram os irmãos Amauri Rodrigues dos Santos e Benedito Rodrigues dos Santos. Todavia, de acordo com o chefe familiar e morador mais antigo, Sr. Manoel Rodrigues dos Santos, uma transferência para outro local de moradia pode até ser admissível, mas desde que não os prejudique, conforme já colocado.

A chegada de turistas é bem vista pelos moradores, dado que esses realizam alguns gastos no local, como o consumo de bebidas e água de coco. Existem três pequenas barracas de palha, erguidas pelos moradores para atender tal demanda. Normalmente os visitantes vão ao local de automóvel a partir da Vila de Itaúnas, retornando no mesmo dia. Há uma pousada, denominada *Natureza Xique*, recentemente inaugurada, que conta ainda com serviço de restaurante nessa região. Porém, sua localização está fora da área delimitada pertencente ao PEI. Seu proprietário, Celso Lacerda Soares, ex-proprietário de restaurante em Vitória, adquiriu terras na região, inclusive uma parte delas, de moradores locais, onde, no entanto, uma parcela está dentro da circunscrição do Parque. Ele acha favorável ser indenizado em favor de uma Unidade de Conservação, fazendo clara alusão aos benefícios para as condições naturais do lugar. Entretanto, também frisou a importância quanto a estipulação de valores adequados, com base no preço de mercado das terras na região, para dispor da área que adquiriu, apesar de saber que estava comprando de terceiros, uma área (parte dela) que está dentro de um Parque.

7.3.1.3 PROPRIETÁRIOS RURAIS

No que tange à questão fundiária, percebeu-se nas entrevistas com os proprietários que têm áreas dentro da circunscrição do PEI, que as desapropiações de terras, quando implementadas, possam estar baseadas em níveis de preços compatíveis com o mercado de terras na região. Há uma forte preocupação que uma indisposição entre as partes possa ser criada se os valores a serem pagos pelo Governo Estadual forem bem inferiores às terras e benfeitorias hoje negociadas no município e adjacências. Frisaram que, após o período inicial de demarcação do PEI, tal assunto nunca mais teve um encaminhamento no sentido de uma solução definitiva. Contudo, sentem-se incomodados com especulações que por vezes ocorrem relacionadas ao fato de que o Governo já teria estipulado valores para o alqueire de terra com preços bem inferiores aos praticados na região.

Sobre suas visões ligadas à existência e o papel desempenhado pelo PEI, entendeu-se que, existe de uma maneira geral, um reconhecimento de sua importância para a preservação dos ecossistemas locais. Vale dizer que os dois produtores rurais, dedicados principalmente à pecuária leiteira, localizados ao norte, senhores José Maria Campos Pinto Coelho e Rives da Silva Campos, que fazem uso diário da estrada lateral às dunas e por elas recorrentemente ocupada, chamaram muita atenção para esse grande transtorno àqueles que precisam dessa via para transitar. Ademais esse problema é de amplo conhecimento para os moradores de Itaúnas e demais localidades no extremo nordeste do Espírito Santo, como para os

produtores do assentamento Paulo Vinha. Salientaram ainda sobre o recente clima de tensão, quase ocorrendo um confronto, para o desbloqueio dessa via que envolveu autoridades do PEI, da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra e os produtores rurais.

Cabe destacar o contato mantido com o agricultor Sr. Carlos Pereira Bonelar, popularmente conhecido como *Seu Tamandaré*. Trata-se de um morador remanescente da Vila antiga, onde se transferiu para uma área adjacente às dunas, local de rara beleza, morando lá desde antes de seu casamento e onde criou os seus filhos. Atualmente ele vive no local apenas com sua esposa. Toda sua propriedade se encontra dentro da área hoje considerada pertencente ao PEI. Assim como os demais moradores que pertencem às comunidades Paulo Jacó e Riacho Doce, ele é um residente em tal local anterior à criação do PEI.

Ele se demonstrou bastante arredio à idéia de conversar sobre quaisquer questões envolvendo o PEI. "Eu não tenho nada para falar, tudo o que eu tinha para falar eu já falei, agora eu só quero é o meu dinheiro pela minha área, já estou cansado de tanta perturbação com essa estória de Parque". A perturbação demonstrada consiste nos freqüentes comentários que sempre ouviu "de todas as bandas" de que terá que sair da área onde reside. "Isso já me deu muita agonia", repetindo novamente que agora somente quer receber o "dinheiro justo pela sua área".

Percebeu-se mais uma vez, à semelhança ao encontrado no Riacho Doce, a evidência de uma situação angustiante, e até de repulsa, em virtude do problema gerado face à necessidade legal de desapropriação de áreas, onde se envolve a questão da transferência de moradia de populações que têm vínculos que as identificam culturalmente com os locais onde vivem há vários anos. Assim, a falta de uma solução negociada para a questão fundiária quando do estabelecimento do PEI, em meio há mais de uma década sem solução para tal questão, torna-se um ingrediente para o reaparecimento de especulações que ocasionam expectativas negativas nas pessoas.

Quando indagado se percebia algum aspecto positivo para Itaúnas proveniente da criação da Unidade de Conservação, o entrevistado disse não haver, chamando atenção para as restrições impostas aos proprietários para o manuseio de suas áreas, alegando não poder fazer mais as coisas que fazia antes da criação do Parque.

Sobre o crescimento do turismo houve a lembrança de dois efeitos. Um positivo, por efetuarem gastos e se sentir valorizado, em função de receber vários visitantes, muitos deles antigos conhecidos de várias partes, que vão ao seu local de moradia para conversar e comprar frutos. O outro é negativo, relacionado ao comportamento não adequado ao seu costume proveniente do público mais jovem, em função do uso de drogas.

7.3.1.4 PROPRIETÁRIOS DE BARRACAS DE PRAIA NO INTERIOR DO PEI

São dez as barracas existentes na praia de Itaúnas, onde todas têm uma padronização mínima. Com a criação do PEI não foi mais permitido a expansão desse número.

Ouviu-se dos proprietários, seus representantes ou arrendatários, posições bem semelhantes no que diz respeito às principais perguntas efetuadas. Em primeiro lugar, como todos esses imóveis estão edificados em área de domínio público pertencentes ao PEI, há uma expectativa de que qualquer regulamentação futura quanto ao uso e exploração desse tipo de serviço na praia não venha lhes prejudicar, haja vista o tempo em que já exploram tal atividade, os investimentos em benfeitorias realizados, e caraterizando-se como a principal fonte de renda para muito dos proprietários.

De todos os segmentos visitados no interior do PEI, são os barraqueiros que mantém uma relação mais próxima com a administração da Unidade. Há todo um trabalho que vem sendo montado em relação à limpeza da praia e das dunas, como a coleta do lixo e campanhas de esclarecimento junto aos turistas. Percebem que o sucesso de seus negócios passa pela preservação dos ecossistemas, daí acenarem positivamente quando abordados sobre o papel do PEI. "Temos que caminhar juntos porque sem qualidade e limpeza todos perdem, nós e o Parque", salientou o proprietário da barraca Sal da Terra, Sr. Waldeir V. Azevedo. Frisaram ainda a importância do PEI no sentido de conter a expansão imobiliária após a ponte sobre o rio Itaúnas.

O aspecto negativo que teve unanimidade recaiu na falta de banheiros nas proximidades das barracas. Segundo os entrevistados, esse ponto consiste na principal reclamação dos turistas que freqüentam a praia de Itaúnas. É de conhecimento as dificuldades técnicas até agora encontradas para se implantar um sistema que possa ser adequado às condições naturais presentes nas imediações das barracas, caracterizado pela fácil possibilidade de contaminação do lençol freático, dado que este é muito próximo à superfície.

Sobre aspectos relacionados aos materiais usados nas edificações das barracas, muitos consideram a necessidade de erguerem paredes de alvenaria, o que hoje não é permitido pelo Parque. Alegam que , como atualmente só podem usar madeira e estuque, e que na região é intensa a infestação por cupim, têm que, de três em três anos refazer praticamente toda a barraca, exigindo um investimento alto para os seus padrões. Ademais, registram ainda a inadequação das cozinhas serem de estuque, quando o certo seria o seu azulejamento, permitindo uma melhor limpeza e higienização.

Estabelecimentos visitados: barraca do Curió(*), barraca do Miltinho, barraca Girasol, barraca do Coco, barraca do Itamar, barraca Tartaruga, barraca Sal da Terra, barraca do Luis e do Benilson.

(*) A barraca do Curió não estava em funcionamento, porém entrevistou-se o seu proprietário.

7.3.2 POPULAÇÃO RESIDENTE NO ENTORNO IMEDIATO AO PEI

7.3.2.1 COMUNIDADE DO ANGELIM

Trata-se de uma comunidade cujas terras estão bem próximas da divisa com o PEI, em sua porção sudoeste. Conta com doze casas e cerca de 25 habitantes. São moradores que têm relação de parentesco entre si. As terras pertencentes aos atuais produtores que ali vivem foram herdadas de seus pais, de acordo com as colocações do Sr. Braz Alves e Sra. Claudentina Trindade Alves, antiga moradora que nasceu e até hoje vive na Comunidade.

Dedicam-se à pequena produção agrícola de subsistência e criam algumas cabeças de gado para a produção de leite. Mantém uma tradicional atividade que é a produção de farinha de mandioca e beiju, comercializado em Itaúnas e Conceição da Barra.

Por estarem fora da linha de circunscrição do PEI, não há qualquer preocupação em relação à questão fundiária. Quanto ao que se refere a existência e atuação da Unidade de Conservação, houve uma posição favorável, sem no entanto evidenciarem espontaneamente fatos que demonstrassem esse posicionamento. Intui-se que, pelo fato de não haver entre eles e o PEI alguma pendência a ser resolvida, como em outros casos em relação à questão fundiária, e ainda viverem mais isolados em relação ao cotidiano da Vila de Itaúnas, eles pouco atinam sobre a presença do Parque. Algo semelhante ocorre quando foram perguntados sobre o crescimento da atividade turística em Itaúnas, dado que os impactos decorrentes não são por eles sentidos diretamente.

7.3.2.2 VILA DE ITAÚNAS

As perguntas centrais dirigidas aos moradores da Vila, muitos deles transeuntes que circulavam pelas ruas, fixaram-se em dois pontos: o primeiro era captar do entrevistado sua visão sobre a presença do PEI, sua atuação ao longo dos anos, etc. O segundo se referiu exatamente sobre a expansão da atividade turística, tanto na área do Parque, quanto na Vila, haja vista a impossibilidade de uma desassociação em relação aos locais freqüentados pelos turistas. Notou-se que na Vila os moradores em geral estão mais distanciados da problemática fundiária, vez que tal fato não lhes aflige, como no caso dos proprietários de terras e comunidades residentes no interior da Unidade de Conservação. Assim, perguntas sobre esse assunto, quando levantadas logo nas primeiras conversas, ficaram sem resposta, daí terem sido descartadas, julgadas como não cabíveis para o objetivo perseguido a partir da solicitação do IEMA, supracitada no início desse relatório.

Observou-se que a maioria dos moradores, principalmente os mais jovens e alguns comerciantes, quando perguntados sobre qual a sua visão a respeito do papel e desempenho do PEI, respondia primeiramente salientando um lado tido como negativo, identificado pelas proibições criadas, tal como: a não permissão de utilização de barcos motorizados no rio Itaúnas, e a postura distanciada, por vezes considerada arrogante, de pessoas vinculadas à

gerência da Unidade ao longo dos anos de sua criação, percebidas como se fossem "donas" da extensa área que circunda a Vila.

Sentiu-se ainda a existência de cobranças que fogem do escopo da Unidade de Conservação e que são de competência do poder público. Como achar que o PEI deveria resolver o problema ainda deficiente em relação ao saneamento básico da Vila, melhoria de vias, etc.

Não obstante, quando se questionava os entrevistados sobre se haviam fatores positivos em função da presença do Parque, muitas das mesmas pessoas que tinham feito contestações, também não deixavam de admitir que viam na existência da Unidade uma espécie de freio à destruição dos ambientes naturais e históricos presentes, qualificando assim o potencial ambiental de Itaúnas.

O desemprego foi apontado, sobretudo pelos mais jovens, como o principal empecilho para se viver em Itaúnas. Exceto as atividades voltadas ao atendimento ao consumo dos turistas, não há outras formas de ocupação que possam absorve todo o contingente de desempregados que vivem na Vila. Isso, sem falar no caráter sazonal da demanda turística. Muitos vivem de biscates ou saem temporariamente, as vezes definitivamente, daquele local ande nasceram.

Sobre a expansão do turismo as respostas mostram, via de regra, impactos positivos, normalmente econômicos, e negativos. Dentre os negativos, muitos nativos alegam não conseguirem mais hospedar visitantes em suas casas, o que era comum em Itaúnas antes do *boom* verificado no crescimento do número de pousadas. Ademais, os investidores em pousadas, normalmente moradores que imigraram para a Vila, têm maior poder aquisitivo, melhorando a qualidade de seus equipamentos receptivos, o mesmo não acontece com as pessoas locais, completamente sem as devidas condições de gasto. Muitos inclusive, acabaram vendendo suas casas para pessoas de fora que as transformaram em pousadas ou outro estabelecimento qualquer do setor de comércio e serviços.

Os moradores mais idosos, vários remanescentes da antiga Vila, declararam-se favoráveis à existência e atuação do Parque, também por sua atribuição e ação quanto à conservação dos ambientes. Todavia, são unânimes em apontar os desrespeitos aos seus costumes ocorridos a partir da chegada de grandes contingentes de turistas. O elevado uso de drogas em diversos locais públicos, o barulho provocado por aparelhos de som, tanto dos carros quanto das casas, foram as principais queixas relatadas. O Sr. Osmar Soto alega que "muitas vezes quando a gente vai falar alguma coisa com esses jovens de fora, eles nos tratam com grosseria, fingindo que a gente não existe".

- Associação Comercial de Itaúnas

Fundada há quatro anos, conta com cerca de trinta associados, segundo um de seus diretores, o proprietário do restaurante e pousada Pargos, Sr. Éolo Mourão. A maioria dos associados é composta por donos de pousadas, em segundo lugar vêm os donos de bares e restaurantes.

Sobre o crescimento do turismo, que tem como atrativo os recursos naturais presentes no PEI e o forró, vem-se discutindo em nível da Associação os seus impactos positivos e negativos, bem como a formulação e encaminhamento de propostas que possam mitigar os efeitos negativos. Há um reconhecimento de que as restrições e proibições de cunho conservacionista impostas a partir da criação do PEI, evitando a descaracterização das belezas naturais de Itaúnas, é um fator importante para que ainda hoje se tenha um perfil diferenciado de turista, ou seja, que busca gastar suas horas de lazer em ambientes naturais pouco deteriorados. Normalmente são pessoas com um nível de escolaridade mais elevado do que em outras regiões litorâneas, e que executam também um maior gasto médio diário individual e, em geral, têm uma maior preocupação em não deixar lixo nos locais visitados no PEI. Isto, lembrou-se ainda, graças ao trabalho de abordagem dos turistas feito por profissionais do PEI, quando os visitantes vão atravessar a ponte sobre o rio Itaúnas.

Há uma preocupação em relação a realização da terceira edição do festival do forró, um mega evento para os padrões receptivos existentes na Vila. Se por um lado ocorre um incremento elevado na demanda por bares, restaurantes e pousadas, quando da realização desse evento no mês de julho, por outro, a grande massa de pessoas sobrecarrega o local que não tem infra-estrutura urbana para comportar milhares de visitantes concentrados em poucos dias. Uma das propostas é que a Prefeitura Municipal de Conceição da Barra abra espaço para ouvir e discutir alterações de datas e a composição do festival com as entidades organizadas de Itaúnas, de modo a reduzir o grande fluxo que, entretanto, acaba trazendo efeitos negativos, como o aumento de roubos, grande produção de lixo em meio a um serviço de coleta deficiente e muito uso de drogas. Muitos turistas que normalmente vão a Itaúnas no mês de férias com suas famílias, têm deixado de fazê-lo em função do festival.

Um outro ponto registrado refere-se a baixa qualificação profissional da mão-de-obra disponível em Itaúnas para trabalhos cada vez mais especializado, dado um público mais exigente quanto a prestação de serviços. Normalmente os trabalhadores são biscateiros, revezando-se temporariamente em atividades que atendem a demanda turística, isto, durante o verão e o mês de julho, para na baixa temporária fazerem serviços avulsos de pedreiro, ajudantes de obras, ou migram temporariamente para outras regiões em busca de empregos, principalmente os mais jovens.

- Associação dos Moradores de Itaúnas

Essa entidade encontra-se em processo de reorganização e retomada de ações em favor da melhoria das condições de vida dos moradores.

De acordo com a representante Sra. Zumira Timbohyba Souto, quando abordada sobre sua visão como antiga moradora e atuante na comunidade local, sobre a questão do turismo realizado no PEI, ela ressaltou também tanto os impactos positivos, proveniente dos gastos efetuados pelos visitantes, como os aspectos negativos, relacionados ao grande consumo de drogas e a falta de infra-estrutura para receber grandes contingentes em determinados períodos do ano.

- Associação dos Pescadores de Itaúnas

No momento alguns pescadores discutem o soerguimento dessa entidade, dado que recentemente tem havido pouca motivação dos associados para encaminharem ações visando combater velhos problemas ainda sem solução. O principal obstáculo à manutenção da atividade pesqueira marinha por moradores de Itaúnas, conforme já relatado, recaí na pesca predatória (praticada por barcos motorizados que puxam redes balão para a pesca do camarão) que há anos vem sendo praticada bem próximo à praia, em toda extensão costeira do PEI. Esses barcos vêm de diversos pontos, desde o sul da Bahia até do norte do Espírito Santo.

Sobre a queda no volume de peixe capturado pelos pescadores artesanais de Itaúnas é emblemática a afirmação de um membro da diretoria da Associação, Sr. Ângelo Camilo, conhecido por populares como *Caboclinho.* "Em 1970 a gente colocava 100 metros de rede e pegava cerca de 80 a 100Kg de peixe. Hoje, nós colocamos aproximadamente 600 metros e pegamos de 5 a 10 Kg".

Independente da triste situação relatada por todos os pescadores com os quais se conversou, o fato é que diversas famílias têm na pesca a sua principal fonte de sustento. Há uma forte indignação quanto à falta de uma fiscalização eficiente por parte do IBAMA e demais órgãos, que possa coibir a pesca motorizada bem próxima da linha de praia. De acordo com o Sr. Didi, outro antigo pescador e profundo conhecedor de toda região de Itaúnas, "Já tentamos de tudo, reclamamos várias vezes sobre essa situação, mas até agora não conseguimos nada". O que se notou é que os pescadores se sentem enfraquecidos diante de tal situação, não tendo força isoladamente para enfrentarem e encaminharem politicamente quaisquer ações. Vale dizer que, essa reclamação de pesca predatória e o problema de interseção no uso das águas bem próximas à praia, entre pescadores que usam canoa a remo e barco motorizado, é uma situação vivida também pelo menos ao longo da costa do Espírito Santo.

Quando perguntados sobre como viam o papel do PEI, as opiniões em geral são de queixas, alegando-se que existe uma restrição que os afeta na preparação de seus instrumentos de trabalho, que é proibição para a retirada de alguns exemplares de madeira para que possam confeccionar remos. Em períodos de maior agitação do mar, alegam, "nós acabamos perdendo alguns remos, o Parque não deixa que a gente tire madeira. Não vamos destruir, poderia ter algum controle". Cobram ainda que a administração do Parque poderia interceder junto ao IBAMA no sentido de mover uma ação fiscalizadora contra a pesca predatória.

- Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas

Trata-se de uma Organização Não Governamental, já descrita no Encarte 4- Caracterização do Meio Antrópico, que tem uma estreita parceria e ações em defesa do PEI. Neste sentido, o seu registro no presente relatório, está mais em função de ser uma entidade organizada e atuante em relação à defesa dos ecossistemas e da promoção de ações voltadas para a

educação ambiental, do que para se obter uma avaliação da entidade a respeito da existência e atuação do PEI, haja vista a situação que vivencia com a Unidade.

7.4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CONFLITANTES

No caso específico do Parque Estadual de Itaúnas, os conflitos com a comunidade ocorrem devido ao histórico de ocupação desta área litorânea, das atividades que a comunidade sempre desenvolveu nesta área e ainda pela sua localização geográfica.

O Parque Estadual de Itaúnas localiza-se no litoral do Espírito Santo, em uma área de grande beleza cênica, altamente cobiçada pela especulação imobiliária, pelo turismo e para lazer, já que possui praia, rio e de estuário de extrema beleza e primitivismo.

Ao mesmo tempo, desde os tempos mais remotos, esta área vem sendo habitada por comunidades que utilizam os seus recursos naturais e cênicos, como mostram os testemunhos dos sítios arqueológicos e, atualmente, é habitada por uma comunidade de pescadores e coletores de recursos vegetais e animais - incluindo-se caçadores.

A área do entorno tem sofrido uma degradação dos recursos naturais devido a substituição dos ecossistemas naturais pela silvicultura e agropecuária, levando à diminuição de oferta de produtos naturais para uso tradicional por parte das comunidades locais.

Na verdade a única área natural remanescente na região de Itaúnas está englobada na área do Parque.

As principais atividades conflitantes identificadas, relacionadas às comunidades, são:

- ***Existência de ocupações e uso agrícola/pecuário na área do parque***

Existem várias casas habitadas dentro da unidade que pertencem a nativos e/ou proprietários de terra, que fazem uso diverso de suas terras, através da agropecuária. Nenhum tem a situação fundiária resolvida.

- ***Atividades de pesca***

A maioria das atividades de pesca são realizadas de forma tradicional, por nativos da área e tem um forte cunho cultural, ocorrendo tanto no rio Itaúnas como no mar. Ressalta-se que esta atividade não é compatível com a categoria de manejo da unidade em foco.

- ***Coleta de produtos vegetais***

A coleta de produtos vegetais como madeira, frutos e fibras é praticada na área do Parque pelos moradores da Vila, seja para consumo direto (lenha e construção civil), seja para artesanato.

- ***Coleta e caça de animais***

A apanha de animais assim como a caça é uma das atividades mais expressivas da área, sendo a caça tradicionalmente realizada.

- ***Trânsito de animais***

A circulação de animais de carga, como cavalos e burros, acontece por trilhas existentes na área do Parque. Também a presença de cachorros é comum nas dunas, praia e rio.

- ***Limpeza de peixes e lavagem de roupas a beira rio***

É costume da população limpar os peixes e lavar a roupa nas margens do rio Itaúnas.

- ***Apanha do sururu***

A comunidade cata o sururu (marisco) que se desenvolve nas rochas existentes na costa.

Estas atividades desenvolvidas tradicionalmente pela comunidade de Itaúnas há muitos anos, não são permitidas em áreas de unidades de conservação de proteção integral, como é o caso do Parque de Itaúnas.

Sendo assim, há um conflito constante entre a existência do Parque e essa população que segue fazendo uso dos seus recursos naturais para sua sobrevivência.

A primeira vista, a comunidade da Vila não parece ser uma aliada do Parque preservação ambiental e por sua vez, a fiscalização do Parque, encontra-se muitas vezes em situações de conflito, já que os guardas-parque pertencem também a esta comunidade.

7.5 ATIVIDADES ECONÔMICAS POTENCIALMENTE GERADORAS DE TRABALHO E RENDA

- ***Desenvolvimento Rural Sustentável***

A agricultura familiar, ainda de subsistência, é muito fragmentada e incipiente, no que diz respeito ao seu processo de organização social, da produção e da comercialização, apesar de ser uma das mais antigas e tradicionais na região de Itaúnas.

A pecuária deve também ser melhor estruturada, especialmente no que diz respeito às práticas de manejo mais adequadas.

Já quanto ao Extrativismo, a Silvicultura e a Exploração Florestal deve-se incentivar e nortear essas atividades, através de programas específicos de capacitação e de organização e produção comunitária, tendo em vista o seu grande potencial de desenvolvimento.

O artesanato, por exemplo, deve ser objeto de um programa de longo prazo, de formação e desenvolvimento profissional.

No levantamento feito "in loco", verificou-se que o modelo mais adequado para a organização e produção na região de Itaúnas, é o autogestionário, através das Associações e Cooperativas existentes ou em processo potencial de criação.

A partir de Agrupamentos e/ou Associações de trabalho e produção comunitária, deve-se introduzir os conceitos, a dinâmica e a prática da Educação Cooperativista.

Em seguida, as comunidades já vocacionadas para a pesca, agricultura familiar e todas as demais atividades produtivas, já identificadas, devem ser orientadas, programaticamente, para a criação de Cooperativas, singulares, especializadas, visando o estabelecimento de um instrumento mais adequado sob o ponto de vista da organização e comercialização de sua produção.

- ***Turismo***

Quanto à atividade turística, os pequenos empresários locais devem ser estimulados a se organizar em uma Cooperativa de Turismo, objetivando minimizar custos na:

- compra coletiva de insumos, materiais e equipamentos, transporte, comunicação, propaganda e marketing e melhoria geral da infra-estrutura, inclusive para a redução substancial de custos com a administração dos recursos humanos, admissão (adesão) de pessoal de apoio e gerencial, até porque as Cooperativas têm uma reduzida carga tributária.

As entidades existentes e aqui propostas, vão exigir, inicialmente, recursos financeiros para os programas de educação e desenvolvimento profissional e de capacitação gerencial, infra-

estrutura, materiais, equipamentos e ferramental mais adequados, inclusive de comercialização e colocação de produtos, transporte e comunicação.

Foi também constatado que a administração do PEI e o desenvolvimento dessas atividades estão íntima e intrinsecamente associados, levando ao indicativo de que deveria ser adotado um modelo inovador de co-gestão e de administração participativa dessa Unidade de Conservação.

Assim, para viabilizar a UC sob o ponto de vista de uma melhor e mais dinâmica administração, agilidade no atendimento das inúmeras demandas, públicas e privadas, facilidade no acesso aos recursos e aos patrimônios, públicos e privados, vislumbrou-se com a possibilidade da criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (Lei 9.790, de 23 de março de 1999).

Esta OSCIP teria como atribuição básica a Gestão do PEI, sendo que a Fiscalização, exclusivamente, continuaria sob a responsabilidade da Administração Pública Estadual.

As Cooperativas, singulares, especializadas, seriam os instrumentos de organização, serviços e produção, portanto, gerenciadoras e executoras, em nível privado (empresas sociais), das atividades especializadas - e aqui já elencadas - em cada Cooperativa especializada.

Uma medida extremamente importante e estratégica, é que as Cooperativas a serem criadas devem ter uma área de atuação e abrangência que transcenda o Parque e seu entorno, portanto, regionais, visando uma maior visibilidade, integração e ganho de escala, em termos políticos, sociais, ambientais e econômicos, por exemplo:

- Cooperativa de Turismo da Bacia do Rio Itaúnas;
- Cooperativa dos Trabalhadores Rurais do Norte do Espírito Santo;
- Cooperativa de Serviços Ambientais do Espírito Santo.

Outras atividades, por exemplo, de coleta e reciclagem de lixo, de artesanato, de manejo florestal, criação de animais silvestres, cultivo de plantas medicinais e ornamentais, manufatura de doces, incremento e divulgação das manifestações culturais (folclore, p.ex.), podem perfeitamente fazer parte e agregar valor às Cooperativas singulares já mencionadas.

7.6 REDES PARA A COOPERAÇÃO E NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS (BUSINESS NETWORKS DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL)

Deve-se, sobretudo para a viabilidade econômica dos empreendimentos sociais, trabalhar com a visão regional, em Rede.

Associações e Cooperativas de Serviços e Produção não somente do Município de Conceição da Barra, mas todos as outras dos Municípios que integram o Norte do Espírito Santo, ou até mesmo e idealmente, a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas (MG/ES/BA), devem formar uma Rede de Produção e Serviços Ambientais - Para a Cooperação e o Desenvolvimento Sustentável - COOPERAMBIENTAL.

Uma forma mais inteligente e estratégica de se integrar e desenvolver, de forma sustentável, às Comunidades, bem como promover frutíferas intercâmbios de experiências, além de se minimizar custos, é ter inicialmente como ponto focal, por exemplo, a perspectiva da adesão de Associações e Cooperativas situadas dentro ou nas Áreas de entorno das demais Unidades de Conservação do Município de Conceição da Barra e de todos os outros que integram à Bacia do rio Itaúnas, públicas e privadas (RPPN's).

A dificuldade crônica e permanente na Gestão das Unidades de Conservação, neste caso o PEI, bem como da sua relação com as Comunidades tradicionais ou não, poderia ser, senão totalmente resolvida, muito minimizada se for possível estabelecer um novo modelo de Gestão, efetivamente, participativa, nas UC's.

Sugere-se portanto, a criação imediata do Conselho Gestor do PEI, ainda que inicialmente consultivo (conforme prevê o SNUC), a fim de garantir a participação das comunidades diretamente afetadas e interessadas, na busca da harmonia para todos os atores desta região, de alguma forma envolvidos e interessados na preservação e conservação ambiental

7.6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES PRESENTES

Na área da Unidade existem várias comunidades presentes, e se constituem, potencialmente, nos protótipos - embriões - da Rede de Associações e Cooperativas aqui propostas, incluindo os proprietários de barracas de praia, os pescadores da Vila e do Riacho Doce:

- Associação Comercial e de Serviços da Vila de Itaúnas (ACSERVI) – contato: Magda (Pousada dos Corais – Tel.: 3762 52 00), e, Éolo (Restaurante Pargo's – Tel.: 3762 50 51);
- Associação Comunitária de Moradores da Vila de Itaúnas – Contato: Zumira – Presidente – Tel.: 3762 51 54;

- Associação dos Produtores Rurais de Itaúnas (Fazendeiros e Sitiantes da Região) – Contato: Pedro Batista Silvares – Presidente – Tel.: 3762 50 83;

- Centro Cultural da Vila de Itaúnas – por ser uma entidade empresarial, com forte atuação social e promoção de atividades culturais, deveria ser estimulada a se transformar numa espécie de indutora e "incubadora" das Organizações sociais, do tipo Associações e Cooperativas, em conjunto com a ACSERVI, da Associação Comunitária e a Associação de Produtores Rurais, acima já mencionadas – Contato: Cecília Marcondes; e,

- Grupo de Jovens – ligados à Igreja Católica – Contato: Delma Santana de Jesus – Tel.: 3762 51 64.

É muito importante também um contato com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (SUDENE/ADENE), para articular apoio e patrocínio para os projetos de desenvolvimento comunitário, tendo em vista, inclusive:

- O Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – Levantamentos de Informações Sócio-Economicas e Ambientais de todo o Município – que visa a elaboração de uma Agenda de Projetos – Contatos: Ana Angélica – Secretária Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, de Conceição da Barra – Tel.: 3762 11 12 ; e, Adriana (Bióloga do PEI) – Tel.: 3762 53 62 e, Cecília (Programas de Capacitação Comunitária).

♦ ***Projetos de Assentamentos Rurais – PA's***

Por outro lado, indicamos que deve haver um esforço especial em relação a inserção dos Projetos de Assentamentos Rurais (PA's), do INCRA e/ou do Estado, com ênfase naqueles situados na Área de entorno imediato do PEI, quais sejam:

- PA Paulo César Vinha; e,
- PA Rio Preto

Ao contrário de uma visão ortodoxa e reativa aos PA's, devemos trabalhar com uma visão pró-ativa no que diz respeito a essa realidade, até porque eles já estão inseridos no contexto – e lá irão continuar.

As Associações e Cooperativas de Trabalhadores em PA's devem ser objeto de um projeto de Educação Ambiental e de Educação Cooperativista.

Acresce, assim, que é de fundamental importância integrar os PA's à Rede (Network) já mencionada acima, através de suas respectivas Associações e Cooperativas, bem como estimular a implantação de um programa de Gestão Ambiental, como já vêm acontecendo em outros Assentamentos, especialmente naqueles situados em áreas de entorno de Unidades de Conservação (UC's), e que vêm ocasionando conflitos significativos e deletérios nessas UC's

Outras entidades devem ser articuladas para o apoio, sustentação e viabilidade da Rede e dos projetos de desenvolvimento social sustentável, a partir do PEI, quais sejam:

- Sociedade dos Amigos do Parque de Itaúnas
- Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

No entorno deve-se destacar a Vila de Itaúnas que é uma área urbanizada de cerca de 1.000 habitantes, nativos e forasteiros.